



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 418/2013

Dispõe sobre o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte – SUSAF-PR.

Art. 1º Fica instituído o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte – SUSAF-PR dos serviços de inspeção municipais e fiscalização sanitária no âmbito do Estado do Paraná.

§ 1º Para entendimento desta Lei considera-se:

a) Agricultura Familiar - aquela definida pelo art. 3º da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, compreendidos e denominados aqui de agricultores familiares, colonos, pequenos agricultores, campesinos, agricultores assentados, quilombolas, pescadores, comunidades tradicionais, extrativistas e indígenas;

b) Agroindústria Familiar - aquela realizada pela agricultura familiar, nos seus distintos públicos e culturas, citados na alínea anterior, localizadas em comunidades rurais ou próximas, que em muitas regiões pode ser popularmente entendida como produto colonial;

c) Produção Artesanal - aquela realizada em pequena escala de produção, que se utiliza de micro e pequenas estruturas físicas, valendo-se, geralmente, de mão de obra intensiva, agregando aos produtos características peculiaridades de aspectos históricos, culturais, geográficos e de criatividade humana que lhe conferem identidade;

d) Agroindústria de Pequeno Porte - aquela caracterizada por ter produção de média escala, como regra, reunindo um conjunto de pessoas organizadas coletivamente, formal ou informalmente, em grupos, associações e ou cooperativas, mas podendo ser propriedade individual ou familiar;

e) Serviço de Inspeção Municipal – SIM - aquele criado por legislação específica, que visa dotar o município de serviço público de inspeção e fiscalização industrial e sanitária de produtos de origem animal e vegetal, comestíveis e não comestíveis, como estabelecimentos de abate, processamento, manipulação, transformação, acondicionamento, armazenamento e envasamento.

§ 2º O SUSAF-PR terá como finalidade:

I – realizar a integração sistêmica, horizontal e descentralizada dos serviços de inspeção municipais;

II – traçar as diretrizes básicas da Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte;

III – produzir e editar instruções, por meio de normas técnicas específicas socialmente adequadas;

IV – realizar e estimular parcerias, com órgãos públicos e privados e com instituições de pesquisa e educacionais, de capacitação, assistência técnica e extensão;

V – fazer a interlocução e o monitoramento dos serviços de inspeção municipais do Estado do Paraná;

VI – conceder autorização de liberação do comércio intermunicipal;

VII – conceder autorização de uso e realizar a gestão do selo de qualidade;

VIII – organizar e manter informações cadastrais das Agroindústrias Familiares, Artesanais e de Pequeno Porte existentes no Estado do Paraná.

§ 3º Para aderir ao SUSAF-PR, o município deverá ter legislação municipal criando o SIM e ter, em funcionamento, o serviço no município ou em consórcio regional.

§ 4º Os produtos que têm inspeção municipal com adesão ao SUSAF-PR poderão realizar comércio intermunicipal no âmbito do território do Estado do Paraná.

Art. 2º O SUSAF-PR atuará articulado com o Sistema Único de Saúde - SUS e desenvolverá parcerias com órgãos de Estado e da sociedade, no que for necessário, para preservar e promover a saúde pública.

Art. 3º O SUSAF-PR trabalhará com objetivo de garantir a inocuidade, a integridade e a qualidade do produto final, editará normas técnicas de instruções próprias, nas quais a avaliação da condição sanitária estará fundamentada em parâmetros técnicos de Boas Práticas Agroindustriais e Alimentares, respeitando as especificidades locais de produtos, as diferentes escalas de produção, considerando, inclusive, os aspectos peculiares locais, geográficos, históricos e os valores culturais agregados ao produto.

Art. 4º O SUSAF-PR terá como instância estadual, superior e central o Conselho Gestor, que coordenará, produzirá diretrizes e normas técnicas, publicará instruções em normativas e contará com uma câmara técnica consultiva regular, um coordenador geral e um secretário executivo.

§ 1º A câmara técnica será composta de profissionais que trabalhem com inspeção e ou fiscalização sanitária animal e vegetal, ampliada de profissionais de outras áreas, como da saúde humana, das engenharias - alimentos, sanitária, ambiental, ciências jurídicas e sociais, enologia, biologia, zootecnia, da assistência técnica a produtores, da pesquisa, dentre outros, que o Conselho Gestor entender que seja necessário e apropriado, e definir em Instrução Normativa.

§ 2º O Conselho Gestor terá a seguinte composição:

I – dois representantes da Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul;

II – dois representantes da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento;

III – um representante da Secretaria de Estado da Saúde;

IV – um representante da Secretária de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos;

V – um representante do Gabinete dos Prefeitos e Relações Federativas;

VI – um representante do serviço público, estatal ou não-estatal, de assistência técnica e extensão rural;

VII – um representante de organizações não governamentais que desenvolvam assessoria ou assistência técnica a agricultores familiares e à produção artesanal, ou de pequeno porte em agroindústria;

VIII – um representante de Organização de Consumidores;

IX – um representante de classe, associação, categoria ou fórum de profissionais que trabalhem com inspeção sanitária, saúde humana ou alimentação;

X – um representante de universidades ou instituições de pesquisa que desenvolvam atividades relacionadas à agroindústria familiar, artesanal ou de pequeno porte;

XI – três representantes de organizações da agricultura familiar;

XII – dois representantes de cooperativas de agricultores familiares que desenvolvam atividades de agroindústria;

XIII – quatro representantes designados pelo Poder Público de municípios ou consórcio regional que tenham adesão ao SUSAF-PR.

§ 3º O Conselho Gestor será coordenado pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, sendo que o seu funcionamento, regimento interno, critérios de escolha dos representantes e respectivos mandatos, financiamento de estruturas e de recursos humanos e demais providências será regulamentadas por decreto.

Art. 5º O SUSAF-PR emitirá um selo que identificará o produto, para o qual a sua obtenção, regras de uso, gestão da qualidade, entre outras providências serão objeto de regulamento específico pelo Conselho Gestor.

Art. 6º A Defesa Sanitária Estadual, através da Gerência de Inspeção de Produtos de Origem Animal – GIPOA, da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, atuará de forma integrada e sob orientação do Conselho Gestor do SUSAF-PR.

Art. 7º Com a finalidade de promoção da saúde pública, o Estado do Paraná poderá celebrar convênios com entes da Federação e criar programas de incentivo e de apoio aos municípios para a estruturação de serviços de inspeção municipais, bem como a promoção de ações educativas, de extensão e de pesquisa visando à qualidade dos produtos das agroindústrias cadastradas no SUSAF-PR.

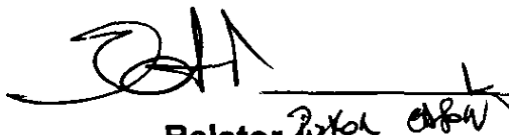
Art. 8º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de cento e oitenta dias a contar da data de sua publicação.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

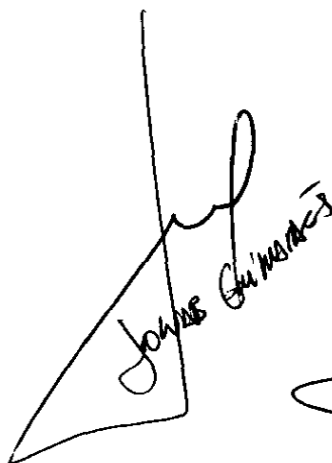
Sala das Comissões, 13 de novembro de 2013.



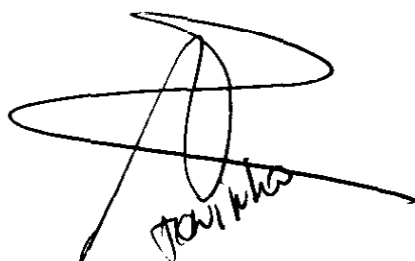
ALEXANDRE CURI
Presidente



Relator *Relator (assinado)*



Joana Guimarães



Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 484/2013

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Curitiba, para reativação das atividades da Biblioteca da Casa Kozák.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Curitiba, do imóvel caracterizado como Casa Kozák, localizado na Rua Padre Júlio Saavedra, nº 588, Bairro Uberaba, Planta Sítio Cercado nº 2, no Município de Curitiba, objeto da Matrícula nº 74.360, do 4º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba.

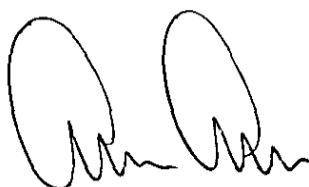
Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e imprescritibilidade, será usado exclusivamente para a reativação das atividades da Biblioteca da Casa Kozák.

Parágrafo único. O imóvel doado reverterá ao patrimônio do Estado caso o Município não cumpra no prazo de dois anos a finalidade estabelecida no *caput* do presente artigo.

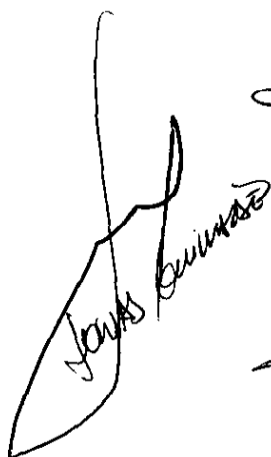
Art. 3º O Município terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário o mesmo retornará ao patrimônio do Estado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de novembro de 2013.



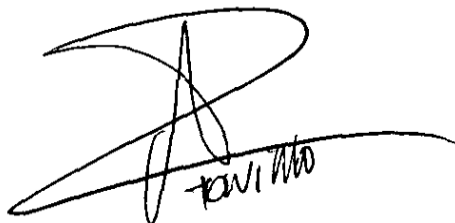
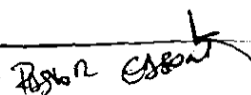
ALEXANDRE CURI
Presidente



João Pinheiro



Relator



Relator



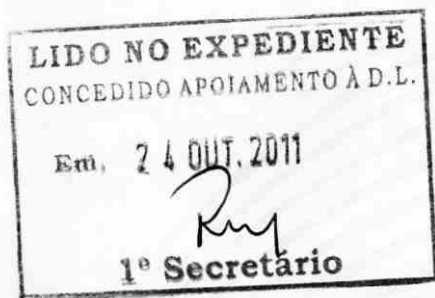
Assembleia Legislativa do Paraná
GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK

"A diferença que vem de Deus" MI 3:18

D. L.

Fls. 02

PROJETO DE LEI nº 838/11



Súmula: Proíbe a venda de bebidas alcoólicas em postos de combustíveis e em lojas de conveniência neles instaladas ou conjugadas e dá outras providências.

Art. 1º É proibida a venda de bebidas com qualquer teor alcoólico pelos postos de combustíveis e pelas lojas de conveniência neles instaladas ou a eles conjugadas.

Art. 2º Os estabelecimentos aqui especificados, quando infringirem a proibição estabelecida, incorrerão nas seguintes penas:

- I - Advertência;
- II - Multa de R\$5.000,00 (cinco mil reais);
- III - Cassação da Inscrição Estadual.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 2011.

PR. EDSON PRACZYK

Deputado Estadual / PRB



Assembleia Legislativa do Paraná
GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK



"A diferença que vem de Deus" MI 3:18

JUSTIFICATIVA:

Os postos de combustíveis e as lojas de conveniência neles instaladas ou a eles conjugadas que vendem bebidas alcoólicas tornaram-se, em todo o Estado, locais de reunião de jovens para o lazer e, em geral, para o consumo de bebidas alcoólicas.

Muitas vezes, o que se presencia nos postos de combustíveis são verdadeiras festas com direito a música alta e outros abusos cometidos durante a madrugada, com aglomeração de jovens que, horas após se embebedarem, arrancam seus carros em grandes avenidas a fim de fazer competições de 'racha' em flagrante comportamento de infração aos ditames da lei.

Invariavelmente, essas reuniões, regadas a muito álcool, terminam em brigas, por vezes fatais, ou acidentes automobilísticos de natureza grave.

Assim, a redução de locais disponíveis para o consumo de bebidas alcoólicas, mormente aqueles plenamente vinculados à condução de veículos - como são os postos de combustíveis e suas lojas de conveniência - é imperativo para diminuir os acidentes causados por motoristas alcoolizados ou em estado de embriaguez.

Ademais é forma para coibir a prática de delito capitulado na lei, ante o quanto dispõe o Código de Trânsito Brasileiro no seu Capítulo XIX - Dos Crimes de Trânsito:

"Art. 306. Conduzir veículo automotor, na via pública, estando com concentração de álcool por litro de sangue igual ou superior a 6 (seis) decigramas, ou sob a influência de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência: (Redação dada pela Lei nº 11.705,



Assembleia Legislativa do Paraná
GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK



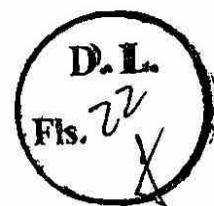
"A diferença que vem de Deus" MI 3:18

de 2008) Regulamento

Penas - detenção, de seis meses a três anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor."



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



VOTO EM SEPARADO AO PROJETO DE LEI 838/11

Projeto de Lei nº 838/11

Autor: Deputado Pastor Edson Praczyk

Súmula: Proíbe a venda de bebidas alcoólicas em postos de combustíveis e em lojas de conveniência neles instaladas ou conjugadas e dá outras providências.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk visa proibir **a venda de bebidas alcoólicas** em postos de combustíveis e em lojas de conveniência neles instaladas ou conjugadas, bem como prevê sanções administrativas.

FUNDAMENTAÇÃO

Desde início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no Regimento Interno da Assembleia Legislativa desta Casa de Leis, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



1 - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal n. 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Muito embora o Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal 6.503/97) já proíbe, tanto administrativamente (art. 165, infração gravíssima), como criminalmente (art. 306, detenção, de seis meses a três anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor), o consumo de álcool por condutores de veículo, **NÃO HÁ LEI ESPECÍFICA que proíba a venda de bebidas alcoólicas.**

Nesse mesmo sentido sabemos que os postos de combustíveis e as lojas de conveniência neles instaladas ou a eles conjugadas que vendem bebidas alcoólicas tornaram-se, em todo o Estado, locais de reunião de jovens para o lazer e, em geral, para o consumo de bebidas alcoólicas.

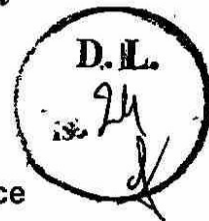
Ressalta-se que a Lei Estadual 14.259/2003, em seu artigo 1º, assim diz:

"Art. 1º. Fica proibido o consumo de bebidas alcoólicas nas dependências dos estabelecimentos revendedores de combustível (Postos de Gasolina) localizados em perímetros urbanos." (grifos e negritos apostos)

Ou seja, a proibição da mencionada lei versa tão somente sob "consumo", mas isso não inibe os crimes de trânsito, vez que o cidadão muitas vezes compra a bebida nessas lojas e postos e sai bebendo e dirigindo, ocasionando inúmeros acidentes.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistente óbice
ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

CONCLUSÃO

Face ao parecer do nobre Deputado Élio Rusch,
apresento o **VOTO EM SEPARADO**, visto estar configurada a
CONSTITUCIONALIDADE e LEGALIDADE do referido Projeto de Lei.

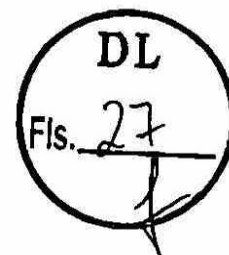
Sala das Comissões, 13 de março de 2012


NEREU MOURA
DEPUTADO ESTADUAL



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO



PARECER

PROJETO DE LEI Nº 838/11

AUTOR: DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK.

SÚMULA: PROÍBE A VENDA DE BEBIDAS ALCOÓLOCAS EM POSTOS DE COMBUSTÍVEIS E EM LOJAS DE CONVENIÊNCIA NELES INSTALADAS OU CONJUGADAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.


FUNDAMENTAÇÃO

O presente projeto tolhe e restringe a área de atuação dos empresários no ramo das lojas de conveniências localizadas juntos aos postos de combustíveis.

CONCLUSÃO


Diante do acima exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente P.L.

Sala das Comissões, 07 de maio de 2012.



DEPUTADO ANDRÉ BUENO

PRESIDENTE COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO



TONINHO WANDSCHEER

RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 838/2011

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, proíbe a venda de bebidas alcoólicas em postos de combustíveis e em lojas de conveniência neles instaladas ou conjugadas.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo a redução de locais disponíveis para o consumo de bebidas alcoólicas, mormente aqueles plenamente vinculados à condução de veículos, como são os postos de combustíveis e suas lojas de conveniência é imperativo para diminuir os acidentes causados por motoristas alcoolizados ou em estado de embriaguez.

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em

DR. BATISTA
Presidente

Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Cleiton Kielse, Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupion,
Deputado Péricles de Holleben Mello e Deputada Rose Litro



Parecer ao Projeto de Lei no. 838/2011

Autor: Deputado Pr. Edson Praczyk

Sumula: Proíbe a venda de bebidas alcoólicas em postos de combustíveis e em lojas de conveniência neles instaladas ou conjugadas

Justificativa: Inibir o consumo de álcool pelos condutores de veículo.

Pareceres favoráveis: Comissão de Constituição e Justiça (com emenda), Comissão de Indústria e Comércio e Comissão de Saúde Pública.

Parecer:



O Projeto de Lei apresentado não possui qualquer óbice frente à legislação consumerista, sendo de grande relevância para os fins propostos.

Diante disso, a Comissão emite parecer favorável ao prosseguimento da tramitação do presente Projeto de Lei.

Sala de Reuniões, em 27 de 08 de 2012

Deputado Paranhos
Presidente

Deputado Cleiton Kielse
Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Cleiton Kliese, Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupion,
Deputado Péricles de Holleben Mello e Deputada Rose Litro

Esclarecimento ao Parecer ao Projeto de Lei no. 838/2011

Autor: Deputado Pr. Edson Praczyk

Sumula: Proíbe a venda de bebidas alcoólicas em postos de combustíveis e em lojas de conveniência neles instaladas ou conjugadas

Justificativa: Inibir o consumo de álcool pelos condutores de veículo.

Pareceres favoráveis: Comissão de Constituição e Justiça (com voto em separado), Comissão de Indústria e Comércio e Comissão de Saúde Pública.

Esclarecimento:

Esclarece esta Comissão de Defesa do Consumidor que, onde se lê, no Parecer original, "Pareceres favoráveis: Comissão de Constituição e Justiça (com emenda)", leia-se: (com voto em separado).

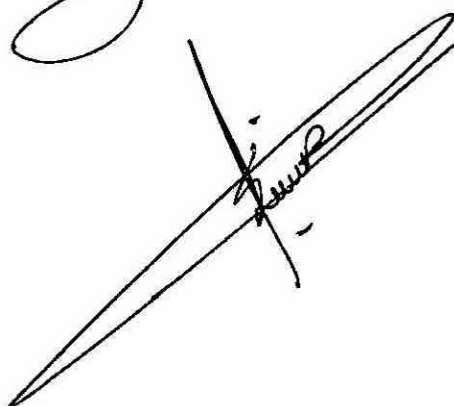
Sala de Reuniões, em 03 de 07 de 2012


Deputado Paranhos
Presidente


Deputado Cleiton Kielse
Relator











STEPHANES JUNIOR
Deputado Estadual



EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 838/2011

SÚMULA: Modifique-se o art. 1º do Projeto de Lei nº 838/2011, que passa a vigorar conforme especifica.

O.

Modifique-se art. 1º do Projeto de Lei nº 838/2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art 1º É proibida a venda de bebidas com qualquer teor alcoólico pelos postos de combustíveis e pelas lojas de conveniência neles instaladas ou a eles conjugadas, no horário compreendido entre 02h às 06h.(NR)

Sala das Sessões em 8 de agosto de 2012.

Cam. Am.

② CURI

③ Samuel TERNÓ

④

①
STEPHANES JUNIOR
Deputado Estadual

⑤

⑥

LEGISLATURA DO PARANÁ

15:09 08/08/2012 004895 DAP



EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 838/11

Com fulcro no que dispõe o art. 137, do Regimento Interno desta Casa, apresentamos a presente emenda modificativa ao Projeto de Lei 838/11, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk:

Art. 1º - A súmula do projeto de lei 838/11 passa a contar com a seguinte redação:

"Sumula: Proíbe a venda de bebidas alcoólicas em postos de combustíveis e em lojas de conveniência neles instaladas ou conjugadas no horário que especifica e dá outras providências.

☐ **Art. 2º** - O art. 1º do projeto de lei 838/11 passa a contar com a seguinte redação:

Art. 1º - É proibida a venda de bebidas com qualquer teor alcoólico pelos postos de combustíveis e pelas lojas de conveniências neles instaladas ou a eles conjugadas, no período compreendido entre as 00h00 e 05h00."

Sala das Sessões, 08 de agosto de 2012.

Deputado Pedro Lupion
(1) DEM

(14) STEPHANES JR.

RUSH (9)

☐ **JUSTIFICATIVA:**

(6) ALEXANDRE ARI
A presente emenda visa flexibilizar as determinações do projeto original. Com a presente alteração proposta fica proibida a venda de bebidas apenas no período entre as 00h00 às 05h00.

Tal medida se justifica pois atende a motivação do projeto original, no sentido de se evitar os abusos cometidos durante a madrugada, conforme mencionado na justificativa do autor e desta forma sem penalizar os estabelecimentos citados, resguardando os princípios constitucionais da isonomia, livre iniciativa e da concorrência.



EMENDA DE PLENÁRIO 03 - DAP 08/08/12 \$

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK

"A diferença que vem de Deus" MI 3:18



EMENDA DE PLENÁRIO ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 838/2011

A presente Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 838/2011, encontra-se respaldo legal no artigo 145 do Regimento Interno desta Casa de Leis, conforme segue:

Súmula: Proíbe a venda de bebidas alcoólicas em postos de combustíveis e em lojas de conveniência neles instaladas ou conjugadas.

Art.1º ...

Parágrafo único. Ficam os postos de combustíveis e lojas de conveniência obrigados a afixarem cartazes, em local visível, nas entradas principais e de acesso ao público, com o seguinte informe:

"Proibido a venda de bebida alcoólica nas dependências do posto e loja - Lei Estadual nº..."

Sala das Sessões, 08 de agosto de 2012.

LUCIANA
(6)

Pr. Edson Praczyk
Deputado Estadual/PRB
(1)

MARLA
(5)

LUERZEN
(2)

GLAUCO
(3)

ELTON
(4)



EMENDA DE PLENÁRIO 04-DAP. 08/08/12

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK

"A diferença que vem de Deus" MI 3:18



EMENDA DE PLENÁRIO

MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 838/2011

A presente Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 838/2011, encontra-se respaldo legal no artigo 145 do Regimento Interno desta Casa de Leis, conforme segue:

Súmula: Proíbe a venda de bebidas alcoólicas em postos de combustíveis e em lojas de conveniência neles instaladas ou conjugadas.

Art.1º É proibida a venda, em postos de combustível e lojas de conveniências neles instalados, de bebidas com qualquer teor alcoólico em condições de consumo imediato.

Sala das Sessões, 08 de agosto de 2012.

Luciana

Edson
Pr. Edson Praczyk
Deputado Estadual/PRB

MARILIA

Belton

Gilson

15:18 08/08/2012 09:4898-PRB ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI N. 838/2011

Com fulcro no que autoriza o artigo 141, I e 137, §2º do Regimento Interno desta Casa e com o objetivo de aprimorar o presente projeto de lei, fica alterada a sua redação que passa a contar com o seguinte teor:

Súmula: Acrescenta um parágrafo ao artigo 2º da Lei n. 13.463/2002, alterada pela Lei n. 14.259/2003.

Art. 1º. Adicione-se um parágrafo ao artigo 2º da Lei n. 13.463 de 11 de janeiro de 2002, alterada pela Lei n. 14.259, de 12 de dezembro de 2003, reenumerando-se o parágrafo único para §2º:

"Art 2º. (...)

§1º. Os avisos de que trata o caput deverão obrigatoriamente estar acompanhados de material educativo sobre o consumo responsável de álcool ou sobre os riscos de conduzir veículo automotor sob efeito de álcool, com vistas à conscientizar a população dos riscos da associação de álcool e direção.

§2º (...)"

Sala das Sessões, 08 de agosto de 2012.

① SCANAVACA

PEDRO LUPION
Deputado Estadual

③ ALEXANDRE CURY

Praça Nossa Senhora da Salete s/n, Gabinete 806 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná
41 3350-4006 / 4206

② NEREU MOURA



JUSTIFICATIVA

Nos termos do artigo 141, I do Regimento Interno desta Casa Legislativa, é possível apresentar emendas com o objetivo de aperfeiçoar e/ou aprimorar qualquer projeto de lei, desde que apoiadas por cinco Deputados.

A presente emenda se trata de uma emenda substitutiva conforme o disposto o art. 137, §2º do Regimento Interno, a qual objetiva a modificação do texto original do projeto de lei n. 838/2011, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, para o fim de excluir a proibição de venda de bebidas de qualquer teor alcóolico nos postos de combustíveis e nas lojas de conveniências neles instaladas e **incentivar a conscientização da população quanto aos riscos da associação de álcool com direção.**

Por melhor que seja a intenção do nobre autor do PL n. 838/2001, a proibição da venda de bebidas de qualquer teor alcóolico em postos de combustíveis e lojas de conveniências não se mostra a solução mais apropriada para os problemas relacionados à associação do álcool com direção.

Primeiro, porque o próprio Código Brasileiro de Trânsito (Lei n. 9.503/97) já proíbe a condução sob efeito de álcool. Segundo, que a proibição da venda tão somente em postos de combustíveis e lojas de conveniência apenas maquia a solução do problema, pois os demais estabelecimentos próximos aos postos de combustíveis, tais como padarias, bares, restaurantes, etc., poderão continuar vendendo normalmente bebidas alcóolicas.

Além de não resolver os referidos problemas - pois certamente as pessoas não deixaram de beber e dirigir em razão do PL 838/2011- o referido projeto de lei,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Gabinete Deputado Pedro Lupion



tal como está, põe em risco um setor inteiro que atua legítima e legalmente no mercado, com licenças para tanto, pois é inequívoco que haverá um decréscimo significativo nas receitas destes estabelecimentos, o que impactará a arrecadação de impostos e, com certeza, haverá muitas demissões, pois os empregados dos postos de combustíveis e lojas de conveniências serão os primeiros a sofrer os efeitos da pretensa proibição.

Ademais, vale destacar que a proibição pura e simples da venda favorecerá o comércio ilegal e a concorrência desleal no mercado (pois os demais estabelecimentos próximos aos postos de combustíveis, tais como padarias, bares, restaurantes, etc., poderão continuar vendendo normalmente bebidas alcóolicas), indo na contramão dos princípios do livre comércio e da livre concorrência, pois as bebidas alcóolicas são um produto lícito e de comércio permitido em todo o território nacional.

Enfim, este Deputado acredita que a forma de minimizar os efeitos nocivos da associação do álcool com direção é a conscientização do cidadão dos riscos que esta conduta traz, o que é o objetivo desta emenda, ao invés de se lançar mão de uma proibição isolada a apenas um setor do mercado, o que certamente não irá resolver o problema, apenas acarretando mais problemas (diminuição de arrecadação, desemprego, comércio ilegal e concorrência desleal) do que solução.

Portanto, solicito o apoio dos nobres pares desta Casa para que esta emenda seja aprovada.

EMENDA DE PLENÁRIO 06 - DAP. 08/08/12 \$



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Deputado Aníbal Khury



EMENDA ADITIVA

Ao Projeto de Lei nº 838/11

O art. 1º do Projeto de Lei nº 838/11, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º É proibida a venda de bebidas com qualquer teor alcoólico pelos postos de combustíveis e pelas lojas de conveniência neles instaladas ou a eles conjugadas, quando localizados a 500 metros de escola.”.

Sala das Sessões, 08 de agosto de 2012.

Deputado **FERNANDO SCANAVACA**

Ass. Aníbal
ALEXANDRE CURI

RASCA

PEDRO WPION

15:28 08/08/2012 004905 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Gabinete do Deputado Pedro Lupion



REQUERIMENTO

APROVADO

À Diretoria Legislativa.

Em, 13 AGO. 2012

1º Secretário

SÚMULA: Requer o arquivamento da emenda apresentada no Projeto de Lei n. 838/2011, a qual estabelece horário para comercialização de bebidas alcoólicas em postos de gasolina, de autoria do Deputado Pedro Lupion.

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem através do presente, requerer o arquivamento definitivo da emenda modificativa apresentada no Projeto de Lei n. 838/2011, na qual sugere nova redação ao contido no artigo 1º daquele projeto, estabelecendo a proibição de venda de bebidas com qualquer teor alcoólico entre o período compreendido entre 00h00e 05h00 em postos de combustíveis ou em lojas a eles conjugadas, de sua autoria.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2012. -se, junta-se a Proposição de referência e archive-se.

PEDRO LUPION
Deputado Estadual

14/08/12



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK

"A diferença que vem de Deus" MI 3:18



REQUERIMENTO

REQUER à Comissão de Constituição e Justiça o cancelamento da emenda nº 4, referente ao Projeto de Lei de minha autoria sob o nº 838/2011, conforme abaixo:

“É proibida a venda, em postos de combustível e lojas de conveniência neles instalados, de bebidas com qualquer teor alcoólico em condições de consumo imediato”.

Sala das Sessões, 07 de agosto de 2012.


PR. EDSON PRACZYK

Deputado Estadual


Caline Gondim
Coord. Adm.
CCT

Recebido
Em 08/07/12
Por Caline



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

PARECER ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 838/11

Autor da emenda nº 01 – Deputado Stephanes Junior. ✓

Autor da emenda nº 02 – Deputado Pedro Lupion.

Autor da emenda nº 03 – Deputado Pastor Edson Praczyk ✓

Autor da emenda nº 04 – Deputado Pastor Edson Praczyk

Autor da emenda nº 05 – Deputado Pedro Lupion. ✓

Autor da emenda nº 06 – Deputado Fernando Scanavaca.



Súmula: Proíbe a venda de bebidas alcoólicas em postos de combustíveis e em lojas de conveniência neles instaladas ou conjugadas e dá outras providências.

EMENTA: OBJETIVA MODIFICAR A SÚMULA E O ARTIGO 1º; ACRESCENTAR O PARÁGRAFO ÚNICO NO ART. 1º DO PROJETO DE LEI 838/11 E ACRESCENTAR UM PARÁGRAFO AO ART. 2º DA LEI Nº 13.463/2002. POSSIBILIDADE. ARTS. 33, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO DA EMENDA N.º 03 E NÃO APROVAÇÃO DAS EMENDAS 01, 05 e 06.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que Proíbe a venda de bebidas alcoólicas em postos de combustíveis e em lojas de conveniência neles instaladas ou conjugadas no âmbito do Estado do Paraná, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto separado exarado pelo Deputado Estadual Nereu Moura.

Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário



referido projeto recebeu Emendas Modificativas; Aditivas e Substitutiva Geral. Por esta razão é que as referidas Emendas submetem-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

Deve-se ressaltar que no dia 08 de agosto de 2012 o Deputado Pastor Edson Praczyk mediante requerimento a esta Comissão solicitou o cancelamento da Emenda Modificativa de Plenário nº 04 de sua autoria.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade das Emendas de Plenário, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembleia Legislativa:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51,



§3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que as presentes emendas foram propostas no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiadas por cinco Deputados.

Emenda Modificativa nº 01 – Deputado Stephanes Junior.

A emendas 01, em síntese, pretende modificar o projeto, no sentido de restringir a venda de bebidas alcoólicas somente em determinados horários.

O Regimento Interno, em seu art. 137, caput, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa, conforme §4º deste mesmo artigo, aquela proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas. (...)

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência. (grifo nosso).

Apesar de se tratar de uma emenda modificativa esta sem dúvida descaracteriza a essência da proposta vez que altera por completo a intenção da proposta que em suma visa a diminuição dos acidentes causados por motoristas alcoolizados. Dessa forma, opina pela **NÃO APROVAÇÃO** da referida Emenda vez que não encontra-se em coerência com os ditames constitucionais, bem como de técnica legislativa.

Emenda Modificativa nº 02 – Deputado Pedro Lupion.

A emenda n. 02 encontra-se sem efeito, uma vez que foi protocolado em Plenário pelo próprio autor, um requerimento de arquivamento da mesma.



Emenda Aditiva nº 03 – Deputado Pastor Edson Praczyk

A emenda n. 03, em síntese, visa acrescentar § único ao art. 1º, no sentido de que os postos de combustíveis e lojas de conveniências fixem cartazes informando a proibição da venda de bebidas alcoólicas.

O Regimento Interno, em seu art. 137, caput, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como aditiva, vide §3º deste mesmo artigo, aquela proposição que se acrescenta à outra.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas. (...)

§ 3º Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra. (grifos nossos)

Assim, verifica-se que a presente emenda aditiva de plenário n.º 03 está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais e de técnica legislativa, não encontrando óbice ao prosseguimento da mesma, sendo pela **APROVAÇÃO** da presente emenda.

Emenda Modificativa nº 04 – Dep. Pastor Edson Praczyk

A emenda n. 04 encontra-se sem efeito, uma vez que foi protocolado nesta Comissão pelo próprio autor, um requerimento de cancelamento da mesma.

Emenda Substitutiva Geral nº 05 – Deputado Pedro Lupion.

A Emenda Substitutiva Geral, em síntese, requer a alteração da Lei n. 13.463/2002, acrescentando parágrafo único ao artigo 2º, no sentido de divulgar material educativo sobre o consumo responsável de álcool.

O Regimento Interno, em seu art. 137, caput, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como substitutiva, conforme §2º deste mesmo artigo, aquela proposição apresentada



como sucedânea de outra e denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

(...)

§ 5ª. Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal.

Inicialmente cumpre afirmar que a emenda em análise, não se enquadra na previsão regimental acima transcrita, uma vez que, ao alterar uma outra lei, deixa de possuir relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal.

Na referida emenda, o nobre parlamentar tem o único objetivo de acrescentar um parágrafo ao art. 2º da Lei nº 13.463/2002 que proíbe a distribuição, fornecimento, oferta e comercialização de bebidas alcoólicas em estabelecimentos revendedores de combustíveis (postos de gasolina) em perímetros urbanos.

Deste modo, resta-se evidenciado que a emenda, em questão, não está de acordo com o que preceitua o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, **não merecendo prosperar.**

Emenda Aditiva nº 06 – Dep. Fernando Scanavaca

A Emenda n. 06, visa alterar o projeto, no sentido de proibir a comercialização de bebidas alcoólicas somente nos postos que estiverem localizados a 500 metros de escolas.

O Regimento Interno, em seu art. 137, caput, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como aditiva, vide §3º deste mesmo artigo, aquela proposição que se acrescenta à outra.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

(...)

§ 3o Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra. (grifos nossos)

Ocorre que na propositura da referida emenda, o nobre parlamentar realiza uma proibição de venda de bebidas com qualquer teor alcoólico pelos postos de combustíveis e pelas lojas de conveniência neles instaladas ou a ele conjugadas, quando localizados a 500 metros de escola.



Ora, deste modo a presente emenda está em desacordo com o princípio constitucional da isonomia, pois estaria beneficiando alguns em detrimento a outros, pois somente os postos de gasolina localizados a 500 metros da escola ficariam impedidos de realizar a venda de bebidas com qualquer grau alcoólico.

Portanto, a presente emenda não merece prosperar em virtude de infringir o Princípio Constitucional acima apresentado.


CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se:

1. Pela **APROVAÇÃO** da Emenda n.º 03 em virtude de sua **LEGALIDADE** e **CONSTITUCIONALIDADE**.

2. Pela **NÃO APROVAÇÃO** da Emenda n.º 01 e 05 por não estarem de acordo com o que preceitua o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná pela **NÃO APROVAÇÃO** da Emenda Aditiva n.º 06 em virtude de sua **INCONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Sessões, 19 de março de 2013.


NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


CAITO QUINTANA
RELATOR


VOTO
CONTRARIO
AO PARECER

Dep. Reinel
relativo a
emenda
01. 19/03/13




APROVADO

19.03.13 Dep. Reinel



PARECER A EMENDA DE PLENÁRIO N º 3

PROJETO DE LEI nº 838/2011

AUTOR: DEPUTADO PR. EDSON PRACZYK

SÚMULA: PROÍBE A VENDA DE BEBIDAS ALCOÓLICAS EM POSTOS DE COMBUSTÍVEIS E EM LOJAS DE CONVENIÊNCIA NELES INSTALADAS OU CONJUGADAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FUNDAMENTAÇÃO:

O presente projeto de lei visa a proibição da venda de bebidas alcoólicas em postos de combustíveis e lojas de conveniência, vez que estes locais se transformaram em ponto de reunião de jovens que consomem bebidas alcoólicas, e muitas vezes o que se verifica são verdadeiras festas com música alta e outros abusos cometidos durante a madrugada, com aglomeração de pessoas, que depois de se embriagarem abusam da velocidade em ruas das cidades, promovendo "rachas" e diversas outras violações da lei.

Tendo em vista os números alarmantes de acidentes de trânsito ocasionados pela ingestão de bebidas alcoólicas, vê-se que o projeto é uma forma de coibir a prática deste tipo de delito conforme dispõe o Código Brasileiro de Trânsito.

Dessa forma, analisando a **Emenda nº 3** que obriga os postos de combustíveis e lojas de conveniência a afixarem cartazes, em local visível, nas entradas principais e de acesso ao público, com o seguinte informe: "**Proibido a venda de bebida alcoólica nas**



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO



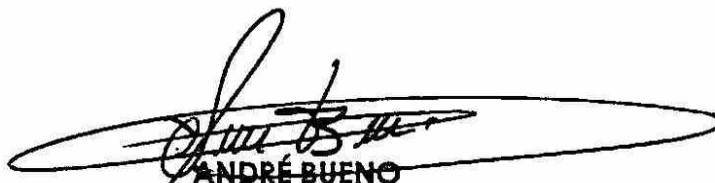
dependências do posto e da loja – Lei Estadual nº...", não onerará a indústria muito menos o comércio, vez que não restringe a área de atuação dos empresários do ramo, razão pela qual **opinamos pela APROVAÇÃO** da presente proposta.

CONCLUSÃO:

Diante do acima exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da Emenda de Plenário nº 3 por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais.

Sala das Comissões,

em 24/04/2013



ANDRÉ BUENO

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO



ALEXANDRE CURI

RELATOR



DEP. AQUINO



DEP. JANS



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION

REQUERIMENTO

Adiada a discussão, na forma
do Regimento Interno.

Em, 20 MAIO 2013

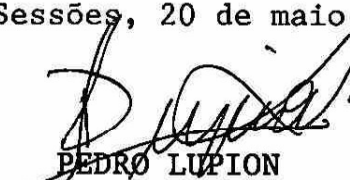
1º Secretário

REQUER A REGULAR TRAMITAÇÃO, NOS TERMOS DO REGIMENTO INTERNO DA ALEP, AS EMENDAS APRESENTADAS NO PROJETO DE LEI N. 838/2011, ENCAMINHANDO-AS ÀS COMISSÕES TEMÁTICAS CORRESPONDENTES.

Prezado Senhor Presidente,

O Deputado, que ora subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais nos termos do artigo 128 do RIALEP, REQUER, a tramitação nos termos do Regimento Interno desta Casa de Leis, em relação às emendas apresentadas no Projeto de Lei n. 838/2011, de autoria do Deputado Estadual Pastor Edson Praczyk, considerando que as mesmas não foram analisadas por todas as comissões temáticas, conforme a inclusa justificativa.

Sala das Sessões, 20 de maio de 2012.


PEDRO LUPION
Deputado Estadual

APROVADO
À Diretoria Legislativa.

Em, 21 MAIO 2013

1º Secretário

Anote-se e encaminhe
Para Providências

DL, 22/5/13





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



JUSTIFICATIVA

Conforme constatei em relação às emendas apresentadas em plenário no Projeto de Lei n. 838/2011, essas não estão retornando para as devidas comissões temáticas, conforme regimentalmente previsto.

A necessidade de retorno das emendas para as comissões temáticas decorre da própria interpretação literal e lógica dos dispositivos do Regimento Interno. Explico:

O Regimento Interno, em seu artigo 117 conceitua o que considera como proposição senão vejamos:

Art. 117 Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembleia, que será recebida pela Mesa, numerada, datada, despachada às comissões competentes e publicada no Diário da Assembleia e em avulsos, para serem distribuídas aos Deputados, às Lideranças e às comissões.

No mesmo artigo, em seu desdobramento, encontra-se incluída a emenda como proposição, de acordo com a redação do § 1º, *in verbis*:

§ 1º As proposições poderão consistir de projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos. (grifo meu)

Ainda, em outro ponto do Regimento Interno resta claro que a emenda trata-se de uma proposição, quando esse dispõe acerca da matéria, bem como a forma em que deve ser proposta, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



Art. 136 Emenda é a proposição apresentada como acessório de outra. (grifo meu)

Concluindo, dessa forma, que sendo emenda uma proposição Legislativa, deve a mesma seguir o rito pré-estabelecido no Regimento Interno, qual seja, tramitar além da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), em todas as comissões temáticas que se fizerem necessária.

Pois bem,

Quando passamos a analisar o Capítulo III, Seção II, a qual versa sobre as Comissões Permanentes dispondo, inclusive, sobre a competência dessas é incontroverso que é competência das temáticas manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada ao tema em que é competente. Tal conclusão decorre da leitura do artigo 33 e seus desdobramentos, a exemplo o artigo 33M, o qual menciona:

Art. 33-M Compete à Comissão de Indústria e Comércio manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relativas à indústria e comércio.

Assim sendo, é incontestável a necessidade de toda e qualquer proposição, inclusive as emendas, de passarem novamente pelas comissões temáticas, possibilitando essas de se manifestarem acerca da matéria, independente do conteúdo da emenda.

Por fim, entendo pertinente a matéria ora versada, uma vez que não se pode correr o risco de aprovarmos legislações que futuramente possam ser questionadas pelas vias judiciais adequadas e as mesmas serem reputadas inconstitucionais em razão da



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



inobservância do devido processo legislativo, gerando vício insanável,

Neste sentido, menciono o constitucionalista Pedro LANZA:

'[...] a inconstitucionalidade formal propriamente dita decorre da inobservância do devido processo legislativo'.¹
(grifo meu)

Considerando que as emendas somente forma analisadas pela Comissão de Indústria e Comércio, falta ainda serem analisadas pela Comissão de Saúde e pela Comissão de Defesa do Direito do Consumidor, considerando que o Projeto de Lei fora analisada pelas mencionadas temáticas, cabendo o dever das mesmas analisarem as emendas apresentadas ao PL.

¹ LANZA, Pedro. DIREITO CONSTITUCIONAL, 16^a.Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo:Saraiva, 2012, p. 252



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria Legislativa - Coordenadoria de Apoio às Comissões



Informação

Senhora Diretora,

Informo que o Projeto de Lei nº 838/2011, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, recebeu Emendas de Plenário, sendo aprovada, pela Comissão de Constituição e Justiça, a de nº 3.

Por Requerimento do Deputado Pedro Lupion, aprovado na Sessão Plenária do dia 21/5/2013, deverá retornar às Comissões de Saúde e Defesa do Consumidor, para análise da emenda.

Curitiba, 22 de maio de 2013.

Maria Henriette de Paula
Mat. 40.668

1. Ciente;
2. Retorne-se à Comissão de Saúde Pública

Lucília Felicidade Dias
Diretora Legislativa



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE SAÚDE

PARECER A EMENDA Nº 03 AO PROJETO DE LEI Nº 838/2011

Projeto de Lei nº 838/2011

Autor: Deputado Edson Praczyk

Súmula: Proíbe a venda de bebidas alcoólicas em postos de combustíveis e em lojas de conveniência nelas instaladas ou conjugadas e dá outras providências.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Edson Praczyk visa proibir a venda de bebidas alcoólicas em postos de combustíveis e em lojas de conveniência nelas instaladas ou conjugadas e dá outras providências.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Saúde, em consonância ao disposto no **artigo 33-I, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**, verificar o seguinte mérito das proposições:

Art. 33 – I. Compete à Comissão de Saúde Pública manifestar-se sobre as proposições relativas à saúde pública, higiene, assistência sanitária, controle de drogas, medicamento, alimentos e exercício da medicina e profissões afins. (grifo nosso)

O Projeto de Lei em exame recebeu parecer favorável na douda Comissão de Constituição e Justiça pelo deputado Nereu Moura, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa, bem como parecer favorável na Comissão de Indústria e Comércio, na Comissão de Saúde e na Comissão de Defesa ao Consumidor. Cumpre-nos informar que a referida proposição recebeu diversas emendas de plenário para serem analisadas pelas comissões técnicas, conforme dispõe nosso regimento interno.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Chamada esta Comissão a opinar, em relação à Emenda de Plenário nº 03 que obriga os postos de combustíveis e lojas de conveniência a afixarem cartazes, em local visível, nas entradas principais e de acesso ao público, com o seguinte informe: **"PROIBIDO A VENDA DE BEBIDA ALCOÓLICA NAS DEPENDÊNCIAS DO POSTO E DA LOJA – LEI ESTADUAL Nº..."**, irá reforçar a preocupação existente em relação aos casos de embriaguez e com a diminuição de acidentes de trânsito.

CONCLUSÃO


Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda de Plenário nº 3, por estarem presentes os requisitos constitucionais, legais e de mérito.


Sala das Comissões, 29 de maio de 2013.


DEPUTADO DR. BATISTA
PRESIDENTE



DEPUTADO WILSON QUINTEIRO
RELATOR


Prof. Leuz


Tadini



Assembleia Legislativa do Paraná

GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK

"A diferença que vem de Deus" MI 3:18



REQUERIMENTO



Súmula: Requer **REGIME DE URGÊNCIA** à tramitação do Projeto de Lei nº 838/2011 que proíbe a venda de bebidas alcoólicas em postos de combustíveis e em lojas de conveniência neles instaladas ou conjugadas e dá outras providências.

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, **REQUER REGIME DE URGÊNCIA** à tramitação do Projeto de Lei nº 838/2011 que proíbe a venda de bebidas alcoólicas em postos de combustíveis e em lojas de conveniência neles instaladas ou conjugadas e dá outras providências, conforme disposto no artigo 182 incisos I e II do Regimento Interno dessa Casa de Leis.

Sala das Sessões, 05 de novembro de 2013.


PR EDSON PRACZYK
Deputado Estadual/PRB



EDSON PRACZYK
"A diferença que vem de Deus" MI 3:18

.note-se e encaminhe-se
Para Providências
DL, 611113



PARECER

Da COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR sobre a emenda apresentada em plenário no Projeto de Lei nº 838/2011 de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk que *PROÍBE A VENDA DE BEBIDAS ALCOÓLICAS EM POSTOS DE COMBUSTÍVEIS E EM LOJAS DE CONVENIÊNCIA NELES INSTALADAS OU CONJUGADAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS*

Relator: Deputado **PEDRO LUPION**

I- RELATÓRIO.

Veio a esta Comissão de Direito de Defesa do Consumidor o Projeto de Lei (PL) nº 838/2011, de autoria do Deputado PASTOR EDSON PRACZYK, que *Proíbe a venda de bebidas alcoólicas em postos de combustíveis e em lojas de conveniência neles instaladas ou conjugadas e dá outras providências.*

Conforme mencionado na inclusa justificativa o PL, a proposição busca proibir a venda de bebidas alcoólicas em postos de combustíveis (em lojas de conveniências conjugadas), em funcionamento no Estado do Paraná.

Segundo a justificativa apresentada pelo Autor, os estabelecimentos que comercializam combustíveis e as lojas de conveniências, conjugadas a esses, tornaram-se locais de reunião de jovens para o lazer e, via de regra, para consumo de bebidas alcoólicas.

Argumenta que nos mencionados estabelecimentos há 'verdadeiras festas com direito a música alta e outros abusos cometidos durante a madrugada', e ainda, que após o consumo de bebidas alcoólicas os 'jovens' estariam promovendo 'racha', causando acidentes automobilísticos.



Sustenta que a proibição da comercialização de bebidas alcoólicas nos pontos em que menciona seria imperativo para diminuir os acidentes causados por motoristas alcoolizados.

Por fim menciona o artigo 306 do Código de Trânsito Brasileiro.

Uma vez lida e apoiada em plenário a proposição foi encaminhada para a Comissão de Constituição e Justiça, nos termos regimentais, na qual recebeu parecer pela aprovação.

No tocante às formalidades do processo legislativo não se encontra qualquer vício, considerando que o mesmo fora devidamente protocolado na Diretoria Legislativa (DL) desta Casa de Leis, sob o n. 8236/11 em 24/10/11, autuado sob o n. 838/11.

Cumpre informar que, conforme despacho da DL, o PL em apreço guarda similitude com as Leis Estaduais n. 13463/02 e 14259/03.

Na sequência foi encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e demais Comissões temáticas (Indústria e Comércio, Saúde e Defesa do Consumidor), sendo que em todas prevaleceu pareceres pela Aprovação da proposição.

Na oportunidade em que a proposição foi analisada pela Comissão de Constituição e Justiça desta Casa Legislativa, foi nomeado como relator o Deputado Estadual PEDRO LUPION (DEM/PR), o qual exarou parecer pela rejeição do PL, considerando a inconstitucionalidade.

Em seu parecer, o mencionado Parlamentar destacou que por mais que o Estado seja competente para legislar acerca de Direito do Consumidor, o mérito da proposição não se limita a este Direito, mas invade a competência da União (art. 22, inciso I, da CF) ao regular o direito comercial.

Ainda, que a legislação uma vez em vigor infringiria garantias constitucionais como o Direito à liberdade de trabalho, ofício e profissão, interferindo diretamente na atuação dos empresários proprietários de postos de combustíveis, não fazendo qualquer sentido tolher a venda do produto.



Por fim, asseverou que no Estado do Paraná já há proibição de consumo de bebidas alcoólicas nas dependências dos estabelecimentos de venda de combustíveis, o que por si só já coíbe as práticas elencadas pelo Autor quando da apresentação de sua justificativa ao PL.

Porém quando da apresentação do mencionado parecer na sessão da CCJ foi requerido vistas aos Deputados HERMANS BRANDÃO JÚNIOR (PSB/PR) e TADEU VERNERI (PT/PR) e na sequência recebeu voto em separado, de autoria do Deputado NEREU MOURA (PMDB/PR), pela aprovação do PL, o qual prevaleceu.

O PL passou pelas seguintes comissões temáticas:

- (i) Indústria e Comércio: Foi nomeado como relator o Deputado TONINHO WANDSCHEER (PT/PR), o qual apresentou parecer favorável, sem muitos argumentos.
- (ii) Saúde Pública: Considerando que apenas consta a assinatura do relator, sem a denominação do mesmo no parecer exarado, resta impossível determinar ao certo qual Parlamentar fora nomeado. Recebeu parecer favorável, não havendo exaustiva argumentação.
- (iii) Defesa do Consumidor: Nomeado como relator o Deputado CLEITON KIELSE (PMDB/PR), recebeu parecer favorável e assim como nos outros pareceres não há nada de extraordinário na argumentação, significativa para que conste no presente.

Em 07/07/2012 o PL foi encaminhado para a 1ª votação em plenário, em relação a constitucionalidade, sendo aprovado na oportunidade.

Já em segunda votação, em relação ao mérito, o PL recebeu 06 (seis) emendas, sendo então retirado de pauta para as emendas serem analisadas pelas comissões pertinentes.

São as emendas:

- (i) Autoria do Deputado STEPHANES JÚNIOR (PMDB/PR), sugerindo nova redação ao artigo 1º do PL, passando a contar com a seguinte redação: 'Art.1º É proibida a venda de bebidas com qualquer teor alcoólico pelos postos de combustíveis e pelas lojas de

D



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
GABINETE PARLAMENTAR DEPUTADO PEDRO LUPION
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



conveniência neles instaladas ou a eles conjugadas, no horário compreendido entre 02h às 06h'. **REJEITADA NA CCJ.**

(ii) Aatoria do Deputado PEDRO LUPION (DEM/PR), sugerindo a alteração da súmula, passando a contar com a seguinte redação: 'Proíbe a venda de bebidas alcoólicas em postos de combustíveis e em lojas neles instaladas ou conjugadas no horário que especifica e dá outras providências', e ainda sugerindo a modificação do artigo 1º, passando a contar com a seguinte redação: 'É proibida a venda de bebidas com qualquer teor alcoólico pelos postos de combustíveis e pelas lojas de conveniência neles instaladas ou a eles conjugadas, no período compreendido entre 00h00 às 05h00'. **ARQUIVADA A PEDIDO DO AUTOR.**

(iii) Aatoria do Deputado PASTOR EDSON PRACZYK (PRB/PR), sugerindo o acréscimo do parágrafo único ao artigo 1º com a seguinte redação: 'Ficam os postos de combustíveis e lojas de conveniência obrigados a afixarem cartazes, em local visível, mas entradas principais e de acesso ao público, com o seguinte informe: 'Proibido a venda de bebidas alcoólicas nas dependências do posto e da loja - Lei Estadual nº...'. **APROVADA NA CCJ.**

(iv) Aatoria do Deputado PASTOR EDSON PRACZYK (PRB/PR), sugerindo nova redação ao artigo 1º: 'É proibida a venda, em postos de combustíveis e lojas de conveniência neles instalados, de bebidas com qualquer teor alcoólico em condições de consumo imediato'. **ARQUIVADA A PEDIDO DO AUTOR.**

(v) Aatoria do Deputado PEDRO LUPION (DEM/PR), sugerindo o acréscimo do §1º ao artigo 2º, renumerando os demais, com o seguinte conteúdo: '§1º Os avisos de que trata o caput deverão obrigatoriamente estar acompanhados de material educativo sobre o consumo responsável de álcool ou sobre o riscos de conduzir veículo automotor sob efeito de álcool, com vistas à conscientizar a população dos riscos da associação de álcool e direção'. **ARQUIVADA A PEDIDO DO AUTOR.**

(vi) Aatoria do Deputado FERNANDO SCANAVACA (PDT/PR), sugerindo nova redação ao artigo 1º: 'Art. 1º É proibida a venda de bebidas com qualquer teor alcoólico pelos postos



de combustíveis e pelas lojas de conveniência neles instaladas ou a eles conjugadas, quando localizados a 500 metros de escola'. **REJEITADA NA CCJ.**

Assim, restou tão somente a emenda de nº 03 a ser analisada pelas comissões temáticas, prevalecendo parecer pela aprovação na Comissão de Indústria e Comércio, e no mesmo sentido na Comissão da Saúde. Vindo a essa Comissão de Direito do Consumidor, para exarar parecer em relação a emenda nº 03.

Cumpre-me, ainda, mencionar que no dia 05 de novembro de 2013 o autor protocolou requerimento pleiteando o regime de urgência na tramitação do Projeto, o qual foi aprovado em plenário.

É O RELATÓRIO.

II – DA ANÁLISE E VOTO

Conforme já mencionado no relatório do presente parecer, a emenda passa a exigir que os postos de combustíveis afixem, em local visível, cartazes informando a proibição da comercialização de bebidas alcoólicas por aquele estabelecimento.

Desta maneira, em consonância ao artigo 33-P¹ do Regimento Interno desta Casa Legislativa, considerando a matéria versada na proposição em apreço, é de competência desta Comissão temática a sua análise, uma vez que informa ao consumidor a proibição de venda de bebidas alcoólicas em determinado estabelecimento, bem como o PL já tramitou por essa comissão de mérito.

A proposição busca dar uma maior transparência na relação consumeirista informando ao consumidor sobre a proibição em comento bem como o próprio Código de Defesa do Consumidor determina em seu artigo 6º, inciso III, a obrigatoriedade do prestador de serviço e/ou do fornecedor em prestar as devidas informações acerca dos produtos comercializados, senão vejamos:

¹ Art.33-P Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
GABINETE PARLAMENTAR DEPUTADO PEDRO LUPION
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

[...]

III - a **informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;** (grifo meu)

Desta forma, entendo não haver qualquer óbice a regular tramitação da matéria nessa E.Casa Legislativa, uma vez em que a **matéria versada na emenda** não afeta a relação de consumo, ao passo em que nada altera o alcance da pretensa legislação.

É O VOTO.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da emenda de plenário, apresentada no Projeto de Lei n. 838/2011, de autoria do DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK.

Sala das Comissões, 12 de novembro de 2013.

Deputado PARANHOS
Presidente

Deputado PEDRO LUPION
Relator

DEP. JOÃO GONÇALVES

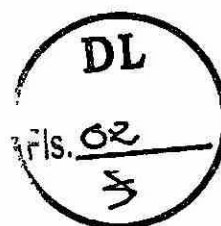
DEP. ADRIANO RIBEIRO



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Kfury

Deputado Osmar Bertoldi



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.
Em, 08-AGO-2012
1º Secretário

PROJETO DE LEI nº 371/12

Súmula:

"Altera os artigos 1º, 2º, 3º, 4º e 6º e suprime os artigos 5º, 7º e 8º da Lei nº 17.052 de 23 de janeiro 2012 que "dispõe sobre a prática de esporte de aventura no Estado do Paraná"."

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PARANÁ
PROTOCOLO Nº 8989
EM 01/08/12
FUNÇÃO

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 17.052/2012 e seus parágrafos passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - A promoção de turismo de aventura, observará o disposto nesta Lei.

§1º. Para os fins desta Lei, consideram-se como turismo de aventura as atividades turísticas oferecidas comercialmente, usualmente adaptadas das atividades de aventura, que tenham ao mesmo tempo o caráter recreativo e envolvam riscos avaliados, controlados e assumidos.

§2º. O turismo de aventura trata-se de atividade própria, distinta e decorrente dos esportes de aventura, os quais, por sua vez, devem ser regulados pelas respectivas Entidades Administrativas do Desporto de cada modalidade desportiva, respeitada a autonomia desportiva constitucionalmente garantida à tais entidades." (NR)

Art. 2º O artigo 2º da Lei 17.052/012 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º - A prática de turismo de aventura pautar-se-á pela preservação da integridade física de seus

praticantes, observado ainda o controle dos impactos da atividade sobre o meio ambiente e as comunidades envolvidas. (NR)

Art. 3º O artigo 3º da Lei 17.052/2012 e seu parágrafo único, passa a vigorar com a seguinte redação, ficando suprimido o inciso I:

Art. 3º - São requisitos para a promoção de turismo de aventura, nos termos da legislação em vigor:

~~I - autorização do Corpo de Bombeiros Militar para a realização da atividade; (REVOGADO)~~

II - autorização do órgão competente para a utilização de locais públicos ou privados para a realização da atividade;

III - responsabilização técnica de profissional habilitado pela atividade;

IV - utilização de equipamentos e técnicas adequadas à atividade;

V - acompanhamento das atividades por monitores habilitados;

VI - prestação de primeiros socorros no local onde se realize a atividade, se necessário;

VII - condições de resgate da vítima, em caso de acidente.

Parágrafo único - Os equipamentos utilizados na prática de turismo de aventura devem apresentar certificado de qualidade expedido pelo órgão responsável em nível estadual, federal ou internacional - quando reconhecido pela Entidade administrativa do desporto da respectiva modalidade desportiva utilizada em tal prática turística." (NR)

Art. 4º - O artigo 4º da Lei 17.052/2012 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º - Fica o promotor de turismo de aventura obrigado a:

I - colher assinatura dos praticantes em termo de responsabilidade, no qual constem as obrigações da operadora, as características da atividade contratada e os riscos a ela inerentes;

II - divulgar publicamente, nos locais onde atue, as informações necessárias ao seguro desenvolvimento de suas atividades. (NR)

Art. 5º - O artigo 6º da Lei 17.052/2012 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º - Na prática de turismo de aventura, deverão ser observadas, além do disposto na legislação pertinente e em seu regulamento, as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT. (NR)

Art. 6º - Ficam revogados os artigos 5º, 7º e 8º da Lei 17.052/2012:

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, em 31 de Julho de 2012.



OSMAR BERTOLDI
DEPUTADO ESTADUAL

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 17.052, de 23 de janeiro de 2012, acabou por englobar tanto a prática comercial de esportes de aventura (que tratam-se de atividades de turismo de aventura, ligadas ao Ministério do Turismo, com regulamentação própria), como a prática formal, informal e voluntária de esportes de aventura (que tratam-se de atividades desportivas ligadas ao Ministério do Desporto e reguladas pela Lei 9615/1998). Ocorre que, a prática de atividades desportivas distingue-se da prática de atividades turísticas, sendo imprescindível ao legislador a adoção de tratamentos distintos para a prática de atividades de turismo de aventura e para a prática de esportes de aventura, a fim de respeitar a legislação hierarquicamente superior e princípios constitucionalmente garantidos.

Ademais, o artigo primeiro da Lei 17.052/12 possui abrangência bastante generalizada, porquanto não caracteriza o que é a atividade coletiva de recreação e lazer. Com isso, a mencionada lei acaba por afetar tanto agências de turismo, clubes e federações de esportes de aventura, como também todas as pessoas

que pratiquem, e conseqüentemente promovam atividades esportivas ditas de aventura de forma coletiva.



Corroborando tal entendimento, salienta-se ainda que se encontra em andamento processo legislativo destinado à aprovação de Projeto de Lei a nível nacional, que estabelece regras para a prática de esportes radicais e de aventura no País; sendo que quando da tramitação de tal processo junto ao Senado Federal (PL nº 403/2005), a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, apresentou parecer terminativo, no sentido de que *"a certificação proposta para instrutores e profissionais responsáveis pela preparação de locais e operação de equipamentos deve ser apresentada pelas prestadoras dos serviços dessas práticas esportivas às federações e confederações, de forma a que o Estado não viole o princípio de autonomia dessas entidades de administração do desporto."*¹ (grifou-se)

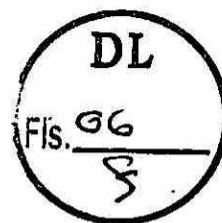
Quanto à exigência de certificação dos equipamentos, impostas no parágrafo único do art. 3º da Lei nº 17.052/2012, a sugestão é no sentido de que os equipamentos utilizados na prática de turismo de aventura devem apresentar certificado de qualidade expedido pelo órgão responsável, tanto em nível estadual e federal, como também em nível internacional, a fim de garantir a qualidade, o padrão e a modernidade dos equipamentos utilizados atualmente no Brasil para as atividades de "esportes de aventura" e de "turismo de aventura", uma vez que grande parte dos mencionados equipamentos possuem unicamente certificações internacionais.

Pelo exposto, necessário se faz que a Lei Paranaense nº 17.052/2012 se submeta às presentes alterações legislativas, a fim de entrar em consenso com a Constituição Federal, com a Constituição Estadual e demais legislações hierarquicamente superiores.

¹ Disponível em: <www.senado.gov.br/sf/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=76080>.



Lei nº. 17052



Data 23 de janeiro de 2012

Súmula Dispõe sobre a prática de esporte de aventura no Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado Do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A promoção do esporte de aventura no Estado do Paraná, como atividade comercial ou atividade coletiva de recreação e lazer, de caráter público ou privado, observará o disposto nesta Lei.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, consideram-se esporte de aventura as modalidades esportivas de recreação que ofereçam riscos controlados à integridade física de seus praticantes e exijam o uso de técnicas e equipamentos especiais.

Art. 2º A prática dos esportes de aventura pautar-se-á pela preservação da integridade física de seus praticantes, observado ainda o controle dos impactos da atividade sobre o meio ambiente e as comunidades envolvidas.

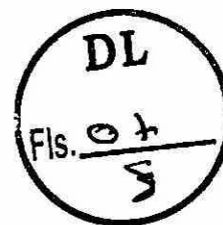
Art. 3º São requisitos para a promoção do esporte de aventura, nos termos da legislação em vigor:

- I – autorização do Corpo de Bombeiros Militar para a realização da atividade;
- II – autorização do órgão competente para a utilização de locais públicos ou privados para a realização da atividade;
- III – responsabilização técnica do profissional habilitado pela atividade;
- IV – utilização de equipamentos e técnicas adequadas à atividade;
- V – acompanhamento das atividades por monitores habilitados;
- VI – prestação de primeiros socorros no local onde se realize a atividade, se necessário;
- VII – condições de resgate da vítima, em caso de acidente.

Parágrafo único. Os equipamentos utilizados na prática de esportes de aventura devem apresentar certificado de qualidade expedido pelo órgão responsável em nível estadual ou federal.

Art. 4º Fica o promotor de esportes de aventura obrigado a:

- I – colher assinatura dos praticantes em termo de responsabilidade, no qual constem as obrigações da operadora, as características da atividade contratada



e os riscos a ela inerentes;

II – divulgar publicamente, nos locais onde atue, as informações necessárias ao seguro desenvolvimento de suas atividades.

Art. 5º As agências de turismo que operam com esporte de aventura deverão obter licenciamento específico para o exercício da atividade, nos termos desta Lei e de seu regulamento.

Art. 6º Na prática de esporte de aventura deverão ser observadas, além do disposto na legislação pertinente e em seu regulamento, as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

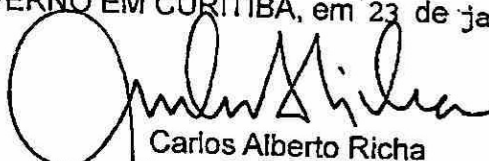
Art. 7º As concessões para o funcionamento das atividades esportivas de que trata esta Lei serão anuais, sendo exigidas, para sua renovação, vistoria do material utilizado e atualização de cadastro dos profissionais envolvidas na atividade.

Art. 8º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeita o infrator às seguintes sanções, nos termos do regulamento:

- I – multa;
- II – suspensão temporária da atividade;
- III – interdição total ou parcial do estabelecimento ou da atividade;
- IV – cassação da licença do estabelecimento ou da atividade.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 23 de janeiro de 2012.


Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Evandro Rogério Roman
Secretário Especial de Esportes

Durval Amaral
Chefe da Casa Civil

Osmar Bertoldi
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PARECER AO PROJETO DE LEI N° 371/12

Projeto de Lei nº 371/12

Autor: Deputado Osmar Bertoldi

Súmula: Altera os artigos 1º, 2º, 3º, 4º e 6º e suprime os artigos 5º, 7º e 8º da lei nº. 17.052/2012, que dispõe sobre a prática de esporte de aventura no Estado do Paraná.

EMENTA: RETORNO DE DILIGÊNCIA. ALTERA OS ARTIGOS 1º, 2º, 3º, 4º E 6º E SUPRIME OS ARTIGOS 5º, 7º E 8º DA LEI 17.052/2012, QUE DISPÕE SOBRE A PRÁTICA DE ESPORTES DE AVENTURA. POSSIBILIDADE. ARTIGO 33-A, I, E 124 DO REGIMENTO INTERNO. ARTIGO 144 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, tem por finalidade alterar os artigos 1º, 2º, 3º, 4º e 6º e suprimir os artigos 5º, 7º e 8º da lei nº. 17.052 de 2012, que dispõe sobre a prática de esporte de aventura no Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade e legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)

Quanto ao propósito da preposição em análise, importante frisar que, conforme preceitua o artigo 144 da **Constituição Estadual**, o Estado promoverá o turismo como forma de desenvolvimento, senão vejamos:

Art. 144. O Estado e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.

Acerca da viabilidade e a fim de proporcionar uma ampla e adequada apreciação do presente, a **SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DO PARANÁ - SETU**, emitiu parecer técnico no sentido de aprimorar o projeto em análise, sugerindo que:

- O art. 3º inciso III modifique a expressão "*habilitada pela atividade*" para "**habilitado para a atividade**", e, igualmente, que



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



o inciso V modifique a expressão "acompanhamentos das atividades por monitores habilitados" para "**acompanhamento das atividades por profissionais habilitados**".

- Por fim, sugeriu a modificação da expressão "termo de responsabilidade" do art. 4º, inciso I, para "**termo de conhecimento de risco**", que é utilizada atualmente pelas operadoras de ecoturismo e turismo de aventura.

Outrossim, com a finalidade de viabilizar o ora projeto, o **INSTITUTO PARANAENSE DE CIÊNCIA DO ESPORTE - IPCE**, apresentou parecer favorável à preposição.

Contudo, no que tange a técnica legislativa empregada, a mesma deverá ser substituída para que tanto os conteúdos, quanto a forma, expressem a vontade do legislador, impedindo quaisquer distorções.

Nesse sentido, o Regimento Interno, em seu art. 137, §2º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei, classificando-se como substitutiva aquela proposição apresentada como sucedânea de outra.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

(...)

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, com o propósito de aplicar melhor técnica legislativa, pela **APROVAÇÃO** do presente projeto na forma da **Emenda Modificativa** em anexo, proposta por esta Comissão.

Sala das Comissões, 06 de março de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 371/2012

De acordo com o que determina o artigo 137, §4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, modifica-se a redação dos incisos III e V do art. 3º e do inciso I do art. 4º, passando a contar com a seguinte redação:

(...)

Art. 3º [...]

(...)

III – responsabilização técnica de profissional habilitado para a atividade;

(...)

V - acompanhamento das atividades por profissionais habilitados;

Art.4º [...]

I - colher assinatura dos participantes em Termo de conhecimento de Risco, no qual constem as obrigações da operadora, as características da atividade contratada e os riscos a ela inerentes;

Sala das Comissões, 06 de março de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK
RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE ESPORTES



PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 371/2012

○ O Projeto de Lei n.º 371/2012, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, tem por objetivo alterar os artigos 1º, 2º, 3º e 4º além de suprimir os artigos 5º, 7º e 8º da Lei nº 17.052 de 23 de janeiro de 2012, a qual dispõe sobre a prática de esporte de aventura no Estado do Paraná.

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, encaminhou-se a esta o presente para análise e parecer, o qual apresenta nos termos do Art. 42, parágrafo único, do Regimento Interno Desta.

ANÁLISE DO MÉRITO

○ O projeto em questão tem por finalidade adequar a Lei 17.052/12 sancionada em 23 de janeiro de 2012, a qual em sua redação final englobou a prática comercial de esportes de aventura e a prática formal, informal e voluntária de esportes de aventura. No entanto estas são práticas distintas, merecendo tratamento distinto a cada matéria a fim de não ferir legislação anterior ou os princípios constitucionais garantidos.

A prática de esportes de aventura merece atenção especial devido aos riscos envolvidos para sua execução, sendo necessário que equipamentos e profissionais atendam as normas do Corpo de Bombeiros com certificação



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE ESPORTES

internacional. Medidas estas importantes para garantir o bem estar e a segurança dos praticantes e entusiastas do esporte.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, chamada esta relatoria a se manifestar, o parecer é pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 13 de março de 2013.

Deputado Ney Leprevost

Presidente

Deputado Ney Leprevost

Relator

MARA LIMA

TERNO KATO

JONAS GUIMARÃES

LEONALDO ZANETTI



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Turismo



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 371/2012

Projeto de Lei nº. 371/2012

Autor: Deputado Osmar Bertoldi

Súmula: Altera os artigos 1º, 2º, 3º, 4º, e 6º e suprime os artigos 5º, 7º, 8º da Lei 17.052 de 23 de janeiro de 2012, que "dispõe sobre a prática de esporte de aventura no Estado do Paraná".

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, tem por objetivo alterar alguns artigos da Lei 17.052/2012, que dispõe sobre a prática de esporte de aventura no Estado do Paraná. Visa alterar o alcance da referida Lei, que disciplinou o "esporte de aventura", para a prática do "turismo de aventura", como forma de corrigir um equívoco constatado na criação da referida lei, de autoria do próprio Deputado Osmar Bertoldi.

Na justificativa do projeto o autor explica que é necessária uma diferenciação da prática comercial de esportes de aventura (que explora o turismo de aventura) do exercício normal, formal, informal e voluntário de tal atividade desportiva.

No dia 06 de março obteve parecer favorável, com emenda modificativa na CCJ, contando com o apoio de resposta às diligências feitas às Secretarias de Turismo e Esporte. O objetivo da emenda é adequar alguns termos do seu texto ao usado na prática durante a realização do esporte. Recebeu, ainda, no dia 13 de março, parecer favorável da Comissão de Esportes, sendo agora esta Comissão chamada a se manifestar, nos termos do artigo 33-N do Regimento Interno desta Casa.

No que se refere ao objeto de análise desta comissão, constatamos que o Projeto visa adequar a lei paranaense à realidade do esporte de aventura em nosso Estado. O alcance da norma em análise deve restringir-se à exploração do **turismo de**



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Turismo

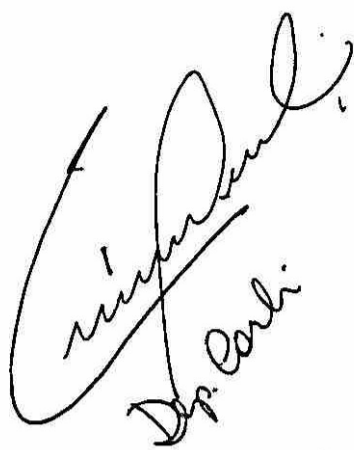
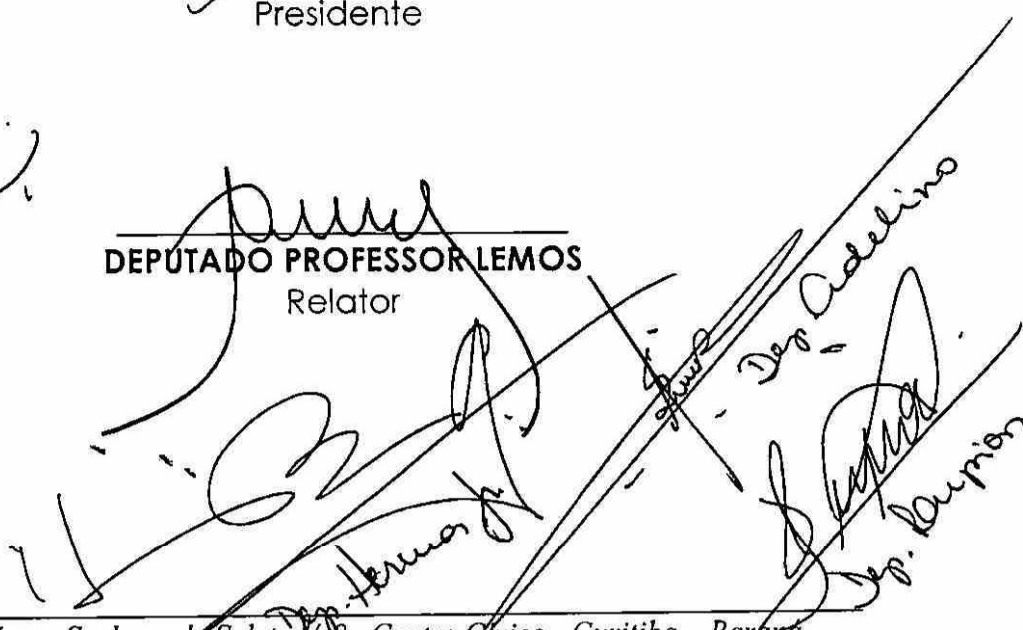


aventura, uma vez que a prática do esporte de aventura já possui uma legislação hierarquicamente superior. A lei original, sem a devida alteração, trata do esporte como um todo, abrangendo, além das agências de turismo, clubes e federações de esportes de aventura, ou até mesmo todos os praticantes da referida atividade.

Desta forma, a alteração da referida Lei trará uma maior proteção aos que buscam pelo turismo de aventura, sem contar com a devida experiência na prática do esporte e devendo tomar todos os cuidados elencados pela lei.

Diante do exposto, o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à continuidade da tramitação do presente Projeto, razão pela qual somos pela sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 25 de junho de 2013.


DEPUTADO ANIBELLI NETO
Presidente
DEPUTADO PROFESSOR LEMOS
Relator
Deputado Carlos
Deputado Adeline

Praça Nossa Senhora da Salette nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

20/13

Súmula: Estabelece, para revisão geral anual do ano de 2013, o índice geral de 6,49% nas tabelas de vencimento básico e de subsídio das carreiras de servidores e membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

Art. 1º Fica concedido, para revisão geral anual, o índice geral de 6,49% (seis vírgula quarenta e nove por cento) na referência salarial inicial das tabelas de vencimento básico e de subsídio, com o consequente reflexo nos interníveis e interclasses, respeitada a amplitude salarial e a dinâmica intercargos, às carreiras de servidores e membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná, em atendimento ao disposto no inciso X, do art. 27 da Constituição Estadual.

Art. 2º O Anexo IV da Lei Complementar nº 136, de 19 de maio de 2011, passa a vigorar na forma do Anexo I desta Lei.

Art. 3º O Anexo V da Lei Complementar nº 136, de 2011, passa a vigorar na forma do Anexo II desta Lei.

Art. 4º A aplicação do índice fixado no art. 1º será implementada em folha de pagamento, em cota única, com efeitos a partir de 01 de maio de 2013.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 03 de outubro de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Anexo I

SUBSÍDIO – DEFENSOR PÚBLICO

Tempos/referências		05 Anos	10 Anos	15 Anos	20 Anos	25 Anos	31 Anos	32 Anos	33 Anos	34 Anos	35 Anos
Categoria	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
1ª	12.544,02	13.171,22	13.798,42	14.425,62	15.052,82	15.680,03	16.307,23	16.934,43	17.561,63	18.188,83	18.816,03
2ª	11.946,69	12.544,02	13.141,35	13.738,69	14.336,02	14.933,36	15.530,69	16.128,03	16.725,36	17.322,69	17.920,03
3ª	11.377,80	11.946,69	12.515,58	13.084,47	13.653,36	14.222,25	14.791,14	15.360,02	15.928,91	16.497,80	17.066,69

Anexo II

VENCIMENTO BÁSICO – AGENTE PROFISSIONAL DA DEFENSORIA

Classe	Dinâmica interclasse	Subsídio base	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1	1,10						5.371,33	6.714,16	7.385,57	7.721,28	8.056,99	8.392,70	8.728,41
2						3.906,42	4.492,38	4.887,70	4.883,02				
3		2.685,28	3.088,08	3.242,48	3.396,89	3.551,29							

VENCIMENTO BÁSICO – ASSISTENTE TÉCNICO DA DEFENSORIA

Classe	Dinâmica interclasse	Subsídio base	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1	1,05						2.039,22	2.549,02	2.803,92	2.931,38	3.058,83	3.186,28	3.313,73
2					1.553,69	1.786,74	1.864,43	1.942,11					
3		1.118,87	1.286,70	1.351,03	1.415,37	1.479,70							



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
Coordenação Geral de Administração
Gestão de Pessoas



Mem. 201/GDP/DPP

Em 25 de setembro de 2013

Ao Departamento de Gestão de Finanças

Assunto: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA REVISÃO GERAL ANUAL DE SERVIDORES E MEMBROS

Solicitamos indicação orçamentária para o impacto financeiro da Revisão geral Anual sobre os salários dos servidores e membros desta Defensoria, baseada no índice de 6,49% aplicado ao Executivo Estadual no ano de 2013, através da Lei Estadual nº 17.580 de 29 de maio de 2013, com efeitos a partir de 01/05/2013, considerando para os cálculos até 31/12/2013.

1.1 Tabela de diferença salarial de servidores e membros no período.

Cargo	Quantidade em 25/09/2013	Salário base atual (R\$)	Salário com a Revisão Geral Anual (R\$)	Diferença salarial mensal (R\$)	Diferença salarial total (R\$)	Diferença salarial total no período (R\$)
Defensor	10	10.684,38	11.377,80	693,42	6.934,20	55.473,60
Ouvidor	1	10.684,38	11.377,80	693,42	693,42	5.547,36
Agente Profissional	41	2.521,63	2.685,28	163,66	6.710,06	53.680,48
Assistente Técnico	9	1.050,68	1.118,87	68,19	613,71	4.909,68
Total	61	24.941,07	26.559,75	1.618,69	14.951,39	119.611,12

1.2 Tabela de diferença de encargos sobre folha de servidores e membros no período.

Cargo	Quantidade em 25/09/2013	Diferença 13º (R\$)	Diferença 1/3 férias (R\$)	Diferença previdência patronal (R\$)	Diferença total 13º (R\$)	Diferença total 1/3 férias (R\$)	Diferença total previdência patronal (R\$)	Diferença total previdência patronal no período (R\$)
Defensor	10	462,28	12,84	76,28	4.622,80	128,41	762,76	6.102,10
Ouvidor	1	462,28	12,84	76,28	462,28	12,84	76,28	610,21
Agente Profissional	41	109,10	3,03	18,00	4.473,10	124,25	738,06	5.904,49
Assistente Técnico	9	45,46	1,26	7,50	409,14	11,37	67,51	540,06
Total	61	1.079,12	29,98	178,05	9.967,32	276,87	1.644,61	13.156,86

1.3 Tabela de projeção da folha de pagamento para o 1º semestre de 2014, com base em expectativa de nomeações.

Cargo	Quantidade	Remuneração total - semestre (R\$)	1/3 férias (R\$)	13º Salário (R\$)	Previdência patronal (R\$)	Custo total (R\$)
Defensor optante	10	1.011.568,56	28.099,13	84.297,38	111.272,54	1.235.237,61
Defensor	97	6.621.879,60	183.941,10	551.823,30	728.406,78	8.086.050,76
Ouvidor	1	68.266,80	1.896,30	5.688,90	7.509,35	83.361,35



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
Coordenação Geral de Administração
Gestão de Pessoas



Agente Profissional	92	1.482.274,56	41.174,29	123.522,88	163.050,20	1.810.021,93
Assistente Técnico	53	355.800,66	9.883,35	29.650,06	39.138,07	434.472,14
Total	253	9.539.790,18	264.994,17	794.982,52	1.049.376,92	11.649.143,79

1.4 Tabela de projeção da folha de pagamento para o 2º semestre de 2014, com base em expectativa de nomeações.

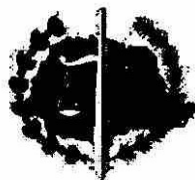
Cargo	Quantidade	Remuneração total - semestre (R\$)	1/3 férias (R\$)	13º Salário (R\$)	Previdência patronal (R\$)	Custo total (R\$)
Defensor - optante	10	1.011.568,56	28.099,13	84.297,38	111.272,54	1.235.237,61
Defensor	197	13.448.559,60	373.571,10	1.120.713,30	1.479.341,56	16.422.185,56
Ouvidor	1	68.266,80	1.896,30	5.688,90	7.509,35	83.361,35
Agente Profissional	374	6.025.768,32	167.382,45	502.147,36	662.834,52	7.358.132,65
Assistente Técnico	154	1.033.835,88	28.717,66	86.152,99	113.721,95	1.262.428,48
Total	736	21.587.999,16	599.666,64	1.798.999,93	2.374.679,91	26.361.345,64

1.5 Tabela de projeção da folha de pagamento para o ano de 2015, com base em expectativa de nomeações.

Cargo	Quantidade	Remuneração total - ano (R\$)	1/3 férias (R\$)	13º Salário (R\$)	Previdência patronal (R\$)	Custo total (R\$)
Defensor - optante	10	2.023.137,12	56.198,25	168.594,76	222.545,08	2.470.475,22
Defensor	197	26.897.119,20	747.142,20	2.241.426,60	2.958.683,11	32.844.371,11
Ouvidor	1	136.533,60	3.792,60	11.377,80	15.018,70	166.722,70
Agente Profissional	374	12.051.536,64	334.764,91	1.004.294,72	1.325.669,03	14.716.265,30
Assistente Técnico	154	2.067.671,76	57.435,33	172.305,98	227.443,89	2.524.856,96
Total	736	43.175.998,32	1.199.333,29	3.597.999,86	4.749.359,82	52.722.691,28

Atenciosamente,

Antônio da Silva Pinto
 Administrador - CRA 27082/PR
 Gestão de Pessoas



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
Coordenação Geral de Administração



INFORMAÇÃO Nº 0108/2013/GFI/DPPR

REFERÊNCIA: Protocolo 11.817.864-5

ASSUNTO: Indicação Orçamentária para o impacto financeiro da Revisão Geral Anual sobre os vencimentos dos Membros e Servidores da Defensoria Pública do Estado do Paraná, para o exercício de 2013.

Senhor Defensor Público Geral em Exercício,

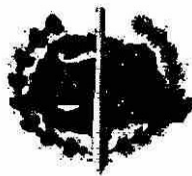
Informamos a Vossa Excelência que **existe disponibilidade orçamentária** para atender à despesa com a Revisão Geral Anual sobre os vencimentos dos Membros e Servidores da Defensoria Pública do Estado do Paraná, no valor de R\$ 143.012,17 (cento e quarenta e três mil e doze reais e dezessete centavos). Tal reajuste é baseado no índice de 6,49%, aplicado ao Poder Executivo Estadual no exercício corrente, por meio da lei 17.580 de 29 de maio de 2013. Consideramos para a indicação o Memorando nº 201 encaminhado pelo departamento de Gestão de Pessoas e a proposta de Ajuste Salarial dos Membros e Servidores inicialmente detalhada no Protocolo 11.817.84-5.

Após autorização, correrá à conta da **dotação orçamentária** 0701.14422014.008 – Gestão da Defensoria Pública, Fonte 100 – Tesouro do Estado, nos subelementos de despesa e valores discriminados abaixo, já computados os valores retroativos a partir de maio de 2013:

- i. 3.1.90.11.02 – Vencimentos e Vantagens Fixas dos Cargos de Provimento Efetivo R\$ 119.611,12 (cento e dezenove mil e seiscentos e onze reais e doze centavos)
- ii. 3.1.90.11.04 – Décimo Terceiro Salário R\$ 9.967,32 (nove mil novecentos e sessenta e sete reais e trinta e dois centavos)
- iii. 3.1.90.11.05 – Adicional de Férias R\$ 276,87 (duzentos e setenta e seis reais e oitenta e sete centavos)
- iv. 3.1.90.13.04 – Contribuição ao Fundo de Previdência Estadual R\$ 13.156,86 (treze mil e cento e cinquenta e seis reais e oitenta e seis centavos)

Informa-se na oportunidade que os gastos com Pessoal e Encargos Sociais, estão resguardados pela Lei Orçamentária Anual nº 17.398, de 18 de dezembro de 2012.

Em obediência ao artigo 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal/LRF, o **impacto orçamentário** resultante da despesa em questão pode ser visualizado no quadro abaixo, baseado no Q.D.D. (anexo) e ajustado com base em outros processos em tramitação e atuais projeções de custos.




DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
Coordenação Geral de Administração



Natureza de Despesa	Orçamento Programado	Empenhado + Comprometido	Valor a empenhar no exercício	Saldo Programado
Pessoal e Encargos Sociais	30.661.860,00	18.425.102,82	143.012,17	12.093.745,01
			2014	2015
Valor a empenhar nos exercícios subsequentes			38.010.489,43	52.722.691,28

Curitiba, 26 de setembro de 2013.


Andréia Colovini
Contadora
CRC/PR 044.965/O-2

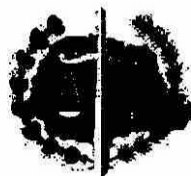


e-COP Programação Orçamentária
Relatório QDD por Espécie/Natureza/Fonte de uma Unidade
**** Valores Oficiais c/ Mov. de Crédito ****

Órgão : 07 - DEFENSORIA PÚBLICA

Unidade : 01 - DEFENSORIA PÚBLICA

Descrição	Fonte	Orçamento Inicial	Programado	Total Orçamentário	Empenhado + Mov. Crédito	Saldo Programado
PESSOAL/ENC.SOC						
31901300	100	527.880	975.680	975.680	975.680,00	0,00
31909200	100	0	7.208	7.208	7.208,00	0,00
31909600	100	0	100.000	100.000	92.833,58	7.166,44
OUTR.DESP.CORR.						
33903000	100	532.340	1.225.340	1.225.340	108.522,04	1.116.817,96
33903800	100	848.120	1.113.120	1.113.120	1.077.410,61	35.709,39
33903900	100	2.690.200	8.108.200	8.108.200	8.202.278,14	905.921,86
33904700	100	5.000	5.000	5.000	2.500,00	2.500,00
33909200	100	10.000	526.000	526.000	8.665,21	518.334,79
Total OUT.C	T	5.485.400	13.618.700	13.618.700	10.422.285,51	3.197.434,49
	OF	0	0	0	0,00	0,00
	Todas	5.485.400	13.618.700	13.618.700	10.422.285,51	3.197.434,49
44905200	100	1.154.800	2.718.440	2.718.440	18.702,53	2.701.737,47
Total	T	47.000.000	47.000.000	47.000.000	16.741.011,13	30.258.988,87
	OF	0	0	0	0,00	0,00
	Todas	47.000.000	47.000.000	47.000.000	16.741.011,13	30.258.988,87



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

GABINETE



DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESA

Declaro, em atendimento às disposições do artigo 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal/LRF, que as despesas com a Revisão Geral Anual sobre os vencimentos dos Membros e Servidores da Defensoria Pública do Estado do Paraná, conforme informações deste protocolo, no valor de R\$ 143.012,17 (cento e quarenta e três mil e doze reais e dezessete centavos), tem **adequação orçamentária e financeira** com a Lei Orçamentária Anual do Exercício de 2013 e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

As despesas serão cobertas pela dotação orçamentária 0701.14422014.008 – Gestão da Defensoria Pública, Fonte 100 – Tesouro do Estado, grupo de natureza de despesa Pessoal e Encargos Sociais.

Para os exercícios de 2014 e 2015, estimam-se os valores de R\$ 38.010.489,43 e R\$ 52.722.691,28, respectivamente.

Curitiba, 26 de setembro de 2013.

OSNI BATISTA PADILHA
Defensor Público Geral do Estado do Paraná em Exercício

Referências: Protocolo 11.817.864-5



ESTADO DO PARANÁ

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Núcleo Jurídico da Secretaria de Estado de Governo

SEEG
CTL
Fls. 79



PROTOCOLO: 11.817.864-5

INTERESSADO: Defensoria Pública do Estado do Paraná

ASSUNTO: Anteprojeto de Lei

DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 2541/2013

Trata-se de procedimento administrativo objetivando o encaminhamento de Anteprojeto de Lei, proposto pela Defensoria Pública do Estado do Paraná, que visa implementar o "reajuste dos valores remuneratórios de seus servidores" (*sic*).

Este Núcleo Jurídico da Administração da Secretaria de Estado de Governo manifestou-se às fls. 55/60 devolvendo o protocolado à origem para que readequassem os cálculos e os valores nas tabelas remuneratórias ora apresentados, considerando que ante o limite prudencial só seria possível o atendimento do pleito referente a revisão geral anual.

Em seguida, a Defensoria Pública do Estado do Paraná apresentou nova solicitação, desta vez especificamente em relação a revisão geral anual dos valores remuneratórios de seus servidores.

A Defensoria Pública do Estado do Paraná anexou as tabelas com os cálculos solicitados por este NJA/SEEG, Minuta de Anteprojeto de Lei Complementar e sua justificativa, Informação nº 0108/2013/GFI/DPPR constando as informações de caráter financeiro demonstrando seu impacto orçamentário no presente exercício e nos subsequentes, respeitando a Lei de Responsabilidade Fiscal - fls. 63/72, também foi anexado o QDD e a declaração do ordenador de despesa - fls. 73/74.



0372
ESTADO DO PARANÁ

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Núcleo Jurídico da Secretaria de Estado de Governo

SEEG

Fis.

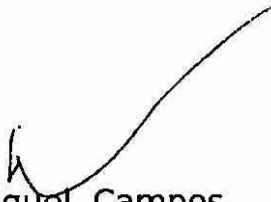



Protocolo nº 11.817.864-5

Despacho Adm. Nº 2541/2013-NJA/SEEG

Posto isto, entendemos que o presente protocolado encontra-se devidamente instruído, recomenda-se o envio do presente procedimento para a deliberação do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado para que decida, com base nos critérios de conveniência e oportunidade, sobre o envio do Anteprojeto de Lei Complementar à Assembleia Legislativa.

Curitiba-PR, 27 de setembro de 2013.


Miguel Campos,
Procurador do Estado do Paraná
Chefe do NJA/SEEG


Giovanni Gonçalves
Assistente Técnico

MENSAGEM
Nº 119 /2013

Curitiba, 03 de outubro de 2013.



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 07/10/2013

Presidente

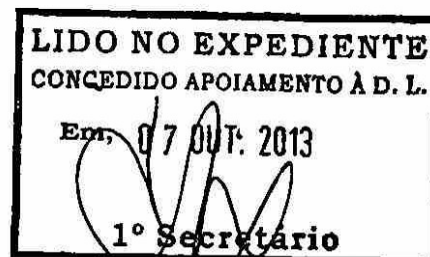
Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva estabelecer, para revisão geral anual do ano de 2013, o índice geral de 6,49% nas tabelas de vencimento básico e de subsídio das carreiras de servidores e membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

O escopo da iniciativa consubstancia-se nas determinações previstas no art. 37, inciso X, da Constituição Federal, onde prevê que "a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices".

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 11.817.864-5



14:30 07/10/2013 008585 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 20/2013

Projeto de Lei Complementar nº 20/2013
Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 119/2013

Súmula: Estabelece, para revisão geral anual do ano de 2013, o índice geral de 6,49% nas tabelas de vencimento básico e de subsídio das carreiras de servidores e membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

EMENTA: CARREIRAS ESTATUTÁRIAS DEFENSORIA PÚBLICA. REVISÃO GERAL ANUAL. ÍNDICE 6,49%. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGO 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 65, 66 e 87 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ART. 61 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. REVISÃO ANUAL. ART. 37, INCISO X DA CF. ART 27, INCISO X DA CE. ESTUDO DO REAJUSTE. LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE. PARECER PELA APROVAÇÃO.

RELATÓRIO

O presente projeto de lei complementar, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 119/2013, visa estabelecer para revisão geral anual do ano de 2013, o índice geral de 6,49% nas tabelas de vencimento básico e subsídios das carreiras de servidores e membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

No que tange aos funcionários do Poder Executivo, especialmente da Defensoria Pública, a competência para versar sobre a administração dos mesmos, está elencada na Constituição Do Estado Do Paraná, em seu artigo 66, que determina que é competência exclusiva do Governador do Estado do Paraná, conforme segue:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva;

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;

A Constituição Do Estado Do Paraná, em seu artigo 87, reforça a competência privativa do Governador para dispor sobre a administração estadual, senão vejamos:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração estadual, na forma da lei;

Ademais a Constituição Da República, de forma análoga, assim determina no art. 61, § 1º, II, c:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

Importante salientar, o disposto no artigo 37, inciso X, da CF sobre a revisão anual da remuneração dos servidores do Poder Executivo, adiante transcrito:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

No mesmo sentido, reitera a Constituição Do Estado Do Paraná, artigo 27, inciso X, conforme segue:

Art. 27. A administração pública direta, indireta e fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, eficiência, motivação, economicidade e, também, ao seguinte:

X- a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o §4º do art. 39 da Constituição Federal, somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ainda, o aumento de despesas com o pessoal decorrente da implantação da revisão geral anual consta da previsão de despesa de pessoal do Poder Executivo, conforme planilha apresentada, cumprindo-se, assim, a Lei Complementar nº 101/2000.

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº. 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei Complementar, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 08 de outubro de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

08/10/13



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 20/13

RELATÓRIO

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 119/13, que estabelece, para revisão geral anual do ano de 2013, o índice geral de 6,49% nas tabelas de vencimento básico e de subsídio das carreiras de servidores e membros da Defensoria Pública do Estado.

Preliminarmente denota-se que a proposta foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Ademar Traiano e após sua análise exarou o competente parecer favorável, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

FUNDAMENTAÇÃO

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a observar que a iniciativa consubstancia-se nas determinações contidas no art. 37, inciso X da Constituição Federal.

Constata-se, que a Constituição do Estado em seus arts. 65, 66 e 67 ressaltam que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.

Oportuno observar, que a proposta objeto do presente Projeto de Lei Complementar, não fere os preceitos da Lei Complementar Federal nº 101/00, uma vez que vem acompanhada da declaração do ordenador de despesa, Senhor Osni Batista Padilha, Defensor Público Geral do Estado do Paraná em exercício, demonstrando que a matéria proposta tem



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual do exercício de 2013 e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

De igual modo, o autor informa ainda que, as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CONCLUSÃO

Assim sendo, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa nesta Casa Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.


É o parecer.

Sala das Comissões,

16/10/13


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO FRANCISCO BUHRER
RELATOR


DER. AUGUSTO


DER. EMILIO



ANTEPROJETO DE LEI 421/13

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Instituto Paranaense de Cegos.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Instituto Paranaense de Cegos, de uma área de 36.089,60 m², sem benfeitorias, situada no Bairro Campo Comprido, nesta Capital, destacada de área maior havida pelo Estado, conforme Transcrição nº 51.177 do Cartório de Registro de Imóveis da 6ª Circunscrição da Comarca de Curitiba.

Parágrafo único. O imóvel de que trata o presente artigo será exclusivamente utilizado no desenvolvimento das atividades do Instituto Paranaense de Cegos, revertendo automaticamente ao patrimônio do Estado caso lhe seja dada outra destinação.

Art. 3º O Instituto Paranaense de Cegos terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, inclusive o indispensável desmembramento da área, caso contrário o imóvel retornará ao patrimônio do Estado.

Art. 4º A presente doação fica gravada com cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 10 de setembro de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

MENSAGEM

Nº 099/2013

Curitiba, 10 de setembro de 2013.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em, 12/09/2013

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Instituto Paranaense de Cegos, de uma área de 36.089,60 m², sem benfeitorias, situada no Bairro Campo Comprido, nesta Capital, destacada de área maior havida pelo Estado, conforme Transcrição nº 51.177 do Cartório de Registro de Imóveis da 6ª Circunscrição da Comarca de Curitiba.

A presente proposta atende plenamente ao interesse público eis que o referido imóvel será usado pelo Instituto Paranaense de Cegos exclusivamente no desenvolvimento de suas atividades.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que o imóvel em referência ficará gravado com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade e que o donatário terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização registral da titularidade do referido bem, inclusive o indispensável desmembramento da área, caso contrário o mesmo retornará ao patrimônio do Estado.

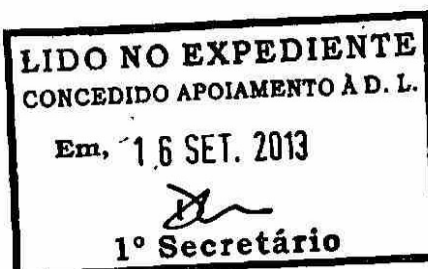
Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHA

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.713.972-7



SECRETARIA DE

ESTADO DE GOVERNO**Sistema Estadual de Legislação**

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato

Página para impressão

Lei 9383 - 24 de Setembro de 1990

Alterado Compilado OriginalPublicado no Diário Oficial nº. 3357 de 25 de Setembro de 1990

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a doar a área que especifica ao Instituto Paranaense de Cegos e a firmar termo de cessão de uso de imóvel com a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Instituto Paranaense de Cegos uma área de aproximadamente 48.400,00 m², sem benfeitorias, em Campo Comprido, nesta Capital, destacada de área maior havida pelo Estado, conforme Transcrição nº 51.177, do Cartório de Registro de Imóveis da 6ª Circunscrição da Comarca de Curitiba.

Parágrafo único. O imóvel de que trata este artigo será exclusivamente utilizado na construção da sede e desenvolvimento das atividades do Instituto Paranaense de Cegos, revertendo automaticamente ao patrimônio do Estado caso lhe seja dada outra destinação.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar com a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais, termo de cessão de uso do imóvel de propriedade do Estado, à Rua Coronel Dulcídio, esquina com a avenida Visconde de Guarapuava, nesta Capital, com as benfeitorias nele existentes, objeto da Transcrição nº 12.671, do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Curitiba.

§ 1º. A cessão de uso de que trata este artigo vigorará pelo prazo de 5 anos, prorrogável por igual período.

§ 2º. A cessionária utilizará o imóvel referido neste artigo exclusivamente na instalação da sede da entidade e no desenvolvimento de suas atividades, sob pena de imediato cancelamento da cessão.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 24 de setembro de 1990.

Álvaro Dias
Governador do Estado

Gino Azzolini Neto
Secretário de Estado da Administração

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

topo





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI 421/2013

Projeto de Lei nº 421/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 99/2013

Súmula: Objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Instituto Paranaense de Cegos.

EMENTA: DOAÇÃO DE IMÓVEL AO INSTITUTO PARANAENSE DE CEGOS. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. LEGITIMIDADE AFERIDA. DESCONFORMIDADE COM A LEI COMPLEMENTAR 95/98. PARECER PELA APROVAÇÃO NA FORMA DO SUBSTITUTIVO GERAL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 99/2013, visa efetuar a doação ao Instituto Paranaense de Cegos, do imóvel que especifica, contendo área total de 36.089,60 m².



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Tal imóvel já foi doado ao mesmo instituto através da Lei nº 9383, de 24 de setembro de 1990, contudo, à época foi doada a área correspondente a 48.400,00 m². Dessa forma, entende-se que o presente projeto deveria ter o caráter de reversão, eis que a doação já foi efetuada, sendo a pretensão do Poder Executivo a de reverter 12.310,40 m², em favor do Estado, a fim de utilização pela COHAPAR, para assentamento de famílias que residem de forma irregular em área próxima.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de ilegalidade, eis que trata de tema idêntico à Lei existente, razão pela qual deve ser aprovada na forma do Substitutivo Geral em anexo, nos termos do artigo 137, § 2º e 138 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

CONCLUSÃO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, na forma do SUBSTITUTIVO GERAL em anexo, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 15 de setembro de 2013.

NELSON JUSTUS
Presidente

PEDRO LUPION
Relator

APROVADO
15.10.13

Dep. Terno

Dep. Quinteiro

Dep. Tadeu

Dep. Scavarda

Dep. Traiano

Dep. Curi

Dep. Pastor

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

Dep. Nereu



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 421/2013

De acordo com o que determinam os artigos 137, § 2º e 138 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Projeto de Lei nº 421/2013, passa a contar com a seguinte redação:

Súmula: Reverte ao Patrimônio do Estado área do imóvel que especifica, doado ao Instituto Paranaense dos Cegos.

Art. 1º - Fica revertido ao patrimônio do Estado a fração ideal de 25,43%, correspondente a 12.310,40 m², do imóvel doado ao Instituto Paranaense de Cegos, situado no Campo Comprido, nesta Capital, conforme Transcrição nº 51.177 do Cartório de Registro de Imóveis da 6ª Circunscrição da Comarca de Curitiba.

Art. 2º - A fração remanescente de 74,57%, correspondente a 36.089,60 m², permanecerá doada em favor do Instituto Paranaense dos Cegos, e será utilizada exclusivamente para o desenvolvimento de ações, atividades e instalações que beneficiem o referido Instituto.

Art. 3º - Fica revogado o Parágrafo único, do Art. 1º, da Lei 9.383, de 24 de setembro de 1990.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 15 de outubro de 2013

NELSON JUSTUS
Presidente

PEDRO LUFION
Relator

APROVADO
15.10.13

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Projeto de Lei Nº 421/2013

Autor: Poder Executivo(Mensagem 099/2013)

O Projeto de Lei nº 421/2013, de autoria do Poder Executivo, objetiva receber autorização para efetuar a doação de imóvel que especifica ao Instituto Paranaense de Cegos.

A Comissão de Constituição e Justiça, analisando o Projeto, entendeu tratar-se tão somente de reverter parte da área ao Estado, haja vista que uma área maior(48.400 m2) desse mesmo imóvel já havia sido doada àquele Instituto, conforme Lei nº 9.383/1990. Apresentou, assim, um Substitutivo Geral.

Esta Comissão, ao analisar o Projeto 421/2013, está de acordo com o Parecer da CCJ, opinando pela continuidade da tramitação, na forma do Substitutivo Geral oferecido.

Sala das Comissões, 04 de novembro de 2013..



Deputado TADEU VENERI

Presidente


Deputado CAIO QUINTANA

Relator


Ney LEPREVOST


QUINTEIRO


CUPION



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 421/2013

Projeto de Lei nº 421/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 099/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Instituto Paranaense de Cegos.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 421/2013**, de autoria do Poder Executivo, através da **mensagem 099/2013**, objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Instituto paranaense de Cegos, de área sem benfeitorias, situada no bairro Campo Comprido, Curitiba-PR.

Citando que em análise constitucional a CCJ apresentou emenda substitutiva geral, a qual corrige a metragem do terreno a ser doado.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 421/2013**, no qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Curitiba no Estado do Paraná, com a doação de um imóvel destinado exclusivamente para o Instituto Paranaense de Cegos que já realiza um trabalho grandioso voltado para a população. Este processo ajudará ampliar seu leque de atendimento, sendo que investimentos desta natureza atendem diretamente aos interesses de todos e prezam por um fortalecimento regionalizado em busca da realização e ampliação de ações de melhoria da qualidade de vida da população. Este será um investimento prioritário, que fortalecerá de forma direta o desenvolvimento da saúde no município, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Bührer; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



Cumpre a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O **Projeto de Lei 421/2013** em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 099/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado;

(...)

(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando gravado com cláusula de inalienabilidade, que obriga sua destinação de forma exclusiva ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o **Projeto de Lei 421/2013**,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população. Esta proposição faz referencia a um imóvel apontado exclusivamente para uma destinação de consenso e benefício comum, restando assim, grande favorecimento na composição desta matéria para que possa ser aprovada por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à proposição, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Pedro Lupion, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Instituto Paranaense de Cegos, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 421/2013, na forma do Substitutivo Geral apresentado pela CCJ.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 11 de novembro de 2013.

Francisco Buhner
FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão

Jonas Guim.

Teruo Kato

Tercílio Turini

Elton Welter
ELTON WELTER
Relator

Adelino Ribeiro

Pastor Edson Praczyk



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 483/13

Súmula: Aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei.

Art. 1º Fica aprovado um crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 17.398, de 18 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 26.000.000,00 (vinte e seis milhões de reais), conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, a importância proveniente de Superávit Financeiro no valor de R\$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões de reais) apurado no Balanço Patrimonial da Junta Comercial do Paraná - JUCEPAR no exercício de 2012 e cancelamento de dotação do próprio órgão no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), conforme Anexo II desta Lei.

Art. 3º Em decorrência do contido no art. 2º, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexo III desta Lei.

Art. 4º Em decorrência do contido no art. 2º, fica alterado o Programa de Obras, conforme Anexo IV desta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Palácio do Governo, em 03 de outubro de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

I SUPLEMENTAÇÃO		A N E X O I								
I DE DESPESA		ANEXO À LEI						R\$ 1,00		

I	I		I	I	I	I				
I Cód.	I	Especificação	I Natureza	I	I	I	I	Valor	I N.do	
I	I		I da	I	I	I	I		I Proc	
I	I		I Despesa	I	I	I	I		I COP	

I 6100	I	SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E	I	I	I	I	I		I	
I	I	ASSUNTOS DO MERCOSUL	I	I	I	I	I		I	
I	I		I	I	I	I	I		I	
I 6132	I	JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ - JUCEPAR	I	I	I	I	I		I	
I 4234	I	MODERNIZAÇÃO DO REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESAS NO ESTADO	I 45906100	I 250	I 95	I L	I	26.000.000	I 1238	

T o t a l								I 26.000.000	I	

I CANCELAMENTO		A N E X O I I								
I DE DESPESA		ANEXO À LEI					R\$ 1,00			
I	I		I Natureza I	I	I	I I			I N.do	
I Cód.	I	Especificação	I da	I Fonte	I Gr	I AL	Valor		I Proc	
I	I		I Despesa	I	I Fnte	I I			I COP	
I 6100	I	SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E	I	I	I	I I			I	
I	I	ASSUNTOS DO MERCOSUL	I	I	I	I I			I	
I	I		I	I	I	I I			I	
I 6132	I	JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ - JUCEPAR	I	I	I	I I			I	
I 4234	I	MODERNIZAÇÃO DO REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESAS NO ESTADO	I 44905100	I 250	I 95	I L I	5.000.000		I 1239	
		T o t a l					5.000.000			

I ACRÉSCIMO		ANEXO III							
I DA RECEITA DESCENTRALIZADA		ANEXO À LEI				R\$ 1,00			
I Código	I	I Especificação	I Fonte	I Gr.	I Valor	I Processo			
I	I	I	I	I	I	I			
I	I	I SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E	I	I	I	I			
I	I	I ASSUNTOS DO MERCOSUL	I	I	I	I			
I	I	I	I	I	I	I			
I	I	I JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ - JUCEPAR	I	I	I	I			
I 1990.05.50	I	I Saldos de Exercícios Anteriores	I 250	I 95	I 21.000.000	I 1238			
			Total		21.000.000				

I CANCELAMENTO										I ANEXO IV										I									
I DE OBRAS										I ANEXO À LEI										I R\$ 1,00									
I										I										I									
I Código I										I Especificação										I Fonte I Gr. I Alo I Valor I ProcessoI									
I I										I I										I I I I I I I I									
I										I										I									
I 6100 I										I SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E										I I I I I I I I									
I										I ASSUNTOS DO MERCOSUL										I I I I I I I I									
I										I										I I I I I I I I									
I 6132 I										I JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ - JUCEPAR										I I I I I I I I									
I 4234 I										I MODERNIZAÇÃO DO REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESAS NO ESTADO										I I I I I I I I									
I 280 I										I Curitiba										I I I I I I I I									
I 0001 I										I Construir a nova sede da Junta Comercial do Paraná										I 250 I 95 I L I 5.000.000 I 1239 I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									
I										I										I									

MENSAGEM
Nº 120 /2013

Curitiba, em 03 de outubro de 2013.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.
Em, 07 OUT. 2013
1º Secretário

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 07/10/2013

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva a aprovação de abertura de crédito especial, no valor de R\$ 26.000.000,00 (vinte e seis milhões de reais), ao vigente orçamento da Junta Comercial do Paraná – JUCEPAR, vinculada à Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul - SEIM, aprovado pela Lei Estadual nº 17.398, de 18 de dezembro de 2012, visando atender despesas com aquisição de imóvel a ser utilizado para a nova sede da JUCEPAR.

Esclareço, também, que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de superávit financeiro no valor de R\$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões de reais) apurado no Balanço Patrimonial da JUCEPAR, no exercício de 2012 e cancelamento de dotação no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) do próprio órgão.

Certo de que a medida merecerá dessa Egrégia Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 12.152.924-6



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 483/2013

Projeto de Lei nº. 483/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 120/2013

Súmula: Aprova crédito especial alterando o vigente Orçamento Geral do Estado.

EMENTA: APROVA CRÉDITO ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 26.000.000,00 AO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 24 CF. ARTS. 65, 133 E 134 DA CE. ARTS. 40, 41, 42 43 E 46 DA LEI FEDERAL 4.320/64. ART. 14 LC 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 120/2013, tem como objetivo aprovar a abertura de crédito especial no valor de R\$ 26.000.000,00 (vinte e seis milhões de reais), ao vigente orçamento Geral do Estado.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Com efeito, a Constituição Federal em seu artigo 24, inciso II estabelece:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
II - orçamento;

Além disso, podemos verificar a adequação do proponente às normas pertinentes, nesse ponto dispõe a Constituição do Estado do Paraná:

Art. 133. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

II - as diretrizes orçamentárias anuais;

III - os orçamentos anuais.

§ 3º. A lei de diretrizes orçamentárias, de caráter anual, compreenderá:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



VI - os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado;

Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembléia Legislativa.

O projeto de lei ora em tela, que objetiva aprovar a abertura de crédito especial, nos termos do artigo 41, inciso II, da Lei Federal nº 4.320 de 1964:

Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

(...)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 46. O ato que abrir crédito adicional indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível.

Ademais, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira, tendo em vista que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de superávit financeiro somado do cancelamento de dotação da JUCEPAR, conforme planilhas anexadas.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 08 de outubro de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

Presidente

DEPUTADO PEDRO LUPION

Relator

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

08/10/13



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 483/13

RELATÓRIO

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 120/13, que objetiva aprovar crédito especial, no valor de R\$26.000.000,00 (vinte e seis milhões de reais), ao vigente orçamento da Junta Comercial do Paraná – JUCEPAR, vinculada à Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul – SEIM, aprovado pela Lei Estadual nº 17.398, de 18 de dezembro de 2012.

Inicialmente denota-se que a proposta foi encaminhada a douda Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Pedro Lupion, exarou o competente parecer favorável, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais, e de técnica legislativa.

FUNDAMENTAÇÃO

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a observar que a iniciativa objetiva atender despesas com aquisição de imóvel a ser utilizado para a nova sede da JUCEPAR.

Também, observa-se que o objeto do Projeto em tela, esclarece em sua justificativa que os recursos para cobertura da referida programação são provenientes de superávit financeiro no valor de R\$21.000.000,00 (vinte e um milhões de reais) apurado no Balanço Patrimonial da JUCEPAR, no exercício de 2012 e cancelamento de dotação no valor de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) do próprio órgão.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



Denota-se ainda, que a matéria objeto do presente Projeto de Lei, não fere os preceitos da Lei Complementar Federal nº 101/00.

Oportuno observar, que a Carta Magna Federal, em seu art. 24, inciso II, assegura a competência concorrente aos Estados na questão orçamentária.

Vale ressaltar que a matéria está em consonância com os dispositivos constantes dos arts. 40, 41 43 e 46 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado em seus arts. 65, 133 e 134, ressalta que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.

CONCLUSÃO

Considerando o acima exposto, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa, da matéria proposta nesta Casa Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões,

16/10/13


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO ROBERTO ACIOLLI
RELATOR


DEP. RUBENS


DEP. ENIO



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 483/13

I — RELATÓRIO

O Projeto de Lei acima epigrafado foi encaminhado pelo chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem n.º 120/2013, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos pares desta Casa, e tem como proposta “*aprovar a abertura de crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 17.398, de 18 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 26.000.000,00 (vinte e seis milhões de reais)*” visando atender despesas com aquisição de imóvel a ser utilizado para a nova sede da Junta Comercial do Paraná – JUCEPAR.

Os recursos para cobertura da referida programação serão decorrentes de superávit financeiro no valor de R\$ 21.000.000,00 (*vinte e um milhões de reais*), apurado no Balanço Patrimonial da JUCEPAR, no exercício de 2012 e cancelamento de dotação no valor de R\$ 5.000.000,00 (*cinco milhões de reais*) do próprio Órgão, conforme o anexo II desta Lei.

Devido o contido no art. 2º fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme o anexo III, e alterado o Programa de Obras, conforme anexo IV desta Lei.

II — DA FUNDAMENTAÇÃO DO PARECER

A proposta ora em análise tramitou pelas Comissões de Constituição e Justiça de Finanças, sendo que seus relatores exararam parecer favorável pela constitucionalidade e legalidade, sendo aprovado por unanimidade naquelas comissões.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY
COMISSÃO DE ORÇAMENTO



A autorização legislativa para este crédito especial ora proposto encontra-se embasado no inciso V e VI, do artigo 135 da Constituição Estadual que reza:

"Art. 135 São vedados:

V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes."

VI – a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa."

III – CONCLUSÃO

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar no projeto de lei em epigrafe, conforme preceitua o artigo 33-C do Regimento Interno, nosso parecer é favorável.

Sala de Reunião das Comissões, 21 de outubro de 2013.

DEP. NEREU MOURA
PRESIDENTE

DEP. DR. BATISTA
RELATOR

Francisco Burcher
Senhor Quirino
Eli o Pauschi.

Pastor Edson



PROJETO DE LEI 522/13

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Iporã.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Iporã, do imóvel de propriedade do Estado do Paraná localizado na Rua Katsuo Nakata, Lote nº 08 da Quadra nº 11, com área de 675,00 m², no local denominado Gleba Atlântida naquele Município, Matrícula sob nº 4.081 do Registro de Imóveis da Comarca de Iporã.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente para instalação de serviços públicos municipais.

Parágrafo único. O imóvel doado reverterá ao patrimônio do Estado caso o Município não cumpra no prazo de dois anos a finalidade estabelecida no *caput* do presente artigo.

Art. 3º O Município terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário o mesmo retornará ao patrimônio do Estado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 16 de outubro de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

MENSAGEM

Nº 131/2013

Curitiba, 16 de outubro de 2013.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador



Senhor Presidente



I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 21/10/2013

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Iporã, do imóvel de propriedade do Estado do Paraná localizado na Rua Katsuo Nakata, Lote nº 08 da Quadra nº 11, com área de 675,00 m², no local denominado Gleba Atlântida naquele Município, Matrícula sob nº 4.081 do Registro de Imóveis da Comarca de Iporã.

A presente proposta atende plenamente ao interesse público, eis que o referido imóvel será utilizado pelo Município exclusivamente para instalação de serviços públicos municipais.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que o imóvel em referência ficará gravado com cláusula de inalienabilidade, que será usado exclusivamente para o fim previsto, que retornará ao patrimônio do Estado do Paraná em caso de o Município não cumprir, no prazo de dois anos, a finalidade prevista e não efetuar a regularização cartorial da titularidade do bem doado.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHÁ

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.945.227-9



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 522/2013

Projeto de Lei nº 522/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 131/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de Iporã.

EMENTA: DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE IPORÃ. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 131/2013, visa efetuar a doação ao município de Iporã, do imóvel composto pelo Lote nº 08, quadra nº 11, com área total de 675,00 m², no local denominado Gleba Atlântida, no referido município, de Matrícula nº 4081, do Registro de Imóveis da Comarca de Iporã, de propriedade do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Ademais, verifica-se presente cláusula possibilitando o retorno do mesmo ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, conforme artigo 2º, da referida Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

Dep. Diricles

Dep. Reunion

Dep. Traiano

Dep. Durini

Dep. Pastor

Dep. Curi

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

28/10/13



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turíni
Deputado Adelino Ribello; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 522/2013

Projeto de Lei nº 522/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 131/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de Iporã.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 522/2013**, de autoria do Poder Executivo, através da **mensagem 131/2013**, objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Iporã, no Estado do Paraná, de área constituída de 675,00 m², localizada na Rua Katsuo Nakata, Lote 08 da Quadra nº 11, no local denominado Gleba Atlântida, conforme matrícula nº 4.081 do Registro de Imóveis da Comarca de Iporã-PR.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 522/2013**, no qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Iporã no Estado do Paraná, com a doação de um imóvel destinado exclusivamente para utilização da Administração Pública Municipal. A área a que se refere será destinada especificamente para o desenvolvimento de atividades de prestação de serviço municipal, sendo que investimentos desta natureza atendem diretamente aos interesses dos moradores e prezam por um fortalecimento regionalizado em busca da realização e ampliação de ações de melhoria da qualidade de vida da população. Este será um investimento por intermédio da Prefeitura Municipal e Governo do Estado, que fortalecerá de forma direta o crescimento no município, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhrer; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adellino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O Projeto de Lei 522/2013 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 131/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado;

(...)

(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando gravado com cláusula de inalienabilidade, que obriga sua destinação de forma exclusiva ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o Projeto de Lei 522/2013,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.




no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população. Esta proposição faz referência a um imóvel apontado exclusivamente para uma destinação de consenso e benefício comum, restando assim, grande favorecimento na composição desta matéria para que possa ser aprovada por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR


Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à proposição, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Fernando Scanavaca, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de Iporã, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo Parecer Favorável ao referido **Projeto de Lei 522/2013**, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 30 de outubro de 2013.


TERCÍLIO TURINI
Presidente da Comissão
(Em Exercício)


Elton Welter
Teruo Kato


JONAS GUIMARÃES
Relator


Adelino Ribeiro

Edson Praczyk



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 527/13

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de São Mateus do Sul.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de São Mateus do Sul, do imóvel de propriedade do Estado do Paraná constituído de um terreno rural de gramado com área de 2.500,00 m², situado em Paiol Grande, no Município de São Mateus do Sul, conforme a Matrícula nº 191, Livro 2, do Cartório de Registro Geral de Imóveis da Comarca de São Mateus do Sul.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado pelo Município exclusivamente para serviços públicos municipais.

Parágrafo único. O imóvel em questão reverterá ao patrimônio do Estado caso o Município não cumpra no prazo de dois anos a finalidade estabelecida no *caput* do presente artigo.

Art. 3º O Município terá o prazo de dois anos, para efetuar a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário o mesmo retornará ao patrimônio do Estado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 15 de outubro de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

I - À DAP para leitura no expediente.
II - À DL para providências.
Em, 16/10/13

Presidente



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM

Nº 130/2013

Curitiba, 15 de outubro de 2013.

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 21 OUT. 2013

1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de São Mateus do Sul, do imóvel de propriedade do Estado do Paraná constituído de um terreno rural de gramado com área de 2.500,00 m², situado em Paiol Grande, no Município de São Mateus do Sul, conforme a Matrícula nº 191, Livro 2, do Cartório de Registro Geral de Imóveis da Comarca de São Mateus do Sul.

A presente proposta atende plenamente ao interesse público, eis que aquele Município utilizará o referido imóvel exclusivamente para serviços públicos municipais.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que o imóvel em referência ficará gravado com cláusula de inalienabilidade, que será usado exclusivamente para o fim previsto, que retornará ao patrimônio do Estado do Paraná caso o Município não cumpra no prazo de dois anos a finalidade estabelecida e não efetue a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHA

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.772.259-7

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530 909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345 | www.pr.gov.br

14:38 21/10/2013 008984 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 527/2013

Projeto de Lei nº 527/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 130/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de São Mateus do Sul.

EMENTA: DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 130/2013, visa efetuar a doação ao município de São Mateus do Sul, do imóvel com área total de 2500,00 m², situado em Paiol Grande, no Município de São Mateus do Sul, de Matrícula nº 191, livro 02, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Mateus do Sul, de propriedade do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Ademais, verifica-se presente cláusula possibilitando o retorno do mesmo ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, conforme artigo 2º, da referida Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



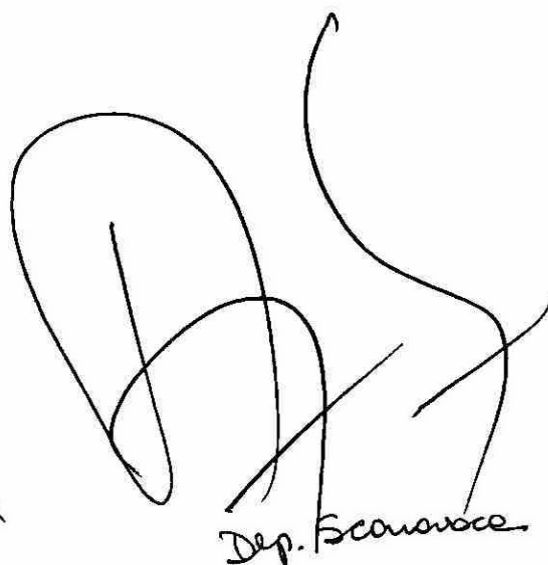
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

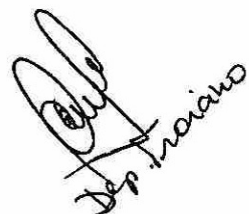


DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR


Dep. Escavotto


Dep. Feijó

Dep. Laurion

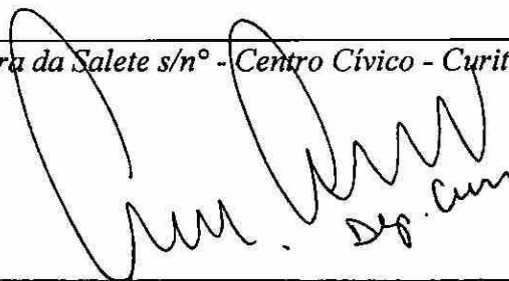

Dep. Turini


Dep. Inácio

Dep. Pastor

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

28/10/13


Dep. Curi



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Bührer; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 527/2013

Projeto de Lei nº 527/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 130/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de São Mateus do Sul.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 527/2013**, de autoria do Poder Executivo, através da **mensagem 130/2013**, objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de São Mateus do Sul, no Estado do Paraná, de área constituída de 2.500,00 m², situado em Paiol Grande, no Município de São Mateus do Sul, conforme Matrícula nº 191, Livro 2, do Cartório de Registro Geral de Imóveis da Comarca de São Mateus do Sul-PR.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 527/2013**, no qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de São Mateus do Sul no Estado do Paraná, com a doação de um imóvel destinado exclusivamente para utilização da Administração Pública Municipal. A área a que se refere será destinada especificamente para o desenvolvimento de atividades de prestação de serviço municipal, sendo que investimentos desta natureza atendem diretamente aos interesses dos moradores e prezam por um fortalecimento regionalizado em busca da realização e ampliação de ações de melhoria da qualidade de vida da população. Este será um investimento por intermédio da Prefeitura Municipal e Governo do Estado, que fortalecerá de forma direta o crescimento no município, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



Cumpre a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O **Projeto de Lei 527/2013** em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 130/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado;

(...)

(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando gravado com cláusula de inalienabilidade, que obriga sua destinação de forma exclusiva ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o **Projeto de Lei 527/2013**,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população. Esta proposição faz referência a um imóvel apontado exclusivamente para uma destinação de consenso e benefício comum, restando assim, grande favorecimento na composição desta matéria para que possa ser aprovada por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à proposição, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Alexandre Curi, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de São Mateus do Sul, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.



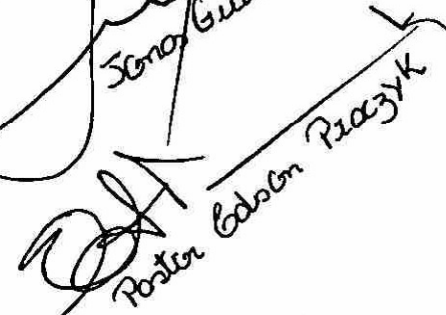
Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 527/2013, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 30 de outubro de 2013.


TERCÍLIO TURINI
Presidente da Comissão
(Em Exercício)


Elton Welter


TERUO KATO
Relator


Adelino Ribeiro

Jonas Guimarães

Pastor Edson Praczyk



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 528/13

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Pato Branco.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Pato Branco, do imóvel com área de 5.400,00 m² referente aos Lotes nºs 8 a 13 da Quadra nº 93, de propriedade do Estado do Paraná, conforme as Matrículas nºs 22.010, 22.011, 22.012, 22.013, 22.014 e 22.015 do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Pato Branco.

Art. 2º A presente doação fica gravada com cláusula de inalienabilidade e sob as seguintes condições:

I – uso exclusivo para Serviço Público Municipal;

II – se houver necessidade de criação de Escola Estadual no mesmo imóvel, o Município deverá permitir a dualidade administrativa.

Parágrafo único. No caso de descumprimento das condições dispostas nos incisos I e II do *caput* deste artigo, o imóvel retornará ao patrimônio do Estado.

Art. 3º Caberá ao Município, no prazo de dois anos, efetuar o desmembramento da área e a regularização cartorial da titularidade do imóvel, caso contrário o mesmo retornará ao patrimônio do Estado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 15 de outubro de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em, 16/10/2013

Presidente



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM

Nº 128/2013

Curitiba, 15 de outubro de 2013.

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 21 OUT. 2013

1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Pato Branco, do imóvel com área de 5.400,00 m² referente aos Lotes nºs 8 a 13 da Quadra nº 93, de propriedade do Estado do Paraná, conforme as Matrículas nºs 22.010, 22.011, 22.012, 22.013, 22.014 e 22.015 do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Pato Branco.

A presente proposta atende plenamente ao interesse público, eis que aquele Município utilizará o referido imóvel exclusivamente para serviço público municipal.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que o imóvel em referência ficará gravado com cláusula de inalienabilidade, que será usado exclusivamente para o fim previsto, que, se houver necessidade de criação de Escola Estadual no mesmo imóvel, o Município deverá permitir a dualidade administrativa, que caberá ao mesmo, no prazo de dois anos, efetuar o desmembramento da área e a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário o referido bem retornará ao patrimônio estadual.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHIA

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.947.732-8

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530 909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345 | www.pr.gov.br

4443 21/10/2013 080908 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado Hermas Brandão Junior



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 528/2013

Projeto de Lei nº 528/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 128/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Pato Branco.

EMENTA: DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 128/2013 visa efetuar a doação, ao Município de Pato Branco, do imóvel com área de 5.400,00m², referente aos Lotes nº 8 a 13 da Quadra nº 93, de propriedade de Estado do Paraná, conforme matrículas nº 22.010, 22.011, 22,012,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado Hermas Brandão Junior



22.013, 22.014 e 22.015 do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Pato Branco.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A: Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.
(grifo nosso)

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado Hermas Brandão Junior



poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso)

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado Hermas Brandão Junior



entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grifo nosso)

Ademais o Art. 17, I, "b" da Lei n. 8.666/93, preceitua:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;

(Redação dada pela Lei nº 11.952, de 2009)

(grifo nosso)

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado Hermas Brandão Junior



Ademais, verifica-se a possibilidade do retorno do imóvel doado, ao patrimônio do Estado, em caso de destinação diversa, conforme § 1º da referida Lei:

§ 1º Os imóveis doados com base na alínea "b" do inciso I deste artigo, cessadas as razões que justificaram a sua doação, reverterão ao patrimônio da pessoa jurídica doadora, vedada a sua alienação pelo beneficiário. . (grifo nosso)

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado Hermas Brandão Junior



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 28 de Outubro de 2013.



NELSON JUSTUS

Pedro Lupion
PRESIDENTE


HERMAS BRANDÃO JUNIOR

RELATOR


Dep. Sconovacca


Dep. Turini


Dep. Terno

Dep. Corbi


Dep. Troiano

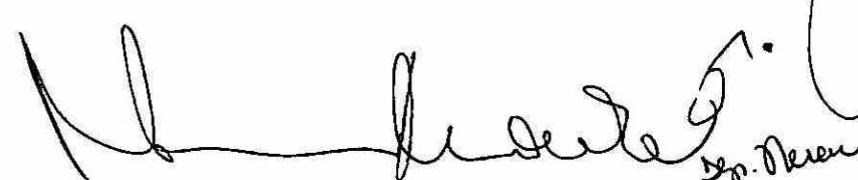
APROVADO

28/10/13


Dep. Bastos


Dep. Todem

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná


Dep. Thuen



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 528/2013

Projeto de Lei nº 528/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 128/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de Pato Branco.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 528/2013**, de autoria do Poder Executivo, através da **mensagem 128/2013**, objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Pato Branco, no Estado do Paraná, de área constituída de 5.400,00 m², referente aos lotes nºs 8 a 13 da Quadra nº 93 de propriedade do Estado do Paraná, conforme as matrículas nºs 22.010, 22.011, 22.012, 22.013, 22.014 e 22.015 do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Pato Branco-PR.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 528/2013**, no qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Pato Branco no Estado do Paraná, com a doação de um imóvel destinado exclusivamente para utilização da Administração Pública Municipal. A área a que se refere será destinada especificamente para o desenvolvimento de atividades de prestação de serviço municipal, e, ainda, em caso de necessidade será utilizada para a criação de Escola Estadual no mesmo local. Uma ação voltada para o incentivo à educação e ações de melhoria da qualidade de vida da população, que prezam por um fortalecimento regionalizado em busca de investimentos que atingem o interesse de toda a população. Este será um investimento por intermédio da Prefeitura Municipal e Governo do Estado, que fortalecerá de forma direta o



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



crescimento e a educação no município de Pato Branco, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.

Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no **Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.**

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O **Projeto de Lei 528/2013** em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 128/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:
I Existência de interesse público devidamente justificado;
(...)
(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando gravado com cláusula de inalienabilidade, que obriga sua destinação de forma exclusiva ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre a Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (**Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná**).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o **Projeto de Lei 528/2013**,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população e ainda ao incentivo à educação. Esta proposição faz referência a um imóvel apontado exclusivamente para uma destinação de consenso e benefício comum, restando assim, grande favorecimento na composição desta matéria para que possa ser aprovada por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à proposição, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Hermas Brandão Junior, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de Pato Branco, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 528/2013, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 04 de novembro de 2013.

Teruo Kato
Adelino Ribeiro
Tercílio Turini
FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão
JONAS GUIMARÃES
Relator
Pastor Edson Praczyk



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 529/13

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de São Jorge D'Oeste.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de São Jorge D'Oeste, do imóvel de propriedade do Estado do Paraná localizado na Avenida Adelino Bourdignon, s/nº, Centro, constituído pelo Lote nº 02 da Quadra nº 87, situado no local denominado Distrito de Antonio Paranhos, com área total de 1.600,00 m², conforme Matrícula nº 2.622 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Chopinzinho.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com a cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente pelo Departamento de Assistência Social Municipal, em parceria com a Pastoral da Criança, para instalação de uma padaria visando o atendimento de famílias carentes assistidas pelos Programas do Governo Federal da Bolsa Escola e Bolsa Família.

Parágrafo único. O imóvel em questão reverterá ao patrimônio do Estado caso o Município não cumpra a finalidade estabelecida no *caput* do presente artigo.

Art. 3º O Município terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário o mesmo retornará ao patrimônio do Estado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 15 de outubro de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

MENSAGEM

Nº 127/2013

Curitiba, 15 de outubro de 2013.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 21 OUT. 2013

1º Secretário

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 16/10/13

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de São Jorge D'Oeste, do imóvel de propriedade do Estado do Paraná localizado na Avenida Adelino Bourdignon, s/nº, Centro, constituído pelo Lote nº 02 da Quadra nº 87, situado no local denominado Distrito de Antonio Paranhos, com área total de 1.600,00 m², conforme Matrícula nº 2.622 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Chopinzinho.

A presente proposta atende plenamente ao interesse público, eis que aquele Município utilizará o referido imóvel exclusivamente pelo Departamento de Assistência Social Municipal, em parceria com a Pastoral da Criança, para instalação de uma padaria visando o atendimento de famílias carentes assistidas pelos Programas do Governo Federal da Bolsa Escola e Bolsa Família.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que o imóvel em referência ficará gravado com cláusula de inalienabilidade, que será usado exclusivamente para o fim previsto, que retornará ao patrimônio do Estado do Paraná caso o Município não cumpra a finalidade estabelecida e que terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHÁ

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 12.003.063-9



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 529/2013

Projeto de Lei nº 529/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 127/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de São Jorge D'Oeste.

EMENTA: DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 127 /2013, visa efetuar a doação ao município de São Jorge D'Oeste, do imóvel com área total de 1600,00 m², correspondente pelo Lote nº 02, da Quadra nº 87, situado no Distrito de Antonio Paranhos, de Matrícula nº 2.622, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Chopinzinho, de propriedade do Estado do Paraná.

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba – Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Ademais, verifica-se presente cláusula possibilitando o retorno do mesmo ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, conforme artigo 2º, da referida Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 29 de outubro de 2013.

Assinaturas manuscritas de membros da comissão

Assinatura manuscrita de Pedro Lupion
DEPUTADO PEDRO LUPION
PRÉSIDENTE em exercício

Assinatura manuscrita de Nereu Moura
DEPUTADO NEREU MOURA
RELATOR

Assinaturas manuscritas de outros membros da comissão

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.



PARECER

Dá COMISSÃO DE DIREITOS
HUMANOS E DA CIDADANIA sobre o
Projeto de Lei nº 529/2013 que
*AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A
EFETUAR A DOAÇÃO DO IMÓVEL
QUE ESPECÍFICA AO MUNICÍPIO DE
SÃO JORGE D'OESTE.*

I – RELATÓRIO

Veio a esta Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania o Projeto de Lei (PL) nº 457/2013, Mensagem Governamental nº 111/2013 na sua origem, de autoria do PODER EXECUTIVO contendo a seguinte súmula: *"Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de São Jorge D'Oeste."*

De acordo com o artigo 1º do PL, fica autorizado o Poder Executivo a efetuar a doação ao município de São Jorge D'Oeste, do imóvel de propriedade do Estado do Paraná localizado na Avenida Adelinó Bourdignon, s/nº, Centro, constituído pelo Lote nº 02 da Quadra nº 87, situado no local denominado Distrito de Antônio Paranhos, com área total de 1.600,00m², conforme Matrícula nº 2.622 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Chopinzinho .



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.



O artigo 2º do PL estabelece que o imóvel ficará gravado com cláusula de inalienabilidade, bem como será utilizado exclusivamente pelo município em apreço com a finalidade de ser utilizado exclusivamente pelo Departamento de Assistência Social Municipal, em parceria com a Pastoral da Criança, para instalação de uma padaria visando o atendimento de famílias carentes assistidas pelos Programas do Governo Federal da Bolsa Escola e Bolsa Família.

Ainda, cumpre-me ponderar que na inclusa justificativa, o Poder Executivo menciona que o imóvel atende plenamente ao interesse público e uma vez não sendo utilizado com a finalidade específica, contida na legislação, o imóvel retornará ao Estado do Paraná.

Pois bem,

O Projeto tramitou nos termos regimentais, inclusive sendo aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, consoante ao parecer de fls. 05/08 exarado pelo nobre Deputado Nereu Moura, sendo então distribuído a esta Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania para análise do mérito.

Foi nomeado o Parlamentar que ora subscreve como relator da matéria, passando desta forma a exarar o competente parecer.

É O RELATÓRIO.

II - DO VOTO

Em um primeiro momento se consigne que todos os aspectos formais da presente proposição foram devidamente avaliados pela Comissão de Constituição e Justiça, sendo devidamente realizado o controle de constitucionalidade preventivo.

Logo, não há qualquer menção a ser realizada acerca da constitucionalidade da preposição, até mesmo por não ser de competência desta Comissão temática, restando vencida a discussão acerca do tema em sede de comissões, passando-se assim a realizar uma análise acerca da materialidade do Projeto de Lei.

Insta mencionar a competência regimental desta Comissão temática para exarar o presente parecer, sendo devidamente prevista no artigo 33-U, *in verbis*:



Art. 33-U Compete à Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania manifestar-se sobre toda e qualquer proposição que tenha como objeto a criação, modificação, extinção ou regulamentação de direitos individuais e coletivos relativos à pessoa humana e à cidadania, especialmente os instituídos pelo art. 5º da Constituição Federal; bem como sobre as proposições relativas ao resguardo, criação ou extinção de órgãos do Estado que atendam ou defendam os direitos humanos.

Conforme já mencionado no relatório do presente parecer, a proposição em análise objetiva doar ao município de São Jorge D'Oeste determinado imóvel exclusivamente para ser utilizado pelo Departamento de Assistência Social Municipal, em parceria com a Pastoral da Criança, no qual será viabilizada uma padaria para atender à famílias carentes.

Sob análise desta comissão não se encontra qualquer obste na regular tramitação do Projeto de Lei, considerando que o projeto é louvável, promovendo avanços em relação ao atendimento na área social e humanitária no município em apreço, inclusive proporcionando, até mesmo, o aprendizado de um ofício pela população mais carente.

Exclusivamente do ponto de vista desta Comissão, podemos considerar que a proposta é meritória por estar presente o interesse público e também de relevante interesse social.

Por fim, de um modo geral, balizo como positiva a matéria proposta, de modo que ao não haver qualquer confronto legislativo não vislumbro a necessidade de emendamento ou propositura de substitutivo, podendo ser aprovada integralmente.

Desta forma, entendo pela aprovação do PL em apreço e a regular tramitação do PL nesta Casa Legislativa.

É O VOTO.

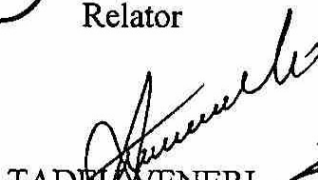


III - CONCLUSÃO

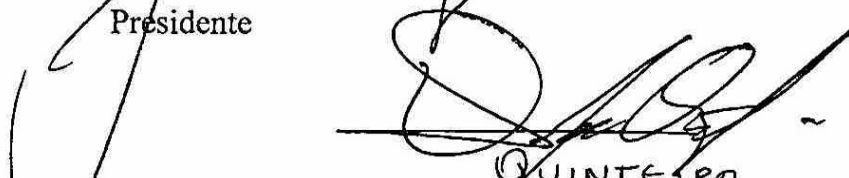
Por todo o exposto, voto pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 529/2013, de autoria do PODER EXECUTIVO, que objetiva a doação de imóvel ao município de São Jorge D'Oeste.

Sala das Comissões, 04 de NOVEMBRO de 2013.


PEDRO LUPION
Relator


TADEU VENERI
Presidente


NEY LEPREVOST


QUINTEIRO





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 529/2013

Projeto de Lei nº 529/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 127/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de São Jorge D'Oeste.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 529/2013**, de autoria do Poder Executivo, através da **mensagem 127/2013**, objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de São Jorge D'Oeste, no Estado do Paraná, de área constituída de 1.600,00 m², referente ao Lote nº 2 da Quadra nº 87, situado no local denominado Distrito de Antônio Paranhos, conforme Matrícula nº 2.622 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Chopinzinho-PR.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 529/2013**, no qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de São Jorge D'Oeste no Estado do Paraná, com a doação de um imóvel destinado exclusivamente para utilização da Administração Pública Municipal. A área a que se refere será destinada especificamente para o Departamento de Assistência Social Municipal, que em parceria com a Pastoral da Criança do Município, realizarão a instalação de uma padaria, visando o atendimento de famílias carentes assistidas pelos Programas do Governo Federal da Bolsa Escola e Bolsa Família. Sem dúvida, uma ação voltada para o incentivo à assistência social e melhoria da qualidade de vida da população, este foco visa um fortalecimento regionalizado em busca de investimentos que atingem o interesse de toda a população. Este será um investimento por intermédio da Prefeitura Municipal e Governo do



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Bührer; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



Estado, que fortalecerá de forma direta o crescimento e assistência social em São Jorge D'Oeste, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.

Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O **Projeto de Lei 529/2013** em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 127/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:
I Existência de interesse público devidamente justificado;
(...)
(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando gravado com cláusula de inalienabilidade, que obriga sua destinação de forma exclusiva ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (**Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná**).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente a qualidade de vida e a



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhrer; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o **Projeto de Lei 529/2013**, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população. Esta proposição faz referência a um imóvel apontado exclusivamente para uma destinação de consenso e benefício comum, restando assim, grande favorecimento na composição desta matéria para que possa ser aprovada por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à proposição, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Nereu Moura, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de São Jorge D'Oeste, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.


Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo **Parecer Favorável** ao referido **Projeto de Lei 529/2013**, em sua forma apresentada.


*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 06 de novembro de 2013.*


FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão


TERCÍLIO TURINI
Relator


Jonas Guimarães


Teruo Kato


Pastor Edson Praczyk



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 530/13

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município da Lapa.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município da Lapa, do imóvel de Matrícula nº 12.619 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Lapa, caracterizado como um lote de terreno urbano localizado na antiga faixa da Rede Viação Paraná – Santa Catarina, nas quadras entre as Ruas Octávio José Kuss, Francisco Braga, “AA” e Avenida Aloisio Leoni, respectivamente, contendo um barracão de alvenaria edificado pelo Estado com área de 804,00 m² e área total de 4.600,00 m².

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com a cláusula de inalienabilidade, será usado pelo referido Município exclusivamente para a construção do Terminal Rodoviário Municipal.

Parágrafo único. O imóvel em questão reverterá ao patrimônio do Estado caso o Município não cumpra no prazo de dois anos a finalidade estabelecida no *caput* do presente artigo.

Art. 3º O Município terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário o mesmo retornará ao patrimônio do Estado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 15 de outubro de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em, 16/10/13

Presidente



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM

Nº 126/2013

Curitiba, 15 de outubro de 2013.

**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.**

Em, 21 OUT. 2013

1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município da Lapa, do imóvel de Matrícula nº 12.619 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Lapa, caracterizado como um lote de terreno urbano localizado na antiga faixa da Rede Viação Paraná - Santa Catarina, nas quadras entre as Ruas Octávio José Kuss, Francisco Braga, "AA" e Avenida Aloisio Leoni, respectivamente, contendo um barracão de alvenaria edificado pelo Estado com área de 804,00 m² e área total de 4.600,00 m².

A presente proposta atende plenamente ao interesse público, eis que aquele Município utilizará o referido imóvel exclusivamente para a construção do Terminal Rodoviário Municipal.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que o imóvel em referência ficará gravado com cláusula de inalienabilidade, que será usado exclusivamente para o fim previsto, que retornará ao patrimônio do Estado do Paraná caso o Município não cumpra no prazo de dois anos a finalidade estabelecida e não efetue a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHIA

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 12.079.315-2

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530 909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345 | www.pr.gov.br

14-44 21/10/2013 008990 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 530/2013

Projeto de Lei nº 530/2013

Autor: Poder Executivo – *mensagem* nº. 126/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica, ao Município da Lapa.

EMENTA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A EFETUAR A DOAÇÃO DO IMÓVEL QUE ESPECIFICA, AO MUNICÍPIO DA LAPA. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 126/2013, visa efetuar a doação, ao Município da Lapa, do imóvel de matrícula nº. 12.619 do Cartório de Imóveis da Comarca da Lapa, caracterizado como um lote de terreno urbano localizado na antiga faixa da Rede Viação Paraná – Santa Catarina, nas quadras entre as Ruas Octávio José Kuss, Francisco Braga, “AA” e Avenida Aloisio Leoni, respectivamente, contendo um barracão de alvenaria edificado pelo Estado com área de 804,00m² e área total de 4.600,00m².



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A: Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



iniciativa de qualquer Deputado ou
Comissão. (grifo nosso)

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do
Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i; (Redação dada pela Lei nº 11.952, de 2009) .

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Ademais, verifica-se a possibilidade do retorno do imóvel doado, ao patrimônio do Estado, em caso de destinação diversa, conforme § 1º da referida Lei:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



§ 1º Os imóveis doados com base na alínea "b" do inciso I deste artigo, cessadas as razões que justificaram a sua doação, reverterão ao patrimônio da pessoa jurídica doadora, vedada a sua alienação pelo beneficiário. . (grifo nosso)

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **constitucionalidade** e **legalidade**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 29 de outubro de 2013.


DEPUTADO PEDRO LÚION
PRESIDENTE em exercício


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR



APROVADO

29/10/13 

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná


Dep. Neres


Dep. Pastor

Dep. Tadeu



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 530/2013

Projeto de Lei nº 530/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 126/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município da Lapa.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 530/2013**, de autoria do Poder Executivo, através da **mensagem 126/2013**, objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município da Lapa, no Estado do Paraná, de área constituída de 4.600,00 m², contendo um barracão de alvenaria edificado pelo Estado, localizado na antiga faixa da Rede Viação Paraná – Santa Catarina, nas quadras entre as Ruas Octávio José Kuss, Francisco Braga, “AA” e Avenida Aloisio Leoni, respectivamente, conforme a matrícula nº 12.619 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Lapa-PR.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 530/2013**, no qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município da Lapa no Estado do Paraná, com a doação de um imóvel destinado exclusivamente para utilização da Administração Pública Municipal. A área a que se refere será destinada especificamente para a construção do Terminal Rodoviário no Município, uma ação condicionada diretamente ao interesse de toda a população, que preza por um fortalecimento regionalizado e o desenvolvimento de uma região de concentração absolutamente turística. A construção do Terminal Rodoviário faz parte de uma natureza de ações absolutamente necessárias, um investimento que não só abrirá portas para favorecer o crescimento regional, como também trabalhará a imagem de uma cidade de destaque turística paranaense. Este será



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



um investimento por intermédio da Prefeitura Municipal e Governo do Estado, que fortalecerá de forma direta o município e a população, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.

Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O **Projeto de Lei 530/2013** em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 126/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado;

(...)

(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando gravado com cláusula de inalienabilidade, que obriga sua destinação de forma exclusiva ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente os investimentos nos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



municípios e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o **Projeto de Lei 530/2013**, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população. Esta proposição faz referência a um imóvel apontado exclusivamente para uma destinação de consenso e benefício comum, restando assim, grande favorecimento na composição desta matéria para que possa ser aprovada por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à proposição, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Fernando Scanavaca, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município da Lapa, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 530/2013, em sua forma apresentada.

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 04 de novembro de 2013.*

Adelino Ribeiro
Tercílio Turini
FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão
TERUO KATO
Relator
Jonas Guimarães
Pastor Edson Praczyk



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 531/13

Súmula: Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 17.647, de 2013.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 17.647, de 31 de julho de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Campina Grande do Sul, do Lote 02-A da Quadra 27, com Matrícula nº 31.747 do 9º Ofício de Registro de Imóveis do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 15 de outubro de 2013.

CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

MENSAGEM

Nº125 /2013

Curitiba, 15 de outubro de 2013.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Gabinete do Governador

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em, 16/10/13

Presidente

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 21 OUT. 2013

1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva dar nova redação ao art. 1º da Lei nº 17.647, de 31 de julho de 2013, que autorizou o Poder a efetuar doação de imóvel ao Município de Campina Grande do Sul, para realização de projetos destinados à prestação de serviços públicos.

A atual redação do referido artigo 1º é a seguinte:

"Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Campina Grande do Sul, do Lote 02-A da Quadra 27, com Matrícula nº 21.747 do 9º Ofício de Registro de Imóveis do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba."

Com a presente proposta legislativa o mesmo passará a ter a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Campina Grande do Sul, do Lote 02-A da Quadra 27, com Matrícula nº 31.747 do 9º Ofício de Registro de Imóveis do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba."

A presente medida justifica-se tão somente pelo fato de ter havido equívoco na citação do número da Matrícula do imóvel em que a já mencionada lei autorizou o Poder Executivo a efetuar a doação àquela municipalidade e, assim sendo, faz-se necessária a presente proposta corretiva.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHIA

Governador do Estado


Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.781.333-9

SECRETARIA DE
ESTADO DE GOVERNO Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida voltar


Exibir Ato

 Página para Impressão

Lei 17647 - 31 de Julho de 2013

Alterado Compilado Original Publicado no Diário Oficial nº. 9011 de 31 de Julho de 2013**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Campina Grande do Sul.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Campina Grande do Sul, do Lote 02-A da Quadra 27, com Matrícula nº 21.747 do 9º Ofício de Registro de Imóveis do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. **Art. 2º.** O Município terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário o mesmo retornará ao patrimônio do Estado.**Art. 3º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 31 de julho de 2013.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado*Dinorah Botto Portugal Nogara*
Secretária de Estado da Administração e da Previdência*Cezar Silvestri*
Secretário de Estado de Governo*Reinhold Stephanes*
Chefe da Casa Civil-----
Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)
Palácio Iguazu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - ParanáSECRETARIA DE
ESTADO DE
GOVERNO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 531/2013

Projeto de Lei nº 531/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 125/2013

Súmula: Dá nova redação ao artigo 1º da Lei nº 17.647, de 2013.

EMENTA: DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 125/2013, visa alterar os artigos 1º da Lei 17.647, de 2013, a fim de corrigir erro material presente no primeiro artigo, onde o número de matrícula informado foi 21.747, quando o correto é nº 31.747, do 9º Ofício de Registro de Imóveis do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

1 - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Ademais, verifica-se que continuará presente na Lei a cláusula de inalienabilidade, possibilitando o retorno do mesmo ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, conforme artigo o 2º da mesma.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 29 de Outubro de 2013.


DEPUTADO PEDRO LUPION
PRESIDENTE em exercício


DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR





APROVADO

29/10/13

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 531/2013

Projeto de Lei nº 531/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 125/2013

Súmula: Dá nova redação ao artigo 1º da
Lei nº 17.647 de 2013.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 531/2013**, de autoria do Poder Executivo, através da **mensagem 125/2013**, objetiva dar nova redação ao artigo 1º da Lei nº 17.647 de 2013, a qual autorizou a doação de imóvel ao município de Campina Grande do Sul de área constituída pelo Lote 02-A da Quadra 27, registrado no 9º Ofício de Registro de Imóveis do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 531/2013**, no qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Campina Grande do Sul, com a alteração do artigo 1º da Lei nº 17.647 de 2013, a qual autorizou a doação de imóvel ao Município. Referida alteração se mostra necessária apenas para correção do número da matrícula informado anteriormente, o qual não fazia referencia ao imóvel doado, em razão de um simples equívoco em sua grafia. Desta forma percebemos que referida proposição não alterará o contexto da Lei anterior, permitindo apenas uma correção para que a área citada possa ser utilizada pelo Município sem causar problemas futuros ou dificuldades de regularização cartorária. A área a que se refere foi destinada especificamente para o desenvolvimento de atividades de prestação de serviço municipal, sendo que esta regularização apenas permitirá que investimentos desta natureza atendam diretamente aos interesses dos moradores e prezem por um fortalecimento regionalizado em busca da realização e ampliação de ações de melhoria da qualidade de vida da população. Um



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



processo simples sem implicar em prejuízo algum com relação à interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.

Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O Projeto de Lei 531/2013 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 125/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:
I Existência de interesse público devidamente justificado;
(...)
(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando gravado com cláusula de inalienabilidade, que obriga sua destinação de forma exclusiva ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente os investimentos nos municípios e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o Projeto de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Bührer; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



Lei 531/2013, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população. Esta proposição faz referência a um imóvel apontado exclusivamente para uma destinação de consenso e benefício comum, restando assim, grande favorecimento na composição desta matéria para que possa ser aprovada por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à proposição, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Alexandre Curi, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de Campina Grande do Sul, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 531/2013, em sua forma apresentada.

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 04 de novembro de 2013.*

Teruo Kato
Adelino Ribeiro
FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão
TERCÍLIO TURINI
Relator
Jonas Guimarães
Pastor Edson Praczyk



Relatório de andamento da proposição

PROPOSIÇÃO: Projeto de Lei nº 531/2013 – Mensagem 125/2013

Autoria: Poder Executivo

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO

Reunião 04/11/2013 – Presidente Deputado Francisco Buhner

RELATOR: DEPUTADO TERCILIO TURINI

Informo pelo referido presente que o Projeto de Lei 531/2013 – Mensagem 125/2013, de autoria do Poder Executivo, foi analisado pela COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO em reunião ordinária no dia 04/11/2013, recebendo PARECER FAVORÁVEL da Comissão, conforme parecer anexo apresentado.

Desta forma, encaminha-se à Diretoria Legislativa para segmento da tramitação.

Sala das Comissões, em 04 de novembro de 2013.

DANIELE A. SANTOS
SECRETÁRIA DA COMISSÃO
Obras Públicas, Transportes e Comunicação



PROJETO DE LEI 553/13

PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE do Município de Sengés.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a cessão de uso, à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE do Município de Sengés, do imóvel situado na zona urbana denominado Loteamento Fazenda Morungava II, constituído pelos Lotes nºs 01 e 02 da Quadra nº 01, com área total de 654,42 m², contendo um imóvel residencial com 305,00 m², conforme Matrícula nº 1.597 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Sengés.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE do Município de Sengés, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Art. 3º A presente cessão de uso terá vigência de cinco anos, podendo ser prorrogada por igual período mediante acordo entre as partes, ficando a cessionária responsável pela guarda, manutenção e conservação do bem cedido, sem direito a quaisquer ressarcimentos.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 23 de outubro de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

MENSAGEM

Nº 134 /2013

Curitiba, 23 de outubro de 2013.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 28 OUT 2013

1º Secretário

Senhor Presidente

I – À DAP para leitura no expediente.
II – À DL para providências.

Em, / /

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso, à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE do Município de Sengés, do imóvel situado na zona urbana denominado Loteamento Fazenda Morungava II, constituído pelos Lotes nºs 01 e 02 da Quadra nº 01, com área total de 654,42 m², contendo um imóvel residencial com 305,00 m², conforme Matrícula nº 1.597 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Sengés.

A presente proposta atende plenamente ao interesse público, eis que o referido imóvel será utilizado exclusivamente pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE do Município de Sengés.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que a cessão de uso terá vigência de cinco anos, podendo ser prorrogada por igual período mediante acordo entre as partes, que o imóvel em referência ficará gravado com cláusula de inalienabilidade, que será usado exclusivamente pela APAE do referido Município, que retornará ao patrimônio do Estado do Paraná em caso de destinação diversa da prevista e que a cessionária ficará responsável pela guarda, manutenção e conservação do bem cedido, sem direito a quaisquer ressarcimentos.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.513.548-1



PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA em relação ao Projeto de Lei nº 553/2013 (Mensagem nº 134/2013 na origem), de autoria do PODER EXECUTIVO que *AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A EFETUAR A CESSÃO DE USO DO IMÓVEL QUE ESPECÍFICA À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DO MUNICÍPIO DE SENGÉS*

Relator: Deputado **PEDRO LUPION**

I – RELATÓRIO

Veio a essa Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Lei (PL) nº 553/2013, mensagem governamental nº 134/2013, na sua origem, de autoria do PODER EXECUTIVO, com a finalidade de se analisar a matéria nos limites regimentais dessa Comissão. Consta do PL a seguinte súmula: *Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE do município de Sengés.*

Nos termos do artigo 1º do PL em apreço, o Poder executivo busca a aprovação dessa Casa Legislativa, da cessão de uso de um imóvel situado na zona urbana denominado Loteamento Fazenda Morungava II, constituído pelos Lotes nº 01 e 02 da Quadra nº 01, com área total de 654,42m², contendo um imóvel residencial com 305,00m², conforme Matrícula nº 1597 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Sengés.

Cumpre-me mencionar que o PL traz em seu artigo 2º as condições inerentes à cessão, ficando o imóvel gravado com cláusula de inalienabilidade, bem como, será



utilizado exclusivamente pela Associação de Pais e Amigos Excepcionais-APAE do município de Sengés e havendo destinação diversa o bem retornará ao Estado.

Ainda, em seu artigo 3º resta estabelecido que a cessão terá prazo de cinco anos, podendo ser prorrogada por igual período mediante acordo entre as partes.

Em sua justificativa, o Poder Executivo afirma que a proposta atende ao interesse público, considerando que o imóvel objeto será utilizado única e exclusivamente pela APAE de Sengés.

Por fim, menciona que o Projeto de Lei prevê dispositivos expressos no sentido de que a cessão de uso terá vigência de cinco anos, podendo ser prorrogada por igual período, bem como o imóvel ficará gravado com cláusula de inalienabilidade.

É O RELATÓRIO.

II – DA ANÁLISE E VOTO.

A função do controle preventivo dos Projetos de Lei, exercido por esta Comissão¹ é exatamente evitar a introdução ao ordenamento jurídico a norma inconstitucional antes que surja um conflito interindividual e/ou social que a concretize, ou seja, que seja por ela regido, exigindo sua aplicação. Fala-se, destarte, unanimemente em “integridade do ordenamento jurídico” e proteção da supremacia da Constituição e da superioridade hierárquica do direito federal em relação ao estadual.

¹ A Comissão de Constituição e Justiça cumpre o papel de realizar o controle de constitucionalidade preventivo, próprio do nosso sistema, cuja importância remonta aos princípios basilares do Estado de Direito, pois é através dele que se evitam as arbitrariedades contra os cidadãos e se colocam limites ao poder estatal. Acerca do controle constitucional preventivo realizado pelo Poder Legislativo, V. Pedro LANZA, o qual menciona que: ‘O Legislativo verificará, através de suas comissões de constituição e justiça, se o projeto de lei, que poderá virar lei, contém algum vício a ensejar a sua inconstitucionalidade’. (LANZA, Pedro. DIREITO CONSTITUCIONAL, 16ª.Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo:Saraiva, 2012, p. 256)



Compete, assim, se pronunciar quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e redação do projeto de Lei sob exame, nos termos do que prevê o 33-A, inciso I², do Regimento Interno.

Em um primeiro momento, válido mencionar que entendo que a competência outorgada pelo RI desta Casa de Leis a esta comissão, quando determina a análise da constitucionalidade das proposições, o Parlamentar deve analisá-la amplamente, tanto em seus aspectos formais como materiais.

Em linguagem jurídica, ao fazer menção ao aspecto material de determinado fenômeno, está se referindo ao conteúdo, à matéria por este abordada; enquanto ao mencionar um aspecto formal, está se enfocando o mecanismo através do qual este fenômeno teve origem.

A constitucionalidade material³ é observada quando o conteúdo de um ato jurídico obedece às disposições da Constituição Federal. A constitucionalidade formal⁴, por sua vez, surge quando na elaboração de um ato verificam-se os procedimentos previstos pela Carta Magna.

² Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

³ Em relação a constitucionalidade formal V. LANZA, Pedro. Op. cit. p.254, o qual menciona que: '[...] o vício material (de conteúdo, substancial ou doutrinário_ diz respeito à 'matéria', ao conteúdo do ato normativo. Assim, aquele ato normativo que afronta qualquer preceito ou princípio da Lei Maior deverá ser declarado inconstitucional, por possuir um vício material.'

⁴ A inconstitucionalidade em nível formal ocorrerá quando observar-se o oposto disto, podendo incluir não apenas vícios no procedimento em si, mas também vícios de competência, abrangendo normas criadas por pessoas sem legitimidade para legislar em função de óbice imposto pela Constituição Federal. Acerca do assunto V. Alexandrino, Marcelo. Paulo, Vicente. *Resumo de direito constitucional descomplicado*. 2. ed. São Paulo: Método, 2009. p. 300.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
GABINETE PARLAMENTAR DEPUTADO PEDRO LUPION
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



Realizadas estas considerações iniciais passo a analisar o juízo de adequação procedimental em relação a Constituição Estadual e a Constituição da República, verificando a constitucionalidade formal e material do presente projeto de Lei.⁵

Em relação a constitucionalidade formal, quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando todos de acordo com as normas impostas pela Lei Complementar nº 95, de 26/2/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/4/01.

○ Sobre a iniciativa de projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. [RIALEP] A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

○ Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65, o qual menciona:

Art. 65. [CE] A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ultrapassada a questão da iniciativa, a análise detida da proposição, revela não existirem problemas relativos aos aspectos a observar nesta oportunidade.

⁵ Cf. menciona Pedro LANZA, em relação a constitucionalidade/inconstitucionalidade formal: '[...] a inconstitucionalidade formal propriamente dita decorre da inobservância do devido processo legislativo'. (LANZA, Pedro. Op. cit. p. 252)



Deve-se considerar que a iniciativa para a proposição de Projetos de Lei que venham a disponibilizar bens pertencentes ao patrimônio do Estado é exclusiva do Poder Executivo, estando o presente PL de acordo com a legislação.

Ainda, conforme determina a Constituição do Estado do Paraná, os bens imóveis pertencentes ao Estado só poderão ser objeto de doação mediante Lei, nos termos do artigo 10, in verbis:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Logo, a via eleita é escorreita para repassar ao município o imóvel qualificado no Relatório do presente.

No mesmo sentido o Projeto de Lei está em conformidade com o que determina o artigo 176, inciso I, alínea 'a', da Lei 8666/93, não havendo qualquer obstáculo para sua aprovação.

Quanto ao conteúdo, também não vislumbro, no projeto, nenhuma incompatibilidade entre o que ali se propõe e as regras e princípios do texto constitucional vigente.

Assim sendo, nota-se que o projeto de lei em análise encontra-se amparado pelos princípios legais norteadores do Direito Público Constitucional, motivo pelo qual nada obsta seu prosseguimento.

⁶ Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos: [...] b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury


COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
GABINETE PARLAMENTAR DEPUTADO PEDRO LUPION
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura




III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei n. 553/2013, de autoria do Poder Executivo, em virtude de sua LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE.

Sala das Comissões, 05 de Novembro de 2013.


Deputado NELSON JUSTUS
Presidente


Deputado PEDRO LUPION
Relator

APROVADO

05/11/13 



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 553/2013

Projeto de Lei nº 553/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 134/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE do Município de Sengés.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 553/2013**, de autoria do Poder Executivo, através da **mensagem 134/2013**, objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE do Município de Sengés, para o atendimento no ensino e educação prioritária na comunidade local. O imóvel a ser cedido está contemplado por uma área que totaliza 654,42 m², contendo um imóvel residencial com 305,00 m², conforme Matrícula nº 1.597 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Sengés-PR.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 553/2013**, no qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Sengés, no Estado do Paraná, com a cessão de uso de um imóvel destinado exclusivamente à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE. A área a ser cedida, será utilizada apenas em benefício próprio da população e no atendimento à educação especial, sendo que investimentos desta natureza atendem diretamente aos interesses dos moradores, prezando por um fortalecimento regionalizado em busca da realização e ampliação de ações de melhoria da qualidade de vida da população. Este será um investimento por intermédio da Prefeitura Municipal e Governo do Estado, que fortalecerá de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação
Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



forma direta o crescimento no município e incentivo à educação especial, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.

Cumpre a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O **Projeto de Lei 553/2013** em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 134/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:
I Existência de interesse público devidamente justificado;
(...)
(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando gravado em cláusula de inalienabilidade, que induz sua destinação exclusiva ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o **Projeto de Lei 553/2013**,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhrer; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população, restando assim grandes benefícios em sua composição para ser aprovado por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Pedro Lupion, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de Sengés, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 553/2013, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 11 de novembro de 2013.

Jonas Guimarães
Tercílio T.
FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão
Adelino Ribeiro
Elton Welter
Pastor Edson Praczyk
TERUO KATO
Relator



PROJETO DE LEI 554/13

PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica ao Município de Castro.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a cessão de uso, ao Município de Castro, do imóvel constituído de uma área de terras-com 450.000,00 m², na qual encontra-se o Aeroporto Regional de Castro, conforme Transcrição sob nº 10.260 do Registro de Imóveis da Comarca de Castro.

Art. 2º O imóvel objeto da presente cessão uso, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente para as instalações do Aeroporto Regional de Castro e será mantido e administrado pela Prefeitura do Município de Castro, retornando ao patrimônio do Estado em caso de utilização diversa.

Art. 3º A presente cessão de uso terá vigência de dez anos, podendo ser prorrogada por igual período mediante acordo entre as partes, ficando a cessionária responsável pela guarda, manutenção e conservação do bem cedido, sem direito a quaisquer ressarcimentos.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 23 de outubro de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

MENSAGEM

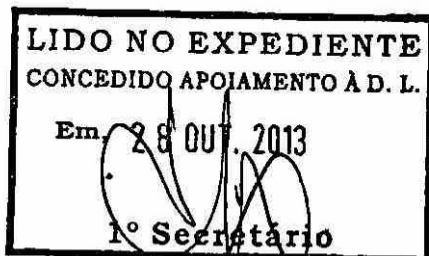
Nº 135 /2013

Curitiba, 23 de outubro de 2013.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
GOVERNADOR



I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em, _____

Presidente

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso, ao Município de Castro, do imóvel constituído de uma área de terras com 450.000,00 m², na qual encontra-se o Aeroporto Regional de Castro, conforme Transcrição sob nº 10.260 do Registro de Imóveis da Comarca de Castro.

A presente proposta atende plenamente ao interesse público, eis que o referido imóvel será utilizado exclusivamente para as instalações do Aeroporto Regional do referido Município.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que a cessão de uso terá vigência de dez anos, podendo ser prorrogada por igual período mediante acordo entre as partes, que o imóvel em referência ficará gravado com cláusula de inalienabilidade, que será usado exclusivamente para a finalidade prevista, que retornará ao patrimônio do Estado do Paraná em caso de destinação diversa e que o cessionário ficará responsável pela guarda, manutenção e conservação do bem cedido, sem direito a quaisquer ressarcimentos.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.926.525-8



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 554/2013

Projeto de Lei n.º 554/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem n.º 135/2013

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso do imóvel que especifica ao Município de Castro.

EMENTA: CESSÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE CASTRO. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGOS 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ART. 8º LEI ESTADUAL 15.608/07. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. LC 95/98. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade efetuar cessão de uso do imóvel constituído de uma área de terras com 450.000,00m², na qual encontra-se o Aeroporto Regional de Castro, conforme transcrição sob n.º.10.260 do Registro de Imóveis da Comarca de Castro, ao Município de Castro.

FUNDAMENTAÇÃO



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Inicialmente, cumpre esclarecer que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada.

Art. 33-A - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Neste mesmo sentido, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

O projeto de lei ora em tela encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece em seu artigo 10 e parágrafo único:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

A alienação de bens imóveis é disciplinada, via de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de permuta ou doação, pois estes contratos em particular visam a pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.

Ainda, o artigo 8º da Lei Estadual nº 15.608/07 dispõe sobre a dispensa de licitação em determinados casos, observe-se:

Art. 8º. Será dispensada a licitação, nos seguintes casos:



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

I - De bens imóveis para:

g) direito real de uso quando destinado a outro órgão ou entidade da Administração Pública;

A Lei Ordinária Federal 8.666/93, em seu artigo 17, determina as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública;

O jurista Hely Lopes Meirelles leciona que "a cessão de uso é uma categoria específica e própria para o transpasse da posse de um bem público para outra entidade, ou órgão da mesma entidade que dele tenha necessidade e se proponha a empregá-lo nas condições convencionadas com a Administração cedente".



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, quando o donatário for outro órgão ou entidade da administração pública, não haveria razão para que o legislador impedisse a doação, haja vista a expressa autorização legal.

Dessa forma, observa-se que estão presentes o requisitos necessários, quais sejam, a autorização legislativa que é dada através de lei e o interesse público.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o Projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar nº. 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, em sede de parecer, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa.

Sala das Comissões, 05 de Novembro de 2013.

[Assinatura]
NELSON JUSTUS
Presidente

[Assinatura]
BERNARDO RIBAS CARLI
Relator

APPROVADO

05/11/13

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL BERNARDO RIBAS CARLI
DE SA. J. 3A.ª, GABINETE 802, CENTRO CÍVICO, 80530-911, CURITIBA, PR | + 55 41 3350-4298



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 554/2013

Projeto de Lei nº 554/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 135/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica ao Município de Castro.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 554/2013**, de autoria do Poder Executivo, através da **mensagem 135/2013**, objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica ao Município de Castro, no Estado do Paraná, para fins de utilização das instalações do Aeroporto Regional de Castro. A área a ser cedida está totalizada em 450.000,00 m², conforme Transcrição sob nº 10.260 do Registro de Imóveis da Comarca de Castro-PR.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 554/2013**, no qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Castro no Estado do Paraná, com a cessão de uso de um imóvel destinado exclusivamente para as instalações do Aeroporto Regional de Castro. Sabemos que investimentos desta natureza atendem diretamente aos interesses dos moradores e prezam por um fortalecimento regionalizado em busca da realização e ampliação de ações voltadas ao desenvolvimento e crescimento regional. Este será um investimento por intermédio da Prefeitura Municipal e Governo do Estado, que permitirá uma regularização de um imóvel que já está sendo utilizado especificamente para este fim, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Bührer; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



Cumpre a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O **Projeto de Lei 554/2013** em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 135/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado;

(...)

(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando gravado em cláusula de inalienabilidade, que obriga a sua destinação de forma exclusiva ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente o desenvolvimento no Estado e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o **Projeto de Lei**



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhrer; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



554/2013, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população. Esta proposição faz referência a um imóvel apontado exclusivamente para uma destinação de consenso e benefício comum, restando assim, grande favorecimento na composição desta matéria para que possa ser aprovada por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à proposição, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Bernardo Ribas Carli, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de Castro, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 554/2013, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 11 de novembro de 2013.

Francisco Buhrer
FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão

Adelino Ribeiro

Tercílio Turini

Jonas Guimarães

Elton Welter

Teruo Kato

Pastor Edson Praczyk
PASTOR EDSON PRACZYK
Relator



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 555/13

Súmula: Autoriza o Poder Executivo, através do Departamento de Estradas de Rodagem – DER, a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município da São João.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo, através do Departamento de Estradas de Rodagem – DER, autorizado a efetuar a doação, ao Município de São João, de uma área de 4.999,63 m² e benfeitorias nela existentes, conforme Matrícula nº 9.349 do Registro de Imóveis de Chopinzinho, constituída de Parte do Lote Rural nº 105, do imóvel Jaracatiá, situado no Município de São João, com área total de 7.499,63 m².

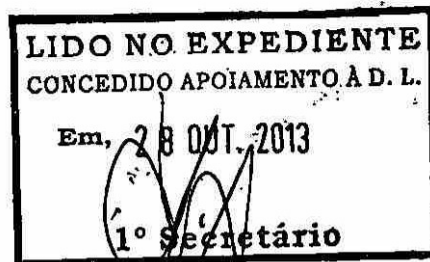
Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com a cláusula de inalienabilidade, será usado pelo referido Município exclusivamente para serviços públicos municipais, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Art. 3º Caberá ao Município, no prazo de um ano efetuar o desmembramento da área e a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário o mesmo retornará ao patrimônio estadual.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 23 de outubro de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM

Nº136 /2013

Curitiba, 23 de outubro de 2013.

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 28/10/2013

Presidente



Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo, através do Departamento de Estradas de Rodagem – DER, a efetuar a doação, ao Município de São João, de uma área de 4.999,63 m² e benfeitorias nela existentes, conforme Matrícula nº 9.349 do Registro de Imóveis de Chopinzinho, constituída de Parte do Lote Rural nº 105, do imóvel Jaracatiá, situado no Município de São João, com área total de 7.499,63 m².

A presente proposta atende plenamente ao interesse público, eis que aquele Município utilizará o referido imóvel exclusivamente para serviços públicos municipais.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que o imóvel em referência ficará gravado com cláusula de inalienabilidade, que será usado exclusivamente para o fim previsto, que retornará ao patrimônio do Estado do Paraná caso o Município não cumpra no prazo de um ano a finalidade estabelecida e não efetue a regularização cartorial da titularidade do mencionado bem.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHIA

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.515.032-4



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 555/2013

Projeto de Lei nº 555/2013

Autor: Poder Executivo – *mensagem* nº. 136/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo, através do Departamento de Estradas e Rodagem – DER, a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de São João.

EMENTA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A EFETUAR A DOAÇÃO DO IMÓVEL QUE ESPECIFICA, AO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, visa efetuar a doação, ao Município de São João, através do Departamento de Estrada e Rodagens - DER, de uma área de 4.999,63m² e benfeitorias nela existentes, conforme matrícula nº. 9.349 do Registro de Imóveis de Chopinzinho, constituída de parte do Lote Rural nº. 105, do imóvel Jaracatiá, situado no Município de São João, com área total de 7.499,63 m².



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A: Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso)

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i; (Redação dada pela Lei nº 11.952, de 2009) .

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Ademais, verifica-se a possibilidade do retorno do imóvel doado, ao patrimônio do Estado, em caso de destinação diversa, conforme § 1º da referida Lei:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



§ 1º Os imóveis doados com base na alínea "b" do inciso I deste artigo, cessadas as razões que justificaram a sua doação, reverterão ao patrimônio da pessoa jurídica doadora, vedada a sua alienação pelo beneficiário. . (grifo nosso)

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **constitucionalidade e legalidade**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 05 de novembro de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO NEREU MOURA
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

05/11/13



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Bührer; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 555/2013

Projeto de Lei nº 555/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 136/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo, através do Departamento de Estradas de Rodagem – DER, a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de São João.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 555/2013**, de autoria do Poder Executivo, através da **mensagem 136/2013**, objetiva autorizar o Poder Executivo, através do Departamento de Estradas de Rodagem –DER, a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de São João, no Estado do Paraná, de uma área de propriedade do Estado, com 4.999,63 m² e benfeitorias nela existentes, conforme Matrícula nº 9.349 do Registro de Imóveis de Chopinzinho, constituída pelo Lote Rural nº 105, do imóvel Jaracatiá, situado no Município de São João-PR.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 555/2013**, no qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de São João no Estado do Paraná, com a doação de um imóvel destinado exclusivamente para utilização da Administração Pública Municipal. A área a que se refere será destinada especificamente para o desenvolvimento de atividades de prestação de serviço municipal, sendo que investimentos desta natureza atendem diretamente aos interesses dos moradores e prezam por um fortalecimento regionalizado em busca da realização e ampliação de ações de melhoria da qualidade de vida da população. Este será um investimento por intermédio da Prefeitura Municipal e Governo do Estado, com obras que fortalecerão de forma direta o



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



crescimento no município, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.

Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O Projeto de Lei 555/2013 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 136/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado;

(...)

(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando gravado em cláusula de inalienabilidade, que obriga a sua destinação de forma exclusiva ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o Projeto de Lei 555/2013,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhrer; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população. Esta proposição faz referência a um imóvel apontado exclusivamente para uma destinação de consenso e benefício comum, restando assim, grande favorecimento na composição desta matéria para que possa ser aprovada por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à proposição, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Nereu Moura, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de São João, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo Parecer Favorável ao referido **Projeto de Lei 555/2013**, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 11 de novembro de 2013.

Francisco Buhrer
FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão

Teruo Kato
Jonas Guimarães

Tercílio Turini
TERCÍLIO TURINI
Relator

Adelino Ribeiro
Elton Welter
Edson Praczyk



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 556/13

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de São José dos Pinhais.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de São José dos Pinhais, do imóvel localizado na Rua Dona Izabel A Redentora, em terreno com 840,00 m², conforme Transcrição nº 11.796 do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição de São José dos Pinhais, no qual funciona a Unidade de Saúde Paulino Siqueira Cortes.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente para serviços públicos municipais.

Parágrafo único. O imóvel doado reverterá ao patrimônio do Estado caso o Município não cumpra no prazo de dois anos a finalidade estabelecida no *caput* do presente artigo.

Art. 3º O Município terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário o mesmo retornará ao patrimônio do Estado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 23 de outubro de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

MENSAGEM

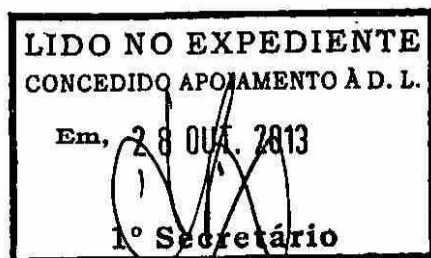
Nº 137/2013

Curitiba, 23 de outubro de 2013.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador



Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em,

Presidente



Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de São José dos Pinhais, do imóvel localizado na Rua Dona Izabel A Redentora, em terreno com 840,00 m², conforme Transcrição nº 11.796 do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição de São José dos Pinhais, no qual funciona a Unidade de Saúde Paulino Siqueira Cortes.

A presente proposta atende plenamente ao interesse público, eis que o referido imóvel será utilizado pelo Município exclusivamente para serviços públicos municipais.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que o imóvel em referência ficará gravado com cláusula de inalienabilidade, que será usado exclusivamente para o fim previsto, que retornará ao patrimônio do Estado do Paraná em caso de o Município não cumprir, no prazo de dois anos, a finalidade prevista e não efetuar a regularização cartorial da titularidade do bem doado.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHÁ

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.968.320-3

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530 909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345 | www.pr.gov.br

14446 28/10/2013 089260 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 556/2013

Projeto de Lei nº 556/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 137/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de São José dos Pinhais.

EMENTA: DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 137/2013, visa efetuar a doação ao município de São José dos Pinhais, do imóvel com área total de 840,00 m², localizado na Rua Dona Izabel A Redentora, de Matrícula nº 11.796, do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição de São José dos Pinhais, no qual funciona a Unidade de Saúde Paulino Siqueira Cortes, de propriedade do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Ademais, verifica-se presente cláusula possibilitando o retorno do mesmo ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, conforme artigo 2º, da referida Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 05 de novembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR


Dep. Petrides


Dep. Segnato

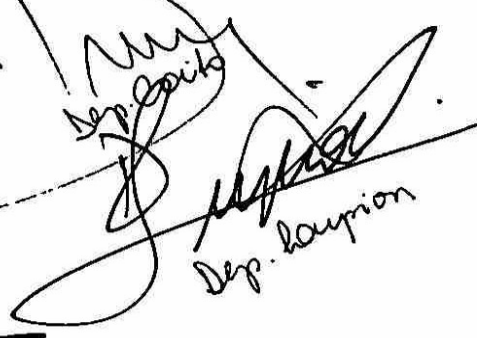

Dep. Antônio


Dep. Turini


Dep. Traiano

APROVADO

05/11/13


Dep. Laurion


Dep. Tadeu


Dep. Pastor


Dep. Nereu



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 556/2013

Projeto de Lei nº 556/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 137/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de São José dos Pinhais.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 556/2013**, de autoria do Poder Executivo, através da **mensagem 137/2013**, objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de São José dos Pinhais, no Estado do Paraná, de uma área de propriedade do Estado, localizada na Rua Dona Izabel A Redentora, em terreno com 840,00 m², conforme Transcrição nº 11.796 do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição de São José dos Pinhais, no qual funciona a Unidade de Saúde Paulino Siqueira Cortes.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 556/2013**, no qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de São José dos Pinhais no Estado do Paraná, com a doação de um imóvel destinado exclusivamente para utilização da Administração Pública Municipal. A área a que se refere será destinada especificamente para o desenvolvimento de atividades de prestação de serviço municipal, sendo que investimentos desta natureza atendem diretamente aos interesses dos moradores e prezam por um fortalecimento regionalizado em busca da realização e ampliação de ações de melhoria da qualidade de vida da população. Este será um investimento por intermédio da Prefeitura Municipal e Governo do Estado, com obras que fortalecerão de forma direta o crescimento no município, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Bührer; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



Cumpre a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no **Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.**

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O **Projeto de Lei 556/2013** em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 137/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado;
(...)

(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando gravado em cláusula de inalienabilidade, que obriga a sua destinação de forma exclusiva ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (**Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná**).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o **Projeto de Lei 556/2013**,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população. Esta proposição faz referência a um imóvel apontado exclusivamente para uma destinação de consenso e benefício comum, restando assim, grande favorecimento na composição desta matéria para que possa ser aprovada por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à proposição, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Alexandre Curi, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de São José dos Pinhais, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 556/2013, em sua forma apresentada.

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 11 de novembro de 2013.*

Francisco Buhner
FRANCISCO BUHNER
Presidente da Comissão

Teruo Kato
Adelino Ribeiro

Tercílio Turini
TERCÍLIO TURINI
Relator

Jonas Guimarães
Edson Praczyk
Elton Welter



Projeto de Lei

PROJETO DE LEI 558/13

PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Cruzeiro do Oeste.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Cruzeiro do Oeste, do imóvel de propriedade do Estado do Paraná constituído pela Quadra nº 15 da Planta nº 2 do Loteamento Sul Brasileira, com área de 9.800,00 m², naquele Município, conforme Transcrição sob nº 13.128 do Registro de Imóveis da Comarca de Cruzeiro do Oeste.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente para serviços públicos municipais de Centro de Educação Infantil e Casa Lar para menores.

Parágrafo único. O imóvel doado reverterá ao patrimônio do Estado caso o Município não cumpra no prazo de dois anos a finalidade estabelecida no *caput* do presente artigo.

Art. 3º O Município terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário o mesmo retornará ao patrimônio do Estado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 23 de outubro de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

MENSAGEM

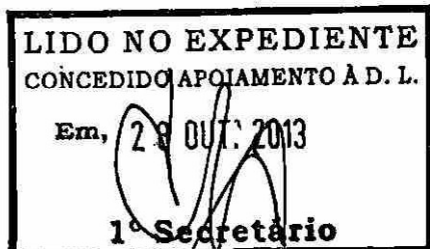
Nº 139 /2013

Curitiba, 23 de outubro de 2013.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador



Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências

Em,

Presidente



Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Cruzeiro do Oeste, do imóvel de propriedade do Estado do Paraná constituído pela Quadra nº 15 da Planta nº 2 do Loteamento Sul Brasileira, com área de 9.800,00 m², naquele Município, conforme Transcrição sob nº 13.128 do Registro de Imóveis da Comarca de Cruzeiro do Oeste.

A presente proposta atende plenamente ao interesse público, eis que o referido imóvel será utilizado pelo Município exclusivamente para serviços públicos municipais de Centro de Educação Infantil e Casa Lar para menores.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que o imóvel em referência ficará gravado com cláusula de inalienabilidade, que será usado exclusivamente para o fim previsto, que retornará ao patrimônio do Estado do Paraná em caso de o Município não cumprir, no prazo de dois anos, a finalidade prevista e não efetuar a regularização cartorial da titularidade do bem doado.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHÁ

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.773.021-2

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530 909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345 | www.pr.gov.br

14147 28/10/2013 009262 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 558/2013

Projeto de Lei nº 558/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 139/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de Cruzeiro do Oeste.

EMENTA: DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 139/2013, visa efetuar a doação ao município de Cruzeiro do Oeste, do imóvel com área total de 9800,00 m², correspondente pela Quadra nº 15, Planta nº 2 do Loteamento Sul Brasileira, de Matrícula nº 13.128, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cruzeiro do Oeste, de propriedade do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Ademais, verifica-se presente cláusula possibilitando o retorno do mesmo ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, conforme artigo 2º, da referida Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

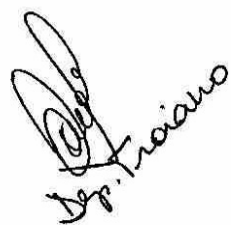
Sala das Comissões, 05 de novembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

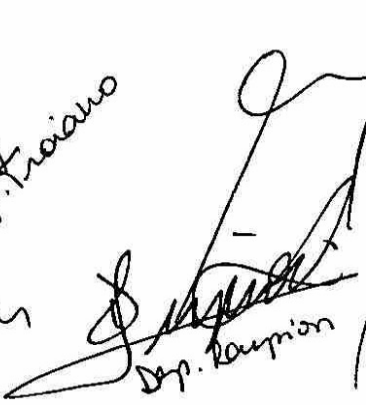

Dep. Carlos


Dep. Teyssie


Dep. Traiano


Dep. Mendes


Dep. Curi


Dep. Rampion

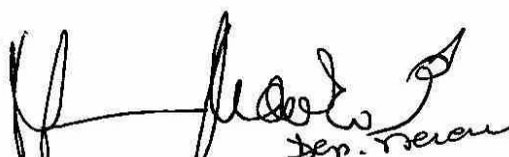

Dep. Tadeu


Dep. Pastor

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

0511113


Dep. Nereu



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 558/2013

Projeto de Lei nº 558/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 139/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de Cruzeiro do Oeste.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 558/2013**, de autoria do Poder Executivo, através da mensagem 139/2013, objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Cruzeiro do Oeste, no Estado do Paraná, de área constituída de 9.800,00 m², Quadra nº 15 da Planta nº 2 do loteamento Sul Brasileira, conforme Transcrição sob nº 13.128 do Registro de Imóveis da Comarca de Cruzeiro do Oeste-PR.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 558/2013**, no qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Cruzeiro do Oeste no Estado do Paraná, com a doação de um imóvel destinado exclusivamente para utilização da Administração Pública Municipal. A área a que se refere será utilizada especificamente pelo Centro de Educação Infantil e Casa Lar para Menores, uma ação voltada para o incentivo à educação e ações de melhoria da qualidade de vida da população, prezando por um fortalecimento regionalizado em busca de investimentos que atinjam o interesse e a necessidade de toda a população. Este será um investimento por intermédio da Prefeitura Municipal e Governo do Estado, que fortalecerá de forma direta o crescimento, a proteção e a educação no município de Cruzeiro do Oeste, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



Cumpre a nós destacar que "*Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral*", nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O **Projeto de Lei 558/2013** em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 139/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:
I Existência de interesse público devidamente justificado;
(...)
(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando gravado em cláusula de inalienabilidade, que obriga a sua destinação de forma exclusiva ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: "*A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal*". (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o **Projeto de Lei 558/2013**,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Terclio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população e ainda ao incentivo à educação. Esta proposição faz referência a um imóvel apontado exclusivamente para uma destinação de consenso e benefício comum, restando assim, grande favorecimento na composição desta matéria para que possa ser aprovada por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à proposição, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Fernando Scanavaca, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de Cruzeiro do Oeste, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 558/2013, em sua forma apresentada.

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 11 de novembro de 2013.*

Francisco Buhner
FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão

Elton Welter
ELTON WELTER
Relator

749 11 02



PROJETO DE LEI 559/13

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Guaraniaçu.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Guaraniaçu, do imóvel de propriedade do Estado do Paraná localizado na Avenida Souza Naves, constituído pelos Lotes nºs 28 e 30, ambos pertencentes à Quadra 08, com área total de 1.063,20 m², conforme Transcrição sob nº 16.256 do Registro de Imóveis da Comarca Guaraniaçu.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente para serviços públicos municipais.

Parágrafo único. O imóvel doado reverterá ao patrimônio do Estado caso o Município não cumpra no prazo de dois anos a finalidade estabelecida no *caput* do presente artigo.

Art. 3º O Município terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário o mesmo retornará ao patrimônio do Estado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 23 de outubro de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

MENSAGEM

Nº140 /2013

Curitiba, 23 de outubro de 2013.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 28 OUT. 2013

1º Secretário

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente.
II - À DL para providências.

Em,

Presidente



Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Guaraniaçu, do imóvel de propriedade do Estado do Paraná localizado na Avenida Souza Naves, constituído pelos Lotes nºs 28 e 30, ambos pertencentes à Quadra 08, com área total de 1.063,20 m², conforme Transcrição sob nº 16.256 do Registro de Imóveis da Comarca Guaraniaçu.

A presente proposta atende plenamente ao interesse público, eis que o referido imóvel será utilizado pelo Município exclusivamente para serviços públicos municipais.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que o imóvel em referência ficará gravado com cláusula de inalienabilidade, que será usado exclusivamente para o fim previsto, que retornará ao patrimônio do Estado do Paraná em caso de o Município não cumprir, no prazo de dois anos, a finalidade prevista e não efetuar a regularização cartorial da titularidade do bem doado.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.948.581-9

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530 909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345 | www.pr.gov.br

14:47 28/10/2013 009263 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



PARECER AO PROJETO DE LEI 559/2013

Projeto de Lei nº 559/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 140/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de Guaraniaçu.

EMENTA: DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE GUARANIAÇU. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. LEGITIMIDADE AFERIDA - APROVAÇÃO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem nº140/2013, visa efetuar a doação ao município de Guaraniaçu, do imóvel constituído pelos lotes nºs 28 e 30 da Quadra nº 08, com área total de 1.063,20, conforme Transcrições nº 16.256 do Registro de Imóveis da Comarca de Guaraniaçu, de propriedade do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora este entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.



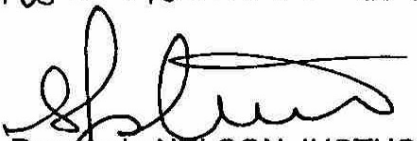
Ademais, verifica-se presente a cláusula de inalienabilidade, possibilitando o retorno do mesmo ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, conforme artigo 2º da referida Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.


Sala das Comissões, 05 de Novembro de 2013.


Deputado NELSON JUSTUS
Presidente


Deputado CAIO QUINTANA
Relator

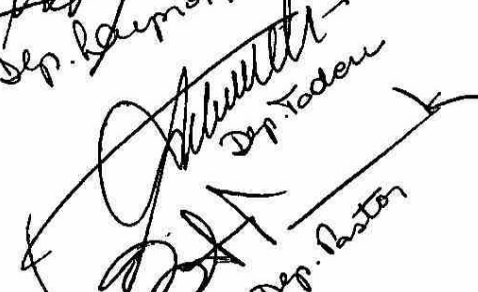

Dep. Caio
APROVADO

05/11/13


Dep. Lúcio

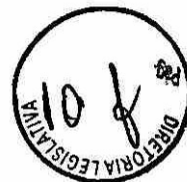

Dep. Raimundo


Dep. Tadeu


Dep. Pastor



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação
Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelinno Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 559/2013

Projeto de Lei nº 559/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 140/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Guaraniaçu.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 559/2013**, de autoria do Poder Executivo, através da **mensagem 140/2013**, objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Guaraniaçu, no Estado do Paraná, de uma área de propriedade do Estado, localizada na Avenida Souza Naves, constituída pelos Lotes nºs 28 e 30, ambos pertencentes à Quadra 08, com área total de 1.063,20 m², conforme Transcrição sob nº 16.256 do Registro de Imóveis da Comarca de Guaraniaçu-PR.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 559/2013**, no qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Guaraniaçu no Estado do Paraná, com a doação de um imóvel destinado exclusivamente para utilização da Administração Pública Municipal. A área a que se refere será destinada especificamente para o desenvolvimento de atividades de prestação de serviço municipal, sendo que investimentos desta natureza atendem diretamente aos interesses dos moradores e prezam por um fortalecimento regionalizado em busca da realização e ampliação de ações de melhoria da qualidade de vida da população. Este será um investimento por intermédio da Prefeitura Municipal e Governo do Estado, com obras que fortalecerão de forma direta o crescimento no município, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Bührer; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O Projeto de Lei 559/2013 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 140/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado;

(...)

(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando gravado em cláusula de inalienabilidade, que obriga a sua destinação de forma exclusiva ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o Projeto de Lei 559/2013,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhrer; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população. Esta proposição faz referência a um imóvel apontado exclusivamente para uma destinação de consenso e benefício comum, restando assim, grande favorecimento na composição desta matéria para que possa ser aprovada por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à proposição, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Caíto Quintana, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de Guaraniaçu, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo **Parecer Favorável** ao referido **Projeto de Lei 559/2013**, em sua forma apresentada.

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 11 de novembro de 2013.*

Jonas Guimarães
Francisco Buhrer
FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão
Tercílio Turini
ADELINO RIBEIRO
Relator
Teruo Kato
Elton Welter
Pastor Edson Praczyk



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 560/13

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Rolândia.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Rolândia, de área com 1.380,00 m², referente a parte do imóvel constituído da Data de Terras sob nº 01 da Quadra nº 71, com área total de 6.562,50 m², de propriedade do Estado do Paraná conforme a Matrícula nº 23.106 do Registro de Imóveis de Rolândia.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente para serviços públicos municipais.

Parágrafo único. O imóvel doado reverterá ao patrimônio do Estado caso o Município não cumpra a finalidade estabelecida no *caput* do presente artigo.

Art. 3º Caberá ao Município, no prazo de um ano, efetuar o desmembramento da área e a regularização cartorial da titularidade da mesma, caso contrário o referido bem retornará ao patrimônio do Estado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 23 de outubro de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

MENSAGEM

Nº 141/2013

Curitiba, 23 de outubro de 2013.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 28 OUT. 2013

1º Secretário

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em,

Presidente



Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Rolândia, de área com 1.380,00 m², referente a parte do imóvel constituído da Data de Terras sob nº 01 da Quadra nº 71, com área total de 6.562,50 m², de propriedade do Estado do Paraná conforme a Matrícula nº 23.106 do Registro de Imóveis da comarca de Rolândia.

A presente proposta atende plenamente ao interesse público, eis que a referida área de terras será utilizada pelo Município exclusivamente para serviços públicos municipais.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que o imóvel em referência ficará gravado com cláusula de inalienabilidade, que será usado exclusivamente para o fim previsto, que caberá ao Município efetuar, no prazo de um ano, o desmembramento e a regularização cartorial da referida área, caso contrário a mesma retornará ao patrimônio do Estado.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 10.977.631-9



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



PROJETO DE LEI Nº 560/2013

Projeto de Lei nº 560/2013

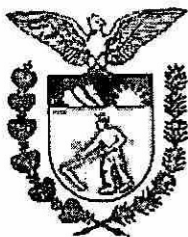
Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 141/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Rolândia.

EMENTA: DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 141/2013, visa efetuar a doação ao Município de Rolândia, do imóvel com área total de 1.380,00 m², referente a parte do imóvel constituído da Data de Terras sob nº 01 da Quadra nº 71, com área total de 6.562,50 m², de propriedade do Estado do Paraná conforme a Matrícula nº 23.106 do Registro de Imóveis de Rolândia.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná,
observe-se:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Ademais, verifica-se presente cláusula possibilitando o retorno do mesmo ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, conforme artigo 2º, da referida Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Sessões em 05/11/13

NELSON JUSTUS
Presidente

TERCÍLIO TURINI
Relator

APROVADO

05/11/13

Dep. Aníbal

Dep. Scaramia

Dep. Leite

Dep. Pastor

Dep. Lampion

Dep. Toden

Dep. Nereu

Dep. Traziano

Dep. Traziano

Dep. Aníbal

Dep. Traziano



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 560/2013

Projeto de Lei nº 560/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 141/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Rolândia.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 560/2013**, de autoria do Poder Executivo, através da **mensagem 141/2013**, objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Rolândia, no Estado do Paraná, de parte de um imóvel de propriedade do Estado, conforme Matrícula nº 23.106 do registro de Imóveis de Rolândia-PR, totalizando uma doação de uma área de 1.380,00 m², constituído da Data de Terras sob nº 01 da Quadra nº 71.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 560/2013**, no qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Rolândia no Estado do Paraná, com a doação de um imóvel destinado exclusivamente para utilização da Administração Pública Municipal. A área a que se refere será destinada especificamente para o desenvolvimento de atividades de prestação de serviço municipal, sendo que investimentos desta natureza atendem diretamente aos interesses dos moradores e prezam por um fortalecimento regionalizado em busca da realização e ampliação de ações de melhoria da qualidade de vida da população. Este será um investimento por intermédio da Prefeitura Municipal e Governo do Estado, com obras que fortalecerão de forma direta o crescimento no município, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O Projeto de Lei 560/2013 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 141/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado;

(...)

(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando gravado em cláusula de inalienabilidade, que obriga a sua destinação de forma exclusiva ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o Projeto de Lei 560/2013,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população. Esta proposição faz referência a um imóvel apontado exclusivamente para uma destinação de consenso e benefício comum, restando assim, grande favorecimento na composição desta matéria para que possa ser aprovada por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à proposição, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Tercílio Turini, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de Rolândia, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 560/2013, em sua forma apresentada.

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 11 de novembro de 2013.*

Jonas Guimarães
Tercílio Turini
FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão
Adelino Ribeiro
Elton Welter
Pastor Edson Praczyk
TERUO KATO
Relator



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 561/13

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Barbosa Ferraz.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Barbosa Ferraz, do imóvel de Matrícula nº 10.053 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Barbosa Ferraz, caracterizado como "Lote Praça General Osório B", com área de 2.000,00 m².

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usados exclusivamente para a expansão industrial local.

Parágrafo único. O imóvel doado reverterá ao patrimônio do Estado caso o Município não cumpra no prazo de dois anos a finalidade estabelecida no *caput* do presente artigo.

Art. 3º O Município terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário o mesmo retornará ao patrimônio do Estado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 23 de outubro de 2013.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

MENSAGEM

Nº 142/2013

Curitiba, 23 de outubro de 2013.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.
Em, 28 OUT. 2013
1º Secretário

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.
II – À DL para providências.

Em, _____
Presidente



Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Barbosa Ferraz, do imóvel de Matrícula nº 10.053 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Barbosa Ferraz, caracterizado como "Lote Praça General Osório B", com área de 2.000,00 m².

A presente proposta atende plenamente ao interesse público, eis que o referido imóvel será utilizado pelo Município exclusivamente para a expansão industrial local.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que o imóvel em referência ficará gravado com cláusula de inalienabilidade, que será usado exclusivamente para o fim previsto, que retornará ao patrimônio do Estado do Paraná em caso de o Município não cumprir a finalidade prevista e não efetuar, no prazo de dois anos, a regularização cartorial da titularidade do referido bem imóvel.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 12.034.063-8



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 561/2013

Projeto de Lei nº 561/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 142/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Barbosa Ferraz.

EMENTA: DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 142/2013, visa efetuar a doação ao Município de Barbosa Ferraz, do imóvel com área total de 2.000,00 m², caracterizado como “Lote Praça General Osório B”, cuja Matrícula nº 10.053, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Barbosa Ferraz.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Ademais, verifica-se presente cláusula possibilitando o retorno do mesmo ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, conforme artigo 2º, da referida Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça




CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 05 de novembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE



DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR


Dep. Joviano



Dep. Carlos



Dep. Fátima


Dep. Fátima


Dep. Celso


Dep. Fátima


Dep. Curi



Dep. Dapion


Dep. Pastor

Praca Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

05/11/13


Dep. Nereu



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 561/2013

Projeto de Lei nº 561/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 142/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Barbosa Ferraz.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 561/2013**, de autoria do Poder Executivo, através da **mensagem 142/2013**, objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Barbosa Ferraz, no Estado do Paraná, para fins de utilização de expansão da indústria local. A área a ser cedida está totalizada em 2.000,00 m², conforme Matrícula nº 10.053 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Barbosa Ferraz-PR.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 561/2013**, no qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Barbosa Ferraz no Estado do Paraná, com a doação de um imóvel destinado exclusivamente para a expansão da indústria local. Sabemos que investimentos desta natureza atendem diretamente aos interesses dos moradores e prezam por um fortalecimento regionalizado em busca da realização e ampliação de ações voltadas ao desenvolvimento e crescimento regional. Este será um investimento por intermédio da Prefeitura Municipal e Governo do Estado, que permitirá ganhos não só para o Município de Barbosa Ferraz, mas também para toda a região, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.

Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas,*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral", nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O **Projeto de Lei 561/2013** em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 142/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:
I Existência de interesse público devidamente justificado;
(...)
(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando gravado em cláusula de inalienabilidade, que obriga a sua destinação de forma exclusiva ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: "*Á cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal*". (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente o desenvolvimento no Estado e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o **Projeto de Lei 561/2013**, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população. Esta proposição faz referência a um imóvel apontado



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Eron Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



exclusivamente para uma destinação de consenso e benefício comum, restando assim, grande favorecimento na composição desta matéria para que possa ser aprovada por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à proposição, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Fernando Scanavaca, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de Barbosa Ferraz, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 561/2013, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 11 de novembro de 2013.

Francisco Buhner
FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão

Jonas Guimarães
JONAS GUIMARÃES
Relator

Teruo Kato

Tercílio Turini

Adelino Ribeiro

Eron Welter

Pastor Edson Praczyk



PROJETO DE LEI 562/13

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a reversão do imóvel que especifica ao Município de Cianorte.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a reversão, ao Município de Cianorte, do imóvel doado ao Estado do Paraná destinado à construção da Sede do Destacamento da Polícia Militar, constituído de uma área de 612,00 m², situada na Rua Dr. Alcides Vidigal esquina com Rua Kamenoske Otama, Lote nº 14, Quadra nº 02, no local denominado Distrito de Vidigal, Município de Cianorte, conforme a Matrícula nº 9.035 do Cartório de Registro de Imóveis do 2º Ofício da Comarca de Cianorte.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente para serviços públicos municipais e retornará ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Art. 3º O Município terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade do referido bem, caso contrário o mesmo retornará ao patrimônio do Estado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 23 de outubro de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

MENSAGEM

Nº 143/2013

Curitiba, 23 de outubro de 2013.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 28 OUT 2013

1º Secretário

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em, _____

Presidente



Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a reversão, ao Município de Cianorte, do imóvel doado ao Estado do Paraná destinado à construção da Sede do Destacamento da Polícia Militar, constituído de uma área de 612,00 m², situada na Rua Dr. Alcides Vidigal esquina com Rua Kamenoske Otama, Lote nº 14, Quadra nº 02, no local denominado Distrito de Vidigal, Município de Cianorte, conforme a Matrícula nº 9.035 do Cartório de Registro de Imóveis do 2º Ofício da Comarca de Cianorte.

A presente proposta atende plenamente ao interesse público, eis que a referida área de terras será utilizada pelo Município exclusivamente para serviços públicos municipais.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que o imóvel em referência ficará gravado com cláusula de inalienabilidade, que será usado exclusivamente para o fim previsto e que o Município terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da referida área, caso contrário a mesma retornará ao patrimônio do Estado.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHÁ

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.882.808-9

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530 909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345 | www.pr.gov.br

14:47 28/10/2013 009266 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 562/2013

Projeto de Lei nº 562/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 143/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a reversão do imóvel que especifica ao Município de Cianorte.

EMENTA: REVERSÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE CIANORTE. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17, I, "b" E PARÁGRAFO 1º DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 143/2013, visa efetuar a reversão ao Município de Cianorte, do imóvel com área total de 612,00 m², destinado à construção da Sede do Destacamento da Polícia Militar, situado na Rua Dr. Alcides Vidigal esquina com a Rua Kamenoske Otama, Lote nº 14, Quadra nº 02, no local denominado Distrito de Vidigal, Município de Cianorte, conforme Matrícula nº 9.035 do Cartório de Registro de Imóveis do 2º Ofício da Comarca de Cianorte.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação



regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão



ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;

(...)

§ 1º Os imóveis doados com base na alínea "b" do inciso I deste artigo, cessadas as razões que justificaram a sua doação, reverterão ao patrimônio da pessoa jurídica doadora, vedada a sua alienação pelo beneficiário.

(grifa-se)

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Ademais, verifica-se presente cláusula possibilitando o retorno do mesmo ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, conforme artigo 2º, da referida Lei.





Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

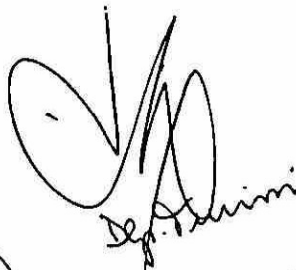
Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

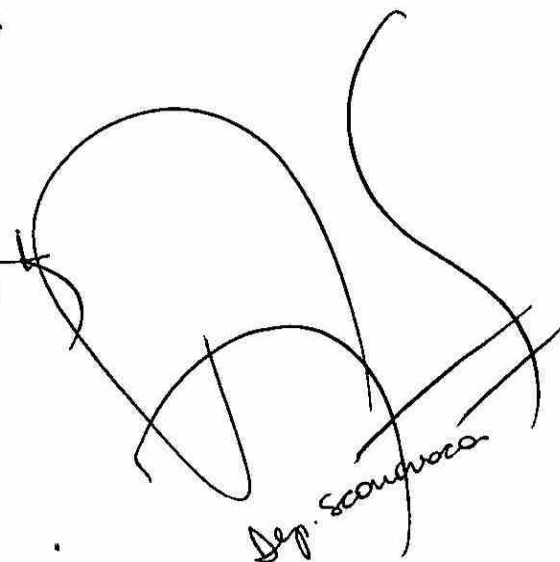
Sala das Sessões 05 de novembro de 2013.

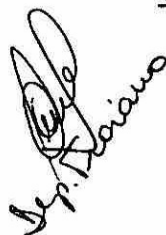

Dep. Nelson Justus
Presidente


Dep. Pr. Edson Praczyk
Relator


Dep. Carlos

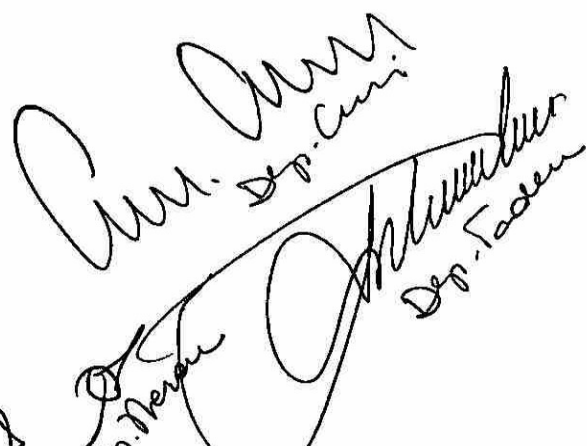

Dep. Durini



Dep. Scandvoo


Dep. Luciano


Dep. Laurion


Dep. Pires


Dep. Curini

APROVADO
05/11/13 



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 562/2013

Projeto de Lei nº 562/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 143/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a reversão do imóvel que especifica ao Município de Cianorte.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 562/2013**, de autoria do Poder Executivo, através da **mensagem 143/2013**, objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a reversão do imóvel que especifica ao Município de Cianorte, no Estado do Paraná, de área totalizada por 612,00 m², situada na Rua Dr. Alcides Vidigal, esquina com a Rua Kamenoske Otama, Lote nº 14, Quadra nº 02, no local denominado Distrito Vidigal, Município de Cianorte, conforme descrito na Matrícula nº 9.035 do Cartório de Registro de Imóveis do 2º Ofício da Comarca de Cianorte-PR.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 562/2013**, no qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Cianorte no Estado do Paraná, com a reversão de um imóvel que hoje está em Poderes do Estado, mas que passaria novamente ao comando do Município para fins de utilização da Administração Pública Municipal. A área a que se refere será destinada especificamente para o desenvolvimento de atividades de prestação de serviço municipal, sendo que investimentos desta natureza atendem diretamente aos interesses dos moradores e prezam por um fortalecimento regionalizado em busca da realização e ampliação de ações de melhoria da qualidade de vida da população. Este será um investimento por intermédio da Prefeitura Municipal e Governo do Estado, com obras que fortalecerão de forma direta o crescimento



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



no município, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.

Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O **Projeto de Lei 562/2013** em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 143/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:
I Existência de interesse público devidamente justificado;
(...)
(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando gravado em cláusula de inalienabilidade, que obriga a sua destinação de forma exclusiva ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o **Projeto de Lei 562/2013**,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhrer; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população. Esta proposição faz referência a um imóvel apontado exclusivamente para uma destinação de consenso e benefício comum, restando assim, grande favorecimento na composição desta matéria para que possa ser aprovada por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à proposição, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Pastor Edson Praczyk, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de Cianorte, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 562/2013, em sua forma apresentada.

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 11 de novembro de 2013.*

Francisco Buhrer
FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão

Teruo Kato

Tercílio Turini

Jonas Guimarães
JONAS GUIMARÃES
Relator

Adelino Ribeiro

Elton Welter

Pastor Edson Praczyk



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 563/13

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação dos imóveis que especifica ao Município de Itapejara D'Oeste.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Itapejara D'Oeste, dos imóveis de propriedade do Estado do Paraná localizados na Rua Abilon de Souza Naves, com área de 5.786,25 m² conforme descrito na Matrícula nº 22.487 e a área de 600,00 m² conforme descrito na Matrícula nº 8.315, ambas do 2º Ofício de Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco.

Art. 2º Os imóveis em questão, que ficam gravados com cláusula de inalienabilidade, serão usados exclusivamente para serviços públicos municipais.

Parágrafo único. Os imóveis doados reverterão ao patrimônio do Estado caso o Município não cumpra a finalidade estabelecida no *caput* do presente artigo.

Art. 3º O Município terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade dos imóveis doados, caso contrário os mesmos retornarão ao patrimônio do Estado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 23 de outubro de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

MENSAGEM

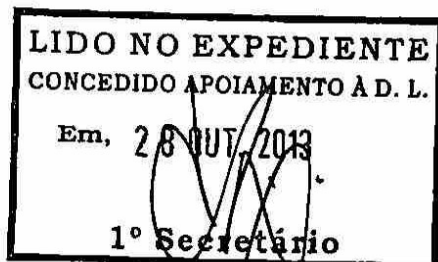
Nº 144/2013

Curitiba, 23 de outubro de 2013.

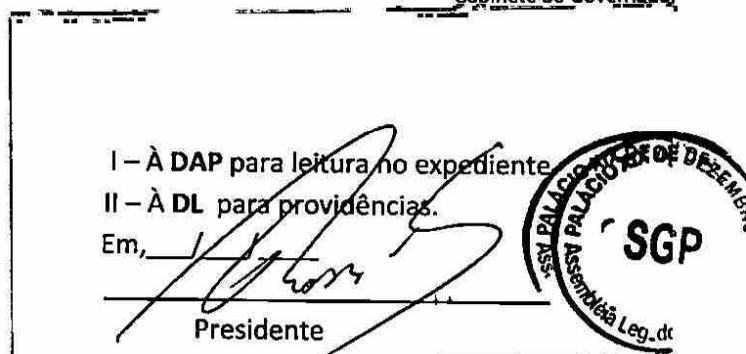


PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador



Senhor Presidente,



Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Itapejara D'Oeste, dos imóveis de propriedade do Estado do Paraná localizados na Rua Abilon de Souza Naves, com área de 5.786,25 m² conforme descrito na Matrícula nº 22.487 e a área de 600,00 m² conforme descrito na Matrícula nº 8.315, ambas do 2º Ofício de Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco.

A presente proposta atende plenamente ao interesse público, eis que os referidos imóveis serão utilizados pelo Município exclusivamente para serviços públicos municipais.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que os imóveis em referência ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade, que serão usados exclusivamente para o fim previsto, que retornarão ao patrimônio do Estado do Paraná em caso de o Município não cumprir a finalidade prevista e não efetuar, no prazo de dois anos, a regularização cartorial da titularidade dos referidos bens imóveis.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 12.079.226-1

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530 909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345 | www.pr.gov.br

14:47 28/10/2013 009267 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 563/2013

Projeto de Lei nº 563/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 144/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação dos imóveis que especifica ao Município de Itapejara D'Oeste.

EMENTA: DOAÇÃO DE IMÓVEIS AO MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 144/2013, visa efetuar a doação ao Município de Itapejara D'Oeste, dos imóveis localizados na Rua Abilon de Souza Naves: um com área de 5.786,25m², conforme descrito na Matrícula nº 22.487 e outro com área de 600,00m², conforme descrito na Matrícula nº 8.315, ambas do 2º Ofício de Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Ademais, verifica-se presente cláusula possibilitando o retorno do mesmo ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, conforme artigo 2º, da referida Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 05 de novembro de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO NEREU MOURA
RELATOR

APROVADO

05711113

Praça Nossa Senhora da Saleté s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

Dep. Veri

5 Sep. 1961

Dep. Pastor

Dep. Luciano

Dep. Period.

Dep. Champion

[Handwritten signature]

1. *Handwritten signature*

Dep. Secretary



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 563/2013

Projeto de Lei nº 563/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 144/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo, a efetuar a doação dos imóveis que especifica ao Município de Itapejara D'Oeste.

I – PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 563/2013, de autoria do Poder Executivo, através da mensagem 144/2013, objetiva autorizar o Poder Executivo, a efetuar a doação dos imóveis que especifica ao Município de Itapejara D'Oeste, no Estado do Paraná, de áreas de propriedade do Estado, com 5.786,25 m², conforme Matrícula nº 22.487 e 600,00 m² conforme descrito na Matrícula nº 8.315, ambas do 2º Ofício de Registro geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco-PR.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 563/2013, no qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Itapejara D'Oeste no Estado do Paraná, com a doação de imóveis destinados exclusivamente para utilização da Administração Pública Municipal. As áreas a que se refere serão destinadas especificamente para o desenvolvimento de atividades de prestação de serviço municipal, sendo que investimentos desta natureza atendem diretamente aos interesses dos moradores e prezam por um fortalecimento regionalizado em busca da realização e ampliação de ações de melhoria da qualidade de vida da população. Este será um investimento por intermédio da Prefeitura Municipal e Governo do Estado, com obras que



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Bührer; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



fortalecerão de forma direta o crescimento no município, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.

Cumpramos a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O Projeto de Lei 563/2013 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 144/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado;
(...)
(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que estes imóveis poderão retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando gravado em cláusula de inalienabilidade, que obriga a sua destinação de forma exclusiva ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o Projeto de Lei 563/2013,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Bührer; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população. Esta proposição faz referência a duas áreas apontadas exclusivamente para uma destinação de consenso e benefício comum, restando assim, grande favorecimento na composição desta matéria para que possa ser aprovada por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à proposição, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Nereu Moura, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de Itapejara D'Oeste, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 563/2013, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 11 de novembro de 2013.

Jonas Guimarães
Francisco Bührer
FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão
Teruo Kato
TERUO KATO
Relator
Adelino Ribeiro
Pastor Edson Praczyk
Elton Welter



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 567/13

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica ao Município de Janiópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a cessão de uso, ao Município de Janiópolis, do imóvel constituído pelo Lote nº 5-A-1-1, subdivisão do Lote nº 5-A-1, situado na Gleba nº 09 no local denominado Colônia Goioerê, com área de 1.250,00 m², Transcrição sob nº 47.970 do Registro de Imóveis da Comarca de Campo Mourão.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente para serviços públicos municipais, retornando ao patrimônio do Estado em caso de utilização diversa.

Art. 3º A presente cessão de uso terá vigência de cinco anos, podendo ser prorrogada por igual período mediante acordo entre as partes, ficando a cessionária responsável pela guarda, manutenção e conservação do bem cedido, sem direito a quaisquer ressarcimentos.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 29 de outubro de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

MENSAGEM

Nº 146 /2013

Curitiba, 29 de outubro de 2013.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 04 NOV. 2013

1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso, ao Município de Janiópolis, do imóvel constituído pelo Lote nº 5-A-1-1, subdivisão do Lote nº 5-A-1, situado na Gleba nº 09 no local denominado Colônia Goioerê, com área de 1.250,00 m², Transcrição sob nº 47.970 do Registro de Imóveis da Comarca de Campo Mourão.

A presente proposta atende plenamente ao interesse público, eis que o referido imóvel será utilizado pelo Município exclusivamente para serviços públicos municipais

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que a cessão de uso terá vigência de cinco anos, podendo ser prorrogada por igual período mediante acordo entre as partes, que o imóvel em referência ficará gravado com cláusula de inalienabilidade, que será usado exclusivamente para a finalidade prevista, que retornará ao patrimônio do Estado do Paraná em caso de destinação diversa e que o cessionário ficará responsável pela guarda, manutenção e conservação do bem cedido, sem direito a quaisquer ressarcimentos.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHÁ

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.492.196-3

I - À DAP para leitura no expediente.
II - À DL para providências.

Em, 04/11/13

Presidente



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 567/2013

Projeto de Lei nº. 567/2013

Autor: Poder Executivo - Mensagem nº. 146/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso do imóvel que especifica ao Município de Janiópolis.

EMENTA: CESSÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE JAINÓPOLIS. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGOS 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ART. 8º LEI ESTADUAL 15.608/07. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. LC 95/98. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade efetuar a cessão de uso, ao Município de Janiópolis, do imóvel constituído pelo Lote nº. 5-A-1-1, SUBDIVISÃO DO Lote nº. 5-A-1, situado na Gleba nº. 09 no local denominado Colônia Goioerê, com área de 1.250,00m², Transcrição sob nº. 47.47.970 do Regimento de Imóveis da Comarca de Campo Mourão.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)

Neste mesmo sentido, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

O projeto de lei ora em tela encontra respaldo na **Constituição Estadual**, que estabelece em seu artigo 10 e parágrafo único:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

A alienação de bens imóveis é disciplinada, via de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de permuta ou doação, pois estes contratos em particular visam a pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.

Ainda, o artigo 8º da Lei Estadual nº 15.608/07 dispõe sobre a dispensa de licitação em determinados casos, observe-se:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 8º. Será dispensada a licitação, nos seguintes casos:

I – De bens imóveis para:

g) direito real de uso quando destinado a outro órgão ou entidade da Administração Pública;

A Lei Ordinária Federal 8.666/93, em seu artigo 17, determina as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



O jurista Hely Lopes Meirelles leciona que *"a cessão de uso é uma categoria específica e própria para o transpasse da posse de um bem público para outra entidade, ou órgão da mesma entidade que dele tenha necessidade e se proponha a empregá-lo nas condições convencionadas com a Administração cedente"*¹.

Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, quando o donatário for outro órgão ou entidade da administração pública, não haveria razão para que o legislador impedisse à doação, haja vista a expressa autorização legal.

Dessa forma, observa-se que estão presentes o requisitos necessários, quais sejam, a autorização legislativa que é dada através de lei e o interesse público.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o Projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar nº. 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

¹ MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 33, ed., p. 529.




Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

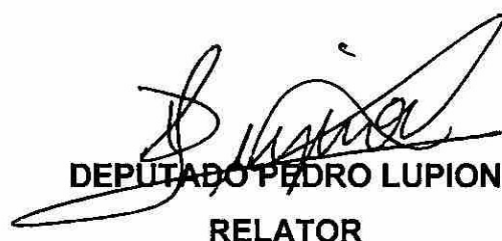


CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa.

Sala das Comissões, 05 de novembro de 2013.

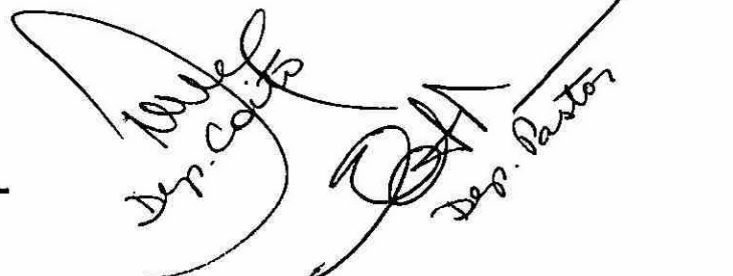

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

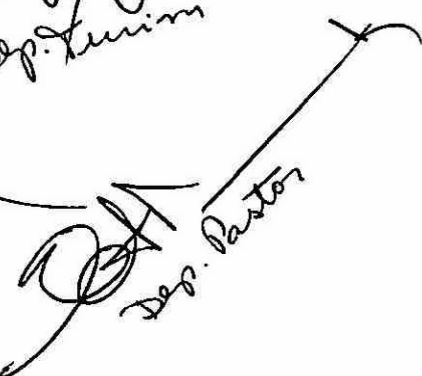

DEPUTADO PEDRO LUPION
RELATOR

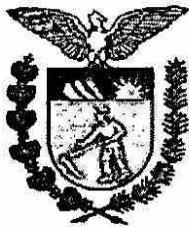

APROVADO
05/11/13 


Dep. Segura


Dep. Lunini


Dep. Carlos


Dep. Pastor



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 567/2013

Projeto de Lei nº 567/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 146/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica ao Município de Janiópolis.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 567/2013**, de autoria do Poder Executivo, através da **mensagem 146/2013**, objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica ao Município de Janiópolis, no Estado do Paraná, de área totalizada por 1.250,00 m², constituída pelo Lote nº 5-A-1-1, subdivisão do Lote nº 5-A-1, situado na Gleba nº 09 no local denominado Colônia Goioerê, conforme Transcrição sob nº 47.970 do Registro de Imóveis da Comarca de Campo Mourão-PR.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 567/2013**, no qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Janiópolis no Estado do Paraná, com a cessão de uso de um imóvel destinado exclusivamente para utilização da Administração Pública Municipal. A área a que se refere será destinada especificamente para o desenvolvimento de atividades de prestação de serviço municipal, sendo que investimentos desta natureza atendem diretamente aos interesses dos moradores e prezam por um fortalecimento regionalizado em busca da realização e ampliação de ações de melhoria da qualidade de vida da população. Este será um investimento por intermédio da Prefeitura Municipal e Governo do Estado, com obras e ações no local que fortalecerão de forma direta o crescimento no município, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O Projeto de Lei 567/2013 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 146/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado;

(...)

(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando gravado em cláusula de inalienabilidade, que obriga a sua destinação de forma exclusiva ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná);

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o Projeto de Lei 567/2013,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população. Esta proposição faz referência a um imóvel apontado exclusivamente para uma destinação de consenso e benefício comum, restando assim, grande favorecimento na composição desta matéria para que possa ser aprovada por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à proposição, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Pedro Lupion, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de Janiópolis, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 567/2013, em sua forma apresentada.

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 11 de novembro de 2013.*

Teruo Kato
Tercílio Turini
FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão
JONAS GUIMARÃES
Relator
Adelino Ribeiro
Pastor Edson Praczyk
Elton Welter



PROJETO DE LEI 568/13

PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Cruz Machado.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Cruz Machado, do imóvel de propriedade do Estado do Paraná localizado na Rua Afonso Nadolny, no local denominado Loteamento São José, com área de 7.700,00 m², conforme Matrícula nº 5.085 da 2ª Circunscrição de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com a cláusulas de inalienabilidade, será usado exclusivamente por instituição de ensino municipal, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Art. 3º O Município terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário o referido bem retornará ao patrimônio do Estado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 29 de outubro de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

MENSAGEM

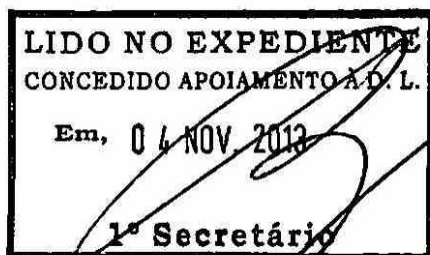
Nº147 /2013

Curitiba, 29 de outubro de 2013.

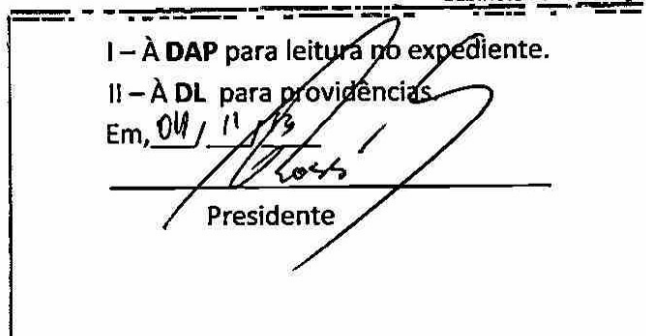


PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador



Senhor Presidente,



Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Cruz Machado, do imóvel de propriedade do Estado do Paraná localizado na Rua Afonso Nadolny, no local denominado Loteamento São José, com área de 7.700,00 m², conforme Matrícula nº 5.085 da 2ª Circunscrição de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória.

A presente proposta atende plenamente ao interesse público eis que o referido imóvel será usado exclusivamente por instituição de ensino municipal.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que o imóvel em referência ficará gravado com as cláusula de inalienabilidade, que será utilizado exclusivamente para a finalidade prevista e que o donatário terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização registral da titularidade do referido bem, caso contrário o mesmo retornará ao patrimônio do Estado.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.079.353-7



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 568/2013

Projeto de Lei nº 568/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 147/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de Cruz Machado.

EMENTA: DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE CRUZ MACHADO. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 147/2013, visa efetuar a doação ao município de Cruz Machado, do imóvel com área total de 7.700,00 m², denominado Loteamento São José, conforme Matrícula nº 5.085, da 2ª Circunscrição de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória, de propriedade do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Ademais, verifica-se presente cláusula possibilitando o retorno do mesmo ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, conforme artigo 2º, da referida Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 05 de novembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO BERNARDO RIBAS CARLI
RELATOR


APROVADO

05/11/13

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 568/2013

Projeto de Lei nº 568/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 147/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de Cruz Machado.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 568/2013**, de autoria do Poder Executivo, através da **mensagem 147/2013**, objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Cruz Machado, no Estado do Paraná, de área constituída de 7.700,00 m², localizada na Rua Afonso Nadolny, no local denominado Loteamento São José, conforme matrícula nº 5.085 da 2ª Circunscrição de Registro de imóveis da Comarca de União da Vitória-PR.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 568/2013**, no qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Cruz Machado no Estado do Paraná, com a doação de um imóvel destinado exclusivamente para utilização da Administração Pública Municipal. A área a que se refere será utilizada especificamente por instituição de ensino municipal, uma ação voltada para o incentivo à educação e ações de melhoria da qualidade de vida da população, prezando por um fortalecimento regionalizado em busca de investimentos que atingem o interesse e a necessidade de toda a população. Este será um investimento por intermédio da Prefeitura Municipal e Governo do Estado, que fortalecerá de forma direta o crescimento e a educação no município de Cruz Machado, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O Projeto de Lei 568/2013 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 147/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado;
(...)

(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando gravado em cláusula de inalienabilidade, que obriga a sua destinação de forma exclusiva ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o Projeto de Lei 568/2013,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população e ainda ao incentivo à educação. Esta proposição faz referência a um imóvel apontado exclusivamente para uma destinação de consenso e benefício comum, restando assim, grande favorecimento na composição desta matéria para que possa ser aprovada por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à proposição, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Bernardo Ribas Carli, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de Cruz Machado, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 568/2013, em sua forma apresentada.

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 11 de novembro de 2013.*

Teruo Kato

Jonas Guimarães

FRANCISCO BUHNER
Presidente da Comissão

TERCÍLIO TURINI
Relator

Adelino Ribeiro

Elton Welter

Pastor Edson Praczyk